

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

# Rio Branco e Luís Gama

o processo de luta pela permanência em ocupações  
no município de São Paulo.

**CARINA COSTA CORREA**

**2023**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

CARINA COSTA CORREA

## **Rio Branco e Luís Gama**

o processo de luta pela permanência em ocupações no  
município de São Paulo.

SÃO PAULO

2023

Carina Costa Correa

## **Rio Branco e Luís Gama**

o processo de luta pela permanência em ocupações no  
município de São Paulo.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

**Área de Concentração:** Habitat

**Linha de Pesquisa:** Participação Social e Políticas

Públicas a Produção e Gestão do Habitat  
Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Camila Loffredo D'Ottaviano

**Exemplar corrigido**

São Paulo, 2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço Técnico de Biblioteca  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Correa, Carina Costa  
Rio Branco e Luis Gama: o processo de luta pela  
permanência em ocupações no município de São Paulo. / Carina  
Costa Correa; orientadora Maria Camila Loffredo  
D'ottaviano. - São Paulo, 2023.  
155.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e  
Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de  
concentração: Habitat.

1. Movimento Social Urbano. 2. Moradia. 3. Movimentos de  
Moradia. 4. Ocupações de Imóveis Vazios. 5. Centro de São  
Paulo. I. D'ottaviano, Maria Camila Loffredo, orient. II.  
Título.

Elaborada eletronicamente através do formulário disponível em: <<https://fichacatalografica.fau.usp.br/>>

Enquanto a terra não for livre eu também não sou-

Emicida

# AGRADECIMENTOS

Este trabalho, ainda que leve meu nome, foi feito à muitas mãos, por todas as quais tenho uma gratidão que não pode ser dimensionada.

Agradeço à minha família pelo apoio e motivação à minha atividade acadêmica.

À Camila D'Ottaviano, minha querida orientadora, pela oportunidade, orientações, comemorações, conversas e incentivo. Por guiar o processo da pesquisa de forma não autoritária, e por ser acolhedora, parceira, e sempre uma incrível referência de atuação política.

Aos professores membros da banca de qualificação, Estevam Vanale Otero e Bruno César Euphrasio de Mello, pela referência de atuação, e pelos debates acerca do trabalho, cujos questionamentos foram de importância essencial.

Agradeço aos colegas do Curso de Prática Profissionalizante em Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (CPPATHIS), que me proporcionou encontrar companheiros que para sempre levarei. E aos professores Karina Leitão e Caio Santo Amore, que compartilharam saberes de forma tão sensível e inspiradora.

Agradeço aos queridos companheiros da Tabuá.

Ao MMCR e a FLM, pela forma acolhedora com que me receberam.

À Jomarina, por ser inspiração. Mulher forte e lutadora, que me permitiu a realização de diversas entrevistas e conversas, e sem a qual não teria sido possível a realização desta pesquisa.

Aos queridos colegas da Comissão de Ética e Disciplina, do CAU/SP (gestão 2021-2023), com quem passei tanto tempo nos últimos três anos, e me apoiaram ao longo da pesquisa.

Agradeço às amigas e amigos que de uma forma ou de outra contribuíram para o debate da pesquisa, lamentos, viagens e planos.

E, por fim, o presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

### **Pedreiro Waldemar**

Você conhece o pedreiro Waldemar?  
Não conhece?  
Mas eu vou lhe apresentar  
De madrugada toma o trem da Circular  
Faz tanta casa e não tem casa pra morar  
Leva marmitta embrulhada no jornal  
Se tem almoço, nem sempre tem jantar  
O Waldemar que é mestre no ofício  
Constrói um edifício  
E depois não pode entrar  
Você conhece o pedreiro Waldemar?  
Não conhece mas eu vou lhe apresentar  
De madrugada toma o trem da Circular  
Faz tanta casa e não tem casa pra morar

**Wilson Batista**

## Resumo

*Rio Branco e Luís Gama: o processo de luta pela permanência em ocupações no município de São Paulo.*

Esta pesquisa analisa as dinâmicas urbanas da área central da cidade de São Paulo a partir da perspectiva dos protagonistas da luta por moradia. Como forma de compreender a lógica presente nas dinâmicas do habitar, e os processos envolvidos nas relações internas e externas na luta organizada pela permanência na cidade, foi realizada pesquisa junto às ocupações de moradia realizadas pelo Movimento de Moradia Central e Regional (MMCR), com destaque para as ocupações Rio Branco e Luís Gama, ambas localizadas na região central da cidade. Devido à atuação coletiva entre movimentos sociais que lutam por moradia, foi realizado também o acompanhamento das atividades da Frente de Luta por Moradia (FLM), coletivo que congrega doze movimentos organizados de moradia. A fim de contribuir com o registro do que foi vivenciado pelas famílias filiadas a esses movimentos sociais, o trabalho conta com o registro de experiências vividas por moradores e lideranças das ocupações e movimentos estudados, de forma que se possa compreender como se dá o acesso de seus moradores aos espaços, serviços e equipamentos da cidade. Por fim, espera-se contribuir para o entendimento sobre as motivações para a ocupação de edifícios vazios na região central de São Paulo.

**Palavras-chave:** movimento social urbano; moradia; movimentos de moradia; ocupações de imóveis vazios; centro de São Paulo.



# Abstract

*Rio Branco and Luís Gama: the struggle for permanence in occupations in the city of São Paulo.*

This research analyzes the urban dynamics of the central area of São Paulo city, from the perspective of the struggle protagonists for housing. As a way of understanding the logic that is present in the dynamics of dwelling, and the processes involved in the internal and external relations in the organized struggle to stay in the city, this research was carried out with housing occupations carried out by the Movimento de Moradia Central e Regional (MMCR), with emphasis on Rio Branco and Luís Gama occupations, both located at the central region of the city. Due to the collective action between social movements that fight for housing, the Frente de Luta por Moradia (FLM), a collective that organizes about twelve housing movements, was also monitored. In order to contribute to the record of what was experienced by the families affiliated to these social movements, the work includes the record of experiences lived by residents, and leaders of the occupations and movements studied, so that one can understand how the residents get to access the spaces, services, and equipment of the city. Finally, it is expected to contribute to the elucidation of the issues that lead people to occupy empty buildings in the downtown region of São Paulo.

**Keywords:** urban social movement; housing; housing movements; empty property occupations; downtown of São Paulo.

# Lista de Siglas

<b>AI-5</b>	Ato Institucional Número Cinco
<b>AT</b>	Assessoria Técnica
<b>BNH</b>	Banco Nacional de Habitação
<b>CADIN</b>	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
<b>CADÚnico</b>	Cadastro Único para Programas Sociais – Governo Federal
<b>CAIXA</b>	Caixa Econômica Federal
<b>CAU</b>	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
<b>CDHU</b> São Paulo	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
<b>CDRU</b>	Concessão de Direito Real de Uso
<b>CEF</b>	Caixa Econômica Federal
<b>CMH</b>	Conselho Municipal de Habitação
<b>CMP</b>	Central dos Movimentos Populares
<b>COHAB</b>	Companhia Metropolitana de Habitação
<b>CPPATHIS</b>	Curso de Prática Profissionalizante em Assessoria e Assistência Técnica
<b>EO</b>	Entidade Organizadora
<b>FAR</b>	Fundo de Arrendamento Residencial
<b>FAU-USP</b>	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
<b>FGTS</b>	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
<b>FLM</b>	Frente de Luta por Moradia
<b>HIS</b>	Habitação de Interesse Social
<b>HMP</b>	Habitação de Mercado Popular
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INSS</b>	Instituto Nacional de Seguridade Social
<b>IPTU</b>	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
<b>LABCIDADE</b>	Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade
<b>MCidades</b>	Ministério das Cidades
<b>MMCR</b>	Movimento de Moradia Central e Regional
<b>MMJ</b>	Movimento Moradia Já
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>MSTC</b>	Movimento Sem Teto do Centro

<b>OS</b>	Organizações Sociais
<b>OUC</b>	Operação Urbana Centro
<b>PAC</b>	Programa de Aceleração do Crescimento
<b>PAC/CDHU</b>	Programa de Atuação em Cortiços
<b>PAR-CEF</b>	Programa de Arrendamento Residencial da Caixa Econômica Federal
<b>PIAC/CASA PAULISTA</b>	Programa de Intervenção em Área Central
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PlanHab</b>	Plano Nacional de Habitação
<b>PMCMV</b>	Programa Minha Casa Minha Vida
<b>PMCMV-E</b>	Programa Minha Casa Minha Vida – Modalidade Entidades
<b>PMCMV-FAR</b>	Programa Minha Casa Minha Vida – Modalidade Construtora
<b>PEC</b>	Proposta de Emenda Constitucional
<b>PL</b>	Projeto de Lei
<b>PMH</b>	Plano Municipal de Habitação
<b>PMSP</b>	Prefeitura do Município de São Paulo
<b>PPP</b>	Parceria Público-Privado
<b>PSH</b>	Programa de Subsídio à Habitação
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>RMSP</b>	Região Metropolitana de São Paulo
<b>SEHAB-SP</b>	Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo
<b>SFH</b>	Sistema Financeiro da Habitação
<b>SFI</b>	Sistema de Financiamento Imobiliário.
<b>SM</b>	Salários-Mínimos
<b>SNHIS</b>	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>UH</b>	Unidade Habitacional
<b>ULC</b>	Unificação das Lutas de Cortiço
<b>ULCM</b>	Unificação das Lutas de Cortiço e Moradia
<b>UMM</b>	União dos Movimentos de Moradia
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo
<b>ZEIS</b>	Zona Especial de Interesse Social

# Lista de Imagens e Figuras

- 01 | Mapa da localização da cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo e no país. | p. 22
- 02 | Localização do centro de São Paulo. | p. 23
- 03 | Esquema de programas relacionados à habitação em níveis municipal, estadual e federal. | p. 26
- 04 | Mapa da deslocamentos da Cracolândia a partir da ação na praça Princesa Isabel. | p. 32
- 05 | Censo de Cortiços realizado em 2022. | p. 46
- 06 | Mapa das remoções e ameaças no centro de São Paulo por área de atuação de PPPs. | p. 50
- 07 | Imagem da Campanha Despejo Zero. | p. 53
- 08 | Imagem de protesto contra os despejos, realizado em Brasília, em 17 de março de 2022. | p. 54
- 09 | Área de atuação da PPP-Paiçandu. | p. 56
- 10 | Edifício Ocupado pela FLM, em Itaquaquecetuba, em dezembro de 2021. | p. 62
- 11 | FLM em Ato contra os Despejos na Pandemia, em março de 2022. | p. 67
- 12 | Reunião Geral da FLM, em novembro de 2022. | p. 68
- 13 | MMCR em Ato a favor da vacinação em massa contra Covid-19, em junho de 2021. | p. 76
- 14 | Fachada Ocupação Rio Branco. | p. 82
- 15 | Hall de acesso da Ocupação Rio Branco. | p. 85
- 16 | Imagem interna da Ocupação Rio Branco. | p. 86
- 17 | Esquema 3D da Ocupação Rio Branco. | p. 87
- 18 | Vista da cidade de São a partir da Ocupação Rio Branco. | p. 89
- 19 | Fachada da Ocupação Luís Gama. | p. 90
- 20 | Foto interna Ocupação Luís Gama, em 2021. | p. 92
- 21 | Foto interna Ocupação Luís Gama, em 2021. | p. 93
- 22 | Planta tipo da Ocupação Luís Gama. | p. 94
- 23 | Mapa com localização das ocupações Rio Branco e Luís Gama. | p. 96
- 24 | Centro de São Paulo durante horário comercial, em março 2020. | p. 99
- 25 | Reunião na ocupação Rio Branco para discutir a PPP-Paiçandu, em março de 2023. | p. 105
- 26 | Vista de dentro da Ocupação Luís Gama. | p. 129

# Sumário

Introdução	13
1. O Centro de São Paulo: breves reflexões	19
<b>1.1.</b>	22
<b>1.2.</b>	33
<b>1.3.</b>	45
<b>1.4.</b>	50
2. Ocupação de moradia como provisão habitacional e resistência	57
<b>2.1. FLM</b>	62
<b>2.2. O movimento e as ocupações</b>	76
<b>2.3. Relação com a cidade a partir das ocupações</b>	95
3. Trajetos	102
<b>3.1 SUJEITOS, ATORES, CIDADÃOS</b>	105
<b>3.2. Mora por que luta ou luta por que mora?</b>	114
<b>3.3 Impressões</b>	129
Considerações Finais	135
Referências	142

## Introdução

Desde o início, o objetivo central desta pesquisa foi compreender a cidade a partir das vivências experienciadas pelos moradores de ocupações de moradia, socialmente organizadas, localizadas na região central da cidade de São Paulo. Com isso, pretendeu-se elucidar as dinâmicas do habitar presentes no cotidiano dessas pessoas, assim como os processos envolvidos nas relações internas e externas existentes na luta organizada por moradia e permanência na maior cidade do país.

Em ‘O nó da terra’, Maricato (2008) explora a temática apontando a questão fundiária como o centro dos conflitos sociais, rurais e urbanos, mostrando que no meio urbano ela é a principal responsável pelo crescimento explosivo das favelas e loteamentos ilegais. O tema também foi estudado por Campos (2019), que acrescenta em um trabalho que analisa a função social da propriedade:

A exploração predatória do solo, os latifúndios rurais, a escravidão e sua conseqüente abolição - com notável caráter liberal e irresponsabilidade governamental - a criação das localizações urbanas e a valorização de umas em detrimento de outras, segregando economicamente grande parcela da população, ajudaram a formatar a base de desigualdade sócio territorial sob a qual hoje nos assentamos. (CAMPOS, 2019, p. 28)

As carências urbanas enfrentadas pelas famílias de baixa renda inviabilizam a entrada de grande parte da sociedade em programas habitacionais, de forma que essas pessoas precisam encontrar outras formas possíveis de acesso à moradia. Essas dificuldades se devem, principalmente, à questão fundiária. Maricato (2008) expõem que o mercado residencial brasileiro legal atende apenas cerca de 30% da população. Enquanto os demais 70% recorrem a outros meios de acessar a moradia. A autora ainda afirma que a ilegalidade da propriedade da terra não é apenas realidade da população pobre, mas também está presente em diversos loteamentos fechados, onde vivem juízes, promotores e autoridades de diversos níveis de governo (LINS, 2009), que se aliam a prefeituras e câmaras municipais para aprovar leis que viabilizem a regularização dessas áreas, ainda que muitas vezes em visível confronto com a legislação federal.

Já para a população pobre, ainda que existam legislações que versem sobre as limitações do direito da propriedade, de forma que essa devesse cumprir sua ‘função social’,<sup>1</sup> estando assim subordinada ao interesse social e ao bem coletivo, a luta para que a função social seja realizada na retórica e na prática tem sido longa e custosa.

Kowarick (2000) descreve São Paulo como uma cidade de intenso dinamismo, expresso no crescimento populacional. Entretanto, o próprio autor afirma que esse crescimento se deu inicialmente com a chegada de imigrantes italianos, aos quais se juntaram os ex-escravos e, após a década de 1930, também pelo intenso processo

---

<sup>1</sup> A função social da propriedade é uma condição ao direito de propriedade, condicionando o direito de propriedade ao respeito pelos interesses e determinações do coletivo. Na CF, a função social da propriedade urbana é descrita pelo Art. 182, § 2º: “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor”.

de migração interna (campo-cidade, mas também entre regiões) e de crescimento vegetativo. Ex-escravos e migrantes, no entanto, permanecem, ao longo de muitos anos, à margem das atividades econômicas da cidade.

São Paulo sempre foi uma metrópole de vastos contrastes, mas, pelo menos até recentemente, de grandes possibilidades de ascensão social e econômica. Mas sempre foi também uma cidade em que os ricos procuravam se afastar dos pobres, evitando sua proximidade, no início do século, por temor das doenças contagiosas e nas décadas finais, por medo da pobreza, principalmente de cor escura e moradora em favelas, que é vista como potencialmente violenta. Daí as iniciativas de agentes públicos e privados de evitar o contato e a mistura social, promovendo o isolamento espacial das camadas abastadas em loteamentos e edifícios de alto padrão e elevado custo. E muitas vezes a expulsão da população pobre, moradores em cortiços nos primórdios da era republicana, e favelados e ambulantes das zonas mais centrais nos últimos decênios da atualidade. Sanear e higienizar a cidade, limpá-la de sua sujeira, controlar as pessoas de comportamento duvidoso sempre foi uma preocupação das elites paulistanas. Ou seja, a criação de espaços para uso e atividades exclusivas e excludentes foi, desde sempre, uma tônica dominante dos grupos políticos e econômicos que intervieram na produção da cidade. (KOWARICK, 2000 In FRÚGOLI JR. 2000, p. 15)

Relativo ao centro da cidade de São Paulo, Kowarick mostra que no distrito central “estão também concentrados boa parte dos 600 mil habitantes em cortiços, 10 mil ambulantes, 2 mil catadores de lixo, [...], cerca de 5 mil moradores de rua [...]” (KOWARICK, 2007, p. 173). Em comparação com o período do texto de Kowarick, os dados de 2018, fornecidos pelo Grupo de Mediação de Conflitos da cidade de São Paulo, apontavam para a existência de 53 ocupações de moradia na região central de São Paulo, nas quais estariam vivendo mais de 3,3 mil pessoas<sup>2</sup>. Já em 2023, ainda que os dados relativos à quantidade de ocupações de moradia existentes no centro da cidade não tenham sido atualizados, o levantamento realizado a partir do CadÚnico mostra que a população vivendo nas ruas da cidade de São Paulo já ultrapassou 50 mil pessoas (RIBEIRO, 2023)<sup>3</sup>.

Esses números, que podem estar subnotificados, tanto das pessoas vivendo em ocupações quanto das pessoas vivendo nas ruas, demonstram que não é possível, para a população pobre, acessar a moradia de forma regularizada, através do mercado imobiliário habitacional formal. Entretanto, é necessário que as possibilidades presentes no centro de São Paulo sejam consideradas na elaboração de programas e políticas públicas. Conforme Kowarick (2007, p. 178) “o centro possui boa oferta de serviços coletivos, é comercialmente dinâmico e atrai diariamente

---

<sup>2</sup><https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/cidade-de-sao-paulo-tem-206-ocupacoes-onde-moram-45-mil-familias.ghtml>

<sup>3</sup><https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/06/09/cidade-de-sp-registra-mais-de-53-mil-moradores-de-rua-alta-de-18percent-em-marco-segundo-levantamento.ghtml>



milhões de pessoas. É também local de polarizações e, por conseguinte, de conflitos pela apropriação do espaço.”

Ao recuperar parte da história dos movimentos sociais organizados em torno da luta por moradia, D’Ottaviano (2021) afirma que em um “momento de desmonte das políticas habitacionais para a população de baixa renda e de criminalização dos movimentos de moradia, dar voz às suas lideranças e registrar experiências exitosas é também uma forma de resistência.” (2021, p. 100).

Uma das ações que alguns desses movimentos sociais utilizam é a ocupação organizada, de terrenos ou imóveis, públicos ou privados, que estejam ociosos, sem cumprir com a sua devida função social. As ações realizadas por essas famílias são criminalizadas por grupos, políticos e midiáticos, que defendem o direito à propriedade privada acima de qualquer outro. Para defender a propriedade, esses grupos aceitam colocar a vida das famílias em risco, utilizando, em diversos casos, força policial para a remoção dos grupos de dentro do bem ocupado.

Kohara (2013), ao analisar a organização de ocupações planejadas em São Paulo, realizadas a partir de meados da década de 1980, aponta que

As ocupações contribuíram para que as lutas por moradia tivessem nova forma de organização e politização, indo além das questões localizadas e específicas. Dessas ocupações nascem movimentos de moradia com diferentes denominações que expressavam as condições dos participantes, como movimentos dos sem-teto, movimentos do sem-terra. Essas ocupações expuseram a existência de grandes glebas de terra sem função social em áreas intermediárias da cidade a espera da valorização fundiária. Os movimentos de moradia também passaram a pressionar as instituições públicas para a produção de moradia popular ou desapropriação de áreas para que eles mesmos construíssem suas casas. (KOHARA, 2013, p. 150)

As ocupações de moradia, realizadas por movimentos sociais organizados, agem, portanto, em contraposição ao atual processo de produção capitalista do espaço - que regula o preço das propriedades e imóveis -, configurando-se assim como resistência ao que lhes está sendo imposto pelo sistema vigente.

Ainda que tenham sido realizadas inicialmente para serem utilizadas como estratégia de negociação com o Poder Público, para determinados movimentos sociais que lutam por moradia urbana bem localizada, em área com infraestrutura urbana e financeiramente viável para as pessoas pobres, as ocupações de moradia são também possibilidade de prover habitação para famílias que não conseguem acessar a moradia regularizada.

As ações que são realizadas pelos movimentos sociais que lutam por moradia também seguem a lógica dos movimentos exposta por Santos (2008), que entende que a luta por direitos sociais se dá a partir da conscientização a respeito dos direitos não garantidos. Dessa forma, os movimentos sociais se organizam em função da

necessidade de se lutar pelas condições necessárias para a reprodução da força de trabalho. Tais ações são fruto do esforço de diversas pessoas:

Um movimento não surge espontaneamente, tão logo a contradição se manifesta. Nem surge quando, eventualmente, a contradição se agudiza, embora este fato torne mais favoráveis as condições objetivas para a sua aparição e desenvolvimento. Um movimento social das classes exploradas é sempre resultado de um esforço deliberado, de uma 'iniciativa', que é tomada por pessoas, pertencentes ou não a estas classes, geralmente motivadas não apenas pela contradição específica, mas por ideologias. (SINGER e BRANT, 1982, p. 224 apud PEREIRA, 2017, p. 7)

Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizada a metodologia de revisão bibliográfica, acompanhamento (longitudinal) de reuniões e entrevistas semiestruturadas. O levantamento bibliográfico se dividiu em dois blocos temáticos: o primeiro sobre a formação e o desenvolvimento do centro da cidade de São Paulo, de forma que fosse possível contextualizar o território no qual estão inseridos os movimentos de moradia ali inserido. E o segundo, composto pelo estudo do histórico dos movimentos socialmente organizados, que reivindicam a moradia financeiramente acessível para a população pobre.

Já a parte empírica da pesquisa foi desenvolvida em duas frentes: o acompanhamento de reuniões do coletivo de movimentos de moradia; e a realização de entrevistas semiestruturadas com lideranças do movimento escolhido e moradores de ocupações de moradia organizadas por ele.

O acompanhamento das reuniões da FLM (Frente de Luta de Moradia) foi realizado periodicamente ao longo de dois anos, período no qual foi possível acompanhar a organização dos trabalhos realizados pelas lideranças dos movimentos sociais de moradia. As entrevistas semiestruturadas recuperam parte das histórias de vida e da atuação dos moradores de duas ocupações, recuperando e documentando essas histórias, de forma que fossem narradas pelos próprios sujeitos.

Como recorte metodológico, a pesquisa teve como objeto principal de estudo o movimento social de moradia organizado MMCR (Movimento de Moradia Central e Regional). Foram então selecionadas duas ocupações coordenadas pelo MMCR - Rio Branco e Luís Gama -, uma mais antiga (10 anos) e outra mais recente (1 ano e meio). O MMCR foi escolhido como objeto de estudo também por ser parte do coletivo de movimentos vinculados à FLM, que reúne outros 12 movimentos organizados de moradia que trabalham de forma conjunta.

A etapa empírica da pesquisa foi desenvolvida a partir do acompanhamento regular das reuniões da FLM. Também foram utilizados dados do levantamento espacial e socioeconômico das ocupações objeto de estudo deste trabalho. Para a ocupação Rio Branco foi utilizado os dados coletados pelo projeto 'Ocupas Centro', realizado pelas assessorias técnicas Peabiru e Fio, a partir do edital 006/2020 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU-SP). Já a coleta de dados para a

ocupação Luís Gama foi realizada através de levantamento realizado em 2022 por alunos de graduação da FAUUSP, bolsistas do projeto Ocupas, que acompanhei, contribuindo inclusive para os levantamentos físicos e socioeconômicos.

A dissertação está dividida em três capítulos. O **capítulo 1** foi dedicado à contextualização sobre o centro da cidade de São Paulo. Parte-se de uma breve retrospectiva histórica acerca do desenvolvimento da cidade, de forma a contextualizar o espaço de inserção dos estudos de caso da pesquisa. O capítulo também apresenta algumas das políticas públicas para a região, bem como as propostas de parcerias público-privadas. Por fim, o capítulo abordará o início da organização do movimento de moradia vinculado à luta por melhores condições de moradia nos cortiços, então articulado ao movimento operário.

A partir da contextualização inicial abordada no capítulo 1, o debate realizado no **capítulo 2** insere a dissertação no campo empírico. A partir da contextualização do movimento social de moradia organizado, que coordena as ocupações objeto de estudo, será possível analisar as formas de organização das famílias envolvidas com a luta por moradia digna na cidade de São Paulo. Sendo o movimento de moradia organizado por uma parte de um coletivo de movimentos, também é abordada neste capítulo a organização da FLM, suas ações de luta, organização das coordenações e principais alterações que os movimentos e lideranças experienciaram ao longo dos seus anos de atuação.

O capítulo 2 também apresenta as duas ocupações de moradia que foram nossos estudos de caso: ocupação Rio Branco e ocupação Luís Gama. As análises apresentadas são fruto de pesquisa participante realizada durante quatro (Rio Branco) e dois (Luís Gama) anos. É apresentada a formação inicial das ocupações, suas trajetórias e características físicas e socioeconômicas, além de abordar aspectos relativos à atuação dos moradores no espaço de vizinhança das moradias.

Partindo da premissa da pesquisa, o **capítulo 3** está estruturado nas narrativas de participantes diretos da luta por habitação. A partir de entrevistas realizadas entre 2021 e 2023 com lideranças e moradores das duas ocupações estudadas, é apresentada parte das histórias de vida dessas pessoas, suas trajetórias no movimento e compreensão da luta que realizam cotidianamente. O capítulo também procura avançar no entendimento de suas atuações e relação com os edifícios ocupados, mas também a relação com as outras famílias e com o movimento. O terceiro e último capítulo procura embasar empiricamente a dissertação, ao apresentar o movimento de moradia organizado através de seus atores.

## Capítulo 1 –

O Centro de São  
Paulo: breves  
reflexões

Ao se discutir a moradia em São Paulo, especialmente a moradia social, tem-se o confronto entre a habitação, como forma de segurança física e direito básico ao qual todos os cidadãos têm direito constitucional, e a habitação como produto financeiro, dotado de valorização, por ser necessária a todo ser humano, e com alto valor de rotatividade no mercado global atual.

Compreender os processos presentes na cidade de São Paulo, desde sua formação, é uma forma de compreender suas características e, assim, tentar contribuir para o debate que vem sendo realizado acerca dos grupos organizados que atuam na cidade, de forma a entender sua formação, seus processos de existência e sobrevivência, a partir dos motivos que os levaram a se consolidar como grupos organizados, devido às pautas pelas quais lutam.

O processo inicial de formação da cidade de São Paulo apresenta características que atuam como indicativo das formas atuais que compõem e atuam na cidade, da forma como ela se projeta para o mundo, e como é projetada por seus diferentes grupos sociais, em seus mais diversos usos.

As definições entre o que é o espaço e como ele deve ser utilizado, tema constantemente debatido entre os grupos de diferentes poderes aquisitivos, especialmente entre os pobres, que se utilizam dos espaços e serviços oferecidos pelo município, e os grupos de alto poder aquisitivo, que usualmente decidem as destinações desses serviços, são parte da forma mais simples de como acontece a disputa pelo território (RAFFESTIN, 1993). Com suas proporções maiores do que alguns países, a cidade tem esse debate sendo realizado nos mais diversos âmbitos de políticas públicas, de modo que o debate precisa estar em constante atualização e evolução, de forma a encontrar caminhos para avançar.

Santos (2012), ao buscar definir o significado de espaço, questiona como pode ser realizada a relação entre estrutura e forma, e, ainda, como estudar a relação entre sociedade e paisagem. Afirma que o espaço “não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem trouxessem neles mesmos sua própria explicação” (2012, p. 58). Para Santos, essa situação caracterizaria a adoção de uma metodologia simplesmente formal e especialista, na qual os processos que levaram a concepção das formas são ignorados.

Estabelece, portanto, que a interpretação do espaço deve ser realizada somente após o afastamento dos símbolos, que possam vir a fazer sombra na capacidade de apreensão da realidade que está sendo estudada. Afirma ainda que “isso quer dizer que não é suficiente tentar interpretar a paisagem nos seus movimentos, nem trabalhar exclusivamente levando em conta os elementos que a compõem” (SANTOS, 2012, p. 59). Para Santos a noção de tempo e escala são fundamentais para a interpretação do espaço.

A noção de tempo é fundamental pois, ainda que a sociedade seja atual, a paisagem é uma composição das atualidades de hoje e do passado, em todas as suas formas.

A escala é importante visto que o espaço total é composto de diversas paisagens. No entanto, não se pode falar de paisagem total, já que o processo social que produz a paisagem é espacialmente seletivo, o que resulta em paisagens diversificadas e variadas.

Outra questão que deve ser compreendida, é a pobreza, e para esta pesquisa, a pobreza urbana. Ao abordar o significado de pobreza, Santos (2013) apresenta como problemática de pesquisa a questão nos países subdesenvolvidos, na qual os estudos ficam encobertos pelas pesquisas, classificação e estatísticas duvidosas, realizadas com instrumentos deficientes, que geram interpretações falsas ou incompletas.

O autor compara então, as diversas definições de pobreza apresentadas por autores como Moore (1963) e Lewis (1969) que definem pobreza como participação maior ou menor na modernização e como incapacidade de satisfazer as necessidades de tipo material, respectivamente. Entretanto, Santos (2013) acredita que essa interpretação vai restringir a questão apenas a parâmetros de natureza material.

Soma-se a isso a interpretação de Sidney e Beatrice Webb (1911) na qual há a distinção entre pobre, que são as pessoas com poder de compra reduzido quando comparados ao nível de vidas das outras pessoas, e os miseráveis, sendo esses os que estariam privados de satisfazer necessidades vitais de sobrevivência, de modo que a vida, saúde e força física se tornem precárias, apresentando perigo a própria vida.

Com essas questões, Santos (2013) afirma que a definição de pobreza não pode ser delimitada por definições parciais, que sequer a definição de linha de pobreza é suficiente para tratar a questão, visto que os recursos e necessidades são dinâmicos, relativos e se alteram conforme tempo e lugar onde se encontram. Santos defende que a noção de pobreza deve ser tratada de forma relativa em cada sociedade: “A noção de pobreza, ligada desde o início à noção de escassez, não pode ser estatística, nem válido em toda a parte.” (SANTOS, 2013, p. 18)

Assim, a única medida válida de se medir a pobreza é a relação entre o indivíduo e a sociedade a qual pertence. Sendo mais importante a compreensão do fenômeno da pobreza do que a procura por procurar definições numéricas. Essa compreensão deve ser necessariamente realizada a partir dos objetivos que a sociedade aplica para si, devendo ir além da questão econômica, sendo compreendida como questão política e um problema social.

Por fim, para esta pesquisa é necessário abordar ainda o conceito de habitação. Rossetto Netto (2017) detalha sua complexidade:

Sonho, abrigo, lar, casa, lugar, espaço doméstico, espaço privado, direito social, propriedade, status, mercadoria, investimento, rentismo, especulação imobiliária, liberdade, segurança, problema, crise, garantia de crédito – na sociedade brasileira são inúmeros os

significados e os valores relacionados à habitação. As palavras elencadas ou a tem por função adjetiva, ou dela provem em uma relação direta de causa e efeito.

Tal diversidade espelha a abrangência e complexidade do tema, com significados, conflitos, representações, materialização, causas e consequências. A confrontação direta de algumas destas palavras ilustrar o fato: Sonho – Mercadoria, abrigo – propriedade, lugar – status, direito social – crise, espaço doméstico – rentismo, lar – garantia de crédito, investimento – casa – especulação, problema – liberdade. Tais combinações seriam inúmeras, cada qual apresentando questão diferente, no enfoque, no contexto, com conceituações e abordagens conflitantes, interagindo sobre diferentes aspectos – econômico, social, ambiental, físicos – em diferentes áreas – arquitetura, sociologia, direito, economia, política – com diferentes expectativas – mas sempre olhares díspares sobre o mesmo objeto. (ROSSETTO NETTO, 2017, p. 17)

A definição apresentada por Rossetto Netto apresenta facetas da habitação que se misturaram e mesclam, de forma que ela é necessidade e também produto e direito social, perpassando o imperativo do morar, que todo ser humano tem, para que possa suprir suas necessidades básicas e vitais, conflitando com a necessidade de se atender ao objeto social produzido e dotado de alto valor agregado.

Dessa forma, fez-se necessário abordar o que é a moradia e o que é a habitação, de forma que as necessidades de atendimento desse direito, mas também bem monetário, possam ser discutidas nas ações governamentais destinadas a grupos sociais de menor poder aquisitivo.

### **1.1. O centro de São Paulo**



Figura 01: Mapa da localização da cidade de São Paulo, no Estado de SP e no país.

Fonte: Elaboração própria a partir do mapa da concepção de mapa realizado pela Prefeitura de São Paulo.

Com população estimada de 12,33 milhões de habitantes em 2020 (IBGE), a cidade de São Paulo é, além de maior cidade brasileira, a maior cidade do continente americano, e tem, portanto, um papel de destaque na economia nacional e continental pela concentração de riqueza que possui, demandando, assim, formas únicas para realização de desenvolvimento e soluções que possam sustentar a vida de seus habitantes.



Figura 02: Localização do centro de São Paulo.

Fonte: Elaboração própria do destaque a partir do mapa da concepção de mapa realizado pela Prefeitura de São Paulo.



Kohara (2013) explora a temática da formação do centro<sup>4</sup> de São Paulo e da expansão territorial do município. Tanto sua formação inicial, quanto sua expansão se deram de forma desigual, forma essa que é refletida na sua espacialização, gerando espaços diferenciados conforme o poder aquisitivo das classes que os ocupam. O autor ainda vai explanar como essa estruturação gera graves problemas sociais e econômicos para a cidade, atingindo com muito mais força, como usualmente ocorre, os moradores mais pobres.

Ainda que sendo parte dessa formação territorial da cidade de São Paulo, o centro tem uma diferenciação, que mesmo com investimentos em outras regiões da cidade, ainda não é possível superar: sua localização e desenvolvimento.

Affonso (2010) recupera a história da cidade de São Paulo, inicialmente era formada pelos limites do “Centro Velho”, sendo esse o distrito da Sé, e com área de expansão no sentido oeste, no chamado “Centro Novo”, composto pelo distrito da República. Essa formação geográfica da cidade foi alterada apenas a partir do século XIX, quando o território passa a receber intervenções, passando a assumir a identidade de centro histórico. Nobre (2009, p. 219) enfatiza ainda que “durante os três primeiros séculos de sua fundação, a cidade se conteve nas adjacências do triângulo histórico. Foi somente a partir de meados do século 19 que a cidade e, conseqüentemente, o centro, começaram a desenvolver-se.”

A importância do centro foi constituída ao longo de muitos anos, Villaça explana a estrutura do centro como realizada para abrigar a vida econômica, política e religiosa, uma estrutura que construiu esse significado por tanto tempo, e que apenas “recentemente, com o capitalismo, e que essas estruturas/instituições vieram a se alterar, com a tomada do centro pelo comércio varejista e pelos serviços centrais” (VILLACA, 2012, p. 103 apud KOHARA, 2013, p. 19). A formação do centro histórico e conseqüentemente a importância da mesma não foi feita ao acaso, mas é resultado de “[...] uma série de intervenções e investimentos acumulados ao longo do último século, conferindo à região um papel de centralidade, com grande peso econômico, forte dinamismo, múltiplas funções e importante patrimônio edificado.” (NAKANO, CAMPOS, ROLNIK, 2004, p. 128)

Assim, Kohara (2013) afirma que o centro de São Paulo mantém essa característica, mesmo que haja a criação de novas centralidades, pois possui maior aglomeração de serviços e instituições fundamentais para o uso cotidiano dos moradores, além de possuir maior facilidade de deslocamento entre as regiões do município, retratando a história econômica, política e cultural da cidade. Acerca da configuração do centro

---

<sup>4</sup> Aqui são considerados os bairros inseridos na Subprefeitura da Sé (Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, República, Santa Cecília e Sé - segundo Lei Municipal nº 11.220/1992), somados aos distritos Brás e Pari, da subprefeitura da Mooca, sendo esses os territórios originais da ocupação urbana do município de São Paulo.

de São Paulo, Campos (2008) o define como um espaço onde muitas “cidades”, que estão presentes na metrópole, podem se encontrar. E ainda

[...]o comércio na área central também se configura hoje de maneira única, em termos de diversificação e concentração, somando-se aos inúmeros serviços e usos institucionais. Seu caráter histórico ainda torna a região urbanisticamente a mais rica da cidade: praças, parques, avenidas, edifícios, monumentos e equipamentos culturais configuram qualidades urbanísticas acumuladas ao longo de diversos períodos históricos. Outra particularidade do espaço central é a extrema variedade de seu ambiente construído, 3 justapondo inúmeras soluções de ocupação, tipologias e estilos arquitetônicos. Até em um mesmo quarteirão podemos encontrar marcante heterogeneidade volumétrica e arquitetônica, além de grande variedade de usos. (CAMPOS, 2008, p. 2)

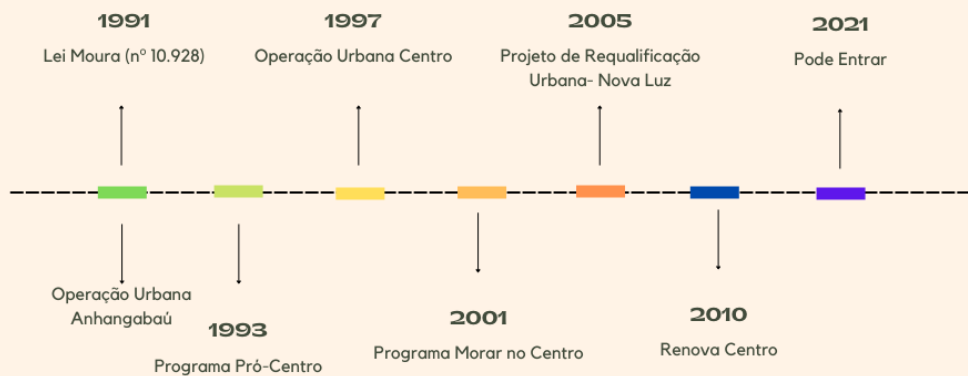
As primeiras intervenções no Centro de São Paulo ocorreram ainda durante a República Velha (1889-1930), momento em que são elaborados os Planos de Melhoramentos, com a construção do Viaduto do Chá e a remodelação do Vale Anhangabaú (AFFONSO, 2010). Momento em que o Estado vai atuar de forma a incentivar a “valorização da área central, e a migração das classes de menor renda na direção da periferia, processo de urbanização típica da cidade de São Paulo até os dias de hoje.” (ROLNIK; CYMBALISTA, 1997 In AFFONSO, 2010, p. 23)

Ao longo do tempo, o centro de São Paulo passa a sofrer alteração no perfil de seus moradores. Com o deslocamento dos moradores de classes sociais mais elevadas no sentido do eixo sudoeste, as pessoas de classe mais baixa passam a ocupar o centro da cidade de forma a estar mais próximas do local de trabalho e das possibilidades de empregos na região.

Historicamente, privilegiado pela classe alta paulistana, o Centro começou a ser por ela abandonado por meio de um processo longo, que se inicia no final da década de 1950. É um lugar que vive o conflito entre popularização, gentrificação e vitalidade socioeconômica, com uma história de atração e de repulsão da classe de baixa renda. A partir do início da década de 1990, o Centro passa a ter um novo sujeito coletivo no seu contexto social e político que são os movimentos de moradia, formados principalmente por pessoas que residem nos cortiços da região, que passam a reivindicar das instituições públicas o direito de morar dignamente no Centro e questionar o grande número de imóveis abandonados sem função social. (KOHARA, 2013, p. 16)

Os moradores mais pobres sempre estiveram presentes no centro, em moradias encortiçadas, como forma de ficar mais próximo ao local de emprego. Porém sendo a região central local de tamanho desenvolvimento e de muitos investimentos públicos, sempre foram tratados pela ótica higienista, levando ao tratamento desses espaços com restrições quanto às determinações sanitárias a serem cumpridas.

## PROGRAMAS MUNICIPAIS



## PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS

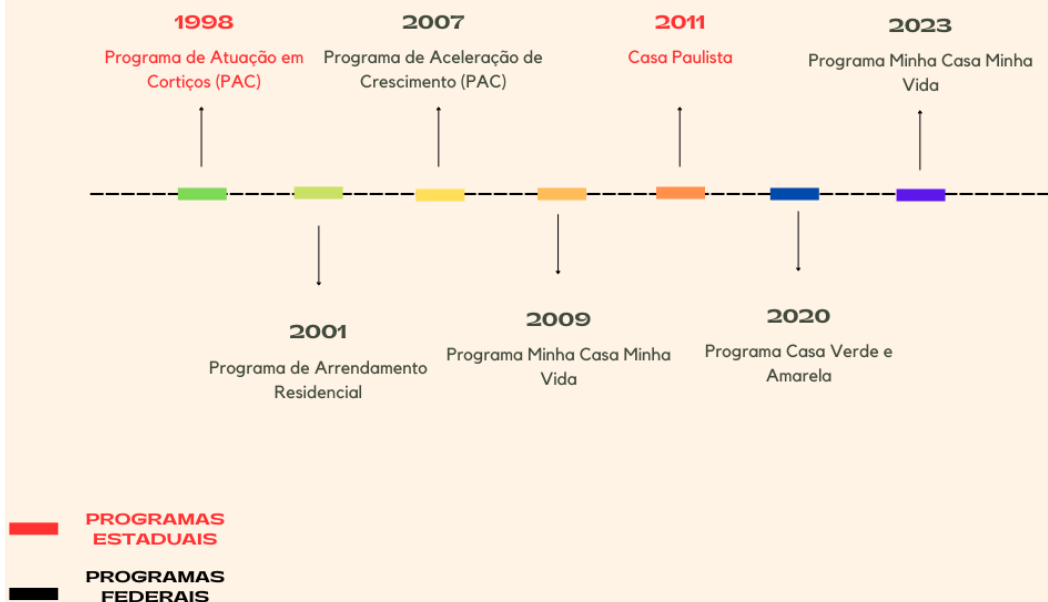


Figura 03: Esquema de programas relacionados a habitação em níveis municipal, estadual e federal.  
 Fonte: Elaboração própria.

Esse tratamento, entretanto, agia apenas como forma de restringir e dificultar a permanência dos pobres nessas áreas<sup>5</sup>, e

[...] não enfrentava as questões que provocava a existência desse tipo de moradia, não censurava aqueles que obtinham altos rendimentos na exploração dos cortiços e não dava atendimento aos moradores. Além de ter base fundamentada em preconceitos e interesses imobiliários, buscava apenas esconder a pobreza e a miséria. (KOHARA, 2013, p. 21)

Entretanto, o uso do centro pela camada mais pobre da população sempre foi questionado e dificultado, devido à disputa pela localização e serviços ali disponíveis. Ainda que a camada mais abastada da sociedade tenha gradualmente se retirado da área, o uso da área pelos mais pobres continuou a depender da “permissão” que teriam do poder público para se estabelecer ali. O trabalho de Kohara (2013) reúne informações a respeito de práticas adotadas, a partir de legislações públicas, desde o final do século XIX e início do século XX, que tinham como finalidade restringir a localização dos cortiços no Centro. Ainda assim, tais práticas foram ineficientes para eliminar os cortiços da região.

Apesar disso, o autor argumenta que a tentativa de modernização da área objetivava a expulsão da camada mais pobre da sociedade dessa área, com ações inspiradas na modernização de Paris. Sempre articulada à valorização imobiliária da região de forma a “permitir ao mercado controlar o tipo de moradores das áreas centrais, pela sua capacidade de pagamento.” (SILVA, 2000, p. 7 apud KOHARA, 2013, p. 23), além do incentivo ao uso do automóvel na área, aumentando a segregação social na região.

Outro momento de ataque aos cortiços e, conseqüentemente, aos moradores pobres da região, foi com o Plano de Avenidas executado entre os anos 1930 e 1940, durante o governo Prestes Maia (1938-1945) (AFFONSO, 2010). O Plano definiu a abertura de algumas das principais avenidas do centro e, para tanto, aprovou a desapropriações e demolições de prédios no centro, principalmente os que eram utilizados como cortiços. Como consequência, houve a ampliação da especulação imobiliária com a reconfiguração do centro e abertura de novos caminhos para a expansão da cidade.

---

<sup>5</sup> Camargo (2010) vai trazer o argumento acerca da dualidade de que o cortiço representava, a partir dos interesses imobiliários na região do centro da cidade de São Paulo, revelado a partir do estudo de Lemos (1998) que indicou que membros da elite paulistana possuíam cortiços na área de Santa Ifigênia. E a partir das expressões de preocupações de ordem sanitária, moral e social, como em “em termos morais, a casa do pobre era vista como ambiente promíscuo e embrutecedor, onde se originavam a imoralidade, os desvios, a mendicância e a revolta. Seus amontoamentos, misturas e sujeira eram vistos como absolutamente incompatíveis com uma vida familiar sadia e regrada. Por não ser um ambiente acolhedor, era responsabilizada por atirar seus oradores às ruas, aos bares e bordéis, onde se entregavam aos vícios, devassidão, ócio, enfim, a toda uma série de atividades marginais à sociedade do trabalho, que então a burguesia estava empenhada em construir (CORREIA, 2004: p.8-9 In CAMARGO, 2010, p. 35).

Kohara (2013) afirma ainda que a falta de investimentos em instituições públicas, que deveriam suprir as necessidades da crescente população (1.326.261 habitantes em 1940 e 8.493.226 habitantes em 1980) acarretou inúmeras penalidades aos moradores, pois com o crescimento populacional acelerado “não conseguiu realizar infraestrutura urbana e atendimento as necessidades dos novos moradores de baixa renda.” (KOHARA, 2013, p. 25). Além da crescente especulação imobiliária que, cada vez mais, vai funcionando como “impeditivo para o assentamento da população de baixa renda nas áreas com infraestrutura urbana no Centro, restando-lhe a opção de morar nas distantes periferias sem urbanização.” (KOHARA, 2013)

### **1.1.1. Intervenções e ‘abandono’ do centro**

O abandono do Centro pela elite paulistana e a mudança de centralidade econômica para a avenida Paulista (KOHARA, 2013 e AFFONSO, 2010) acontecem no mesmo momento, sendo esse o início da transferência das indústrias da cidade para outras cidades da região metropolitana. Esse momento também é marcado pela migração das sedes das grandes empresas para o quadrante da região sudoeste “com a construção de edifícios modernos que atendiam às novas necessidades tecnológicas e vagas nas garagens” (KOHARA, 2013, p. 26), distanciando-se assim dos congestionamentos e da população do centro.

Até meados do século XX, políticas de intervenção implementadas durante a República Velha favoreceram a concentração das atividades terciárias de prestígio no centro histórico: inicialmente por meio da regulação edilícia, da reconfiguração viária do centro velho (atual distrito Sé), de iniciativas socialmente segregadoras, amparadas no sanitarismo, e de um sistema de transportes sobre trilhos radioconcêntrico. (ROLNIK, 1997, p. 32-48; BONDUKI, 1994, p. 32-36 In NAKANO, CAMPOS, ROLNIK, 2004, p. 129)

Nos anos de 1950 e 1960, o Centro passa a ser território configurado como “centro popular que progressivamente foi abandonado pelas camadas de alta renda” (VILLAÇA, 2001 IN AFFONSO, 2010, p. 24). Com as intervenções viárias realizadas, o centro histórico passa a representar um nó de articulação viária da cidade, cuja intervenção espacial realizada possibilitou ainda mais a saída da classe de maior poder aquisitivo, em direção à região sudoeste (AFFONSO, 2010). Ainda que as obras cumpram o objetivo de facilitar a circulação na região, elas dificultam a acessibilidade ao núcleo do centro histórico. (COMIN, 2004)

Para a população de menor renda o período vai ser de menor ocupação da região. Campos (2008, p. 5) atribui a dificuldade de construção de grandes conjuntos de quitinetes às normas legais impostas após 1960 para a região, e ainda à facilidade de verticalização nos outros bairros da cidade, de forma que

Após 1980 o censo acusou uma queda de aproximadamente 40% da população residente nos distritos centrais da Sé e da República. Esse processo foi acompanhado pela crescente degradação dos espaços públicos, pelo esvaziamento de muitos edifícios de

escritórios, e pela desvalorização da região como um todo (GROSTEIN & MEYER, 2002 IN CAMPOS, 2008, p. 5).

Apesar da mudança de centralidade econômica, o centro que já havia recebido grandes investimentos e já era dotado de grande infraestrutura, volta a receber investimento para modernização e valorização dos seus serviços. No entanto, Kohara (2013) aponta como o centro vai ter sua degradação acentuada durante os anos de ditadura militar (1964-1985), com a desqualificação da região central, priorizando o uso do automóvel em detrimento do transporte coletivo. Nos anos 1970, com instalação das linhas de metrô e áreas de tráfego seletivo, que vão marcar a forma de circulação estabelecida na região, o setor terciário passa a ser a principal atuação na região.

Campos (2008, p. 4) vai complementar sobre o “abandono” do centro de maneira ainda mais enfática, ressaltando que “mais que o “abandono” da região, a integridade do centro histórico de São Paulo foi comprometida pela exacerbação da segregação e da desigualdade, indissociáveis de nosso processo de urbanização [...]”

Nesse mesmo período, ocorre também o deslocamento do centro econômico e financeiro da capital para o quadrante sudoeste, na região da avenida Brigadeiro Faria Lima, apresentando a formação de novas centralidades e contribuindo fortemente para o esvaziamento populacional do centro. (NEUHOLD, 2009)

É também nesse momento, entre as décadas de 1970 e 2000, que o centro de São Paulo volta a ser palco das disputas de classe envolvendo o território, com a preocupação em proteção do patrimônio histórico e cultural da região. Leis e programas específicos passam a tratar da requalificação do espaço e do patrimônio construído, sendo essa uma temática que perpassa todos os governos municipais desde então.

Essas propostas de requalificação são descritas por Kohara (2013) a partir da lógica do mercado imobiliário, que atribui a degradação do espaço pela presença dos moradores mais pobres na área, e da visão dos governadores comprometidos com as questões sociais, bastante escassos, que entendiam que a requalificação deveria fixar no centro a população de baixa renda presente historicamente.

Affonso (2010) afirma que a transformação do centro em nó articulador viário, com implantação de corredores exclusivos para ônibus, sistema de calçada de uso exclusivo de pedestres, construídos para organizar o grande fluxo de pedestres da região, dificultou o acesso de automóveis na região, situação apontada como responsável por parte da perda de interesse na região pelos comerciantes e escritórios. Comin (2004) e Nakano, Campos, Rolnik (2004) também entendem que essa “pedestrianização” da região contribuiu para a alteração do perfil socioeconômico dos seus principais frequentadores e habitantes, de classe de renda mais baixa.

Em 1991 é aprovada a lei nº 10.928/91, conhecida como Lei Moura, que define condições mínimas de habitabilidade para os cortiços, muito presentes na região. Em 2002 é aprovado o novo Plano Diretor e criada a Operação Urbana Centro (OUC). Em 2004, a lei nº 13.885 estabelece os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras e o Uso e Ocupação do Solo. Segundo Kohara (2013):

De modo geral, vem ganhando força a disputa pelo espaço do território do Centro, de um lado, com políticas de gentrificação e valorização imobiliária e, de outro, há pressão para implantação de programas habitacionais de interesse social e resistências populares. As disputas pelos espaços do Centro, entendido como parte da cidade e integrado à sociedade, refletem aspectos ligados à desigualdade social, à importância da força política de poderosos grupos econômicos, à presença popular organizada e à heterogeneidade de interesses presentes. Por essas razões apenas, o Centro tem se transformado em um território político. (KOHARA, 2013, p. 30)

Kohara (2013) afirma ainda que, durante esse período de esvaziamento da região do centro, houve crescimento de moradores nas áreas mais distantes e nas cidades-dormitórios da região metropolitana, realçando o processo imposto pela lógica do mercado imobiliário e pela própria indústria da construção civil, de construção de espaços novos, descartando os espaços previamente construídos e estabelecidos na cidade, de forma a obter maiores lucros com a renda fundiária: “O esvaziamento populacional não tem uma relação direta com o esvaziamento econômico de uma região, da mesma forma que o crescimento populacional não representa crescimento econômico.” (p. 34). A expansão da cidade é definida, em parte, em função da renda fundiária e das políticas públicas. Na região central, no entanto, apesar do esvaziamento econômico, o preço dos aluguéis se manteve alto.

A questão também é apresentada por Bloch (2007), que destaca que o processo de abandono do centro pelas camadas de renda mais elevada não significou diminuição de empregos na região central, mas uma reorganização das atividades: “Não pode ser confundido com ‘esvaziamento econômico’, pois não houve perda da densidade econômica.” (BESSA, 2004, p. 226 In BLOCH, 2007, p. 38)

Comin (2004) também considera um equívoco falar em esvaziamento da região, visto que ainda é uma região com ocupação densa, residencial e economicamente. O que se apresenta, na verdade, é a alteração do perfil dos moradores, do setor financeiro - que passa a ser ocupado majoritariamente pelo setor terciário<sup>6</sup> - além de ser ponto de passagem, compras e lazer para milhares de pessoas diariamente.

---

<sup>6</sup> Frúgoli Jr (2000) traz, acerca de um esvaziamento da região, a entrevista com o editor executivo do Informe “Viva o Centro”, sociedade formada em pró da revalorização do centro de São Paulo, em 1991, no qual o mesmo cita que “Houve uma migração de negócios, uma migração de moradores da classe média, migração de boas lojas para fora, entrou outro tipo de comércio menos qualificado, um tipo de atividade mais predatória, como o comércio clandestino, o comércio de rua, de camelôs, mas a vitalidade mesmo, bruta, nunca se perdeu” (FRUGOLI JR, 2000, p. 70).

Assim, é possível verificar que, apesar do abandono do centro pelas sedes de grandes empresas, houve uma alteração de usos e moradores da região, apesar das políticas implantadas tentarem barrar esses moradores de baixa renda. De forma que, mesmo que a região central tenha perdido seu *glamour*, ela concentra grande parte dos serviços da cidade, como por exemplo as modalidades de transporte público, que funcionam como um grande conector de possibilidades de deslocamento para quem se estabelece ali. Especialmente se considerado o enorme problema que a mobilidade urbana representa para a Cidade de São Paulo.

A concentração de trabalhos, formais e informais, na região, também é um grande atrativo. Segundo Kohara (2013), em 2013, os postos de trabalho formais na região central representavam mais de 78,4% do total, dos quais o setor terciário contribuía com quase 40% dos postos de trabalhos formais, sendo a região uma enorme fonte, não apenas de trabalho formal, mas também de variedade de especializações de trabalhos possíveis. Também é grande o número de trabalhos informais, especialmente entre a classe social de baixa renda, devido à grande circulação de pessoas, que movimenta os vendedores ambulantes e trabalhadores subcontratados. Entre 1992 e 2000, a área central representava 25% dos trabalhos formais da cidade, e que o setor público era responsável por 32% dos empregos formais da região. (NEUHOLD, 2009)

Essa região também concentra grande parte dos equipamentos de serviços, tendo sido a principal receptora de investimentos públicos durante muitos anos. Concentra diversas escolas e universidades, espaços de lazer, museus, postos de saúde e prédios governamentais, que funcionam como grandes atrativos. Apesar disso, Kohara (2013) ressalta que

No Centro, apesar de, territorialmente, existirem relações de aproximação entre as classes sociais, isso não significa que as barreiras da segregação estejam rompidas; o limite permitido e a circulação no território e não o pertencimento e a fixação. A criminalização do espaço no bairro da Luz com a denominação oficial de “Cracolândia” pelos gestores públicos significou estigmatização dos moradores da região. (KOHARA, 2013, p. 44)

Essa região é estigmatizada devido ao uso da área por pessoas em situação de rua e usuários de droga, às vezes em grande número como na Cracolândia<sup>7</sup>. Kohara (2013) apresenta ainda a desqualificação dos vendedores da região, que são desvalorizados frente às grandes corporações que se mudaram nas décadas anteriores, e que são

---

<sup>7</sup> A Cracolândia nesse sentido pode ser compreendida como região com concentração de usuários de drogas, entre eles o destaque ao uso do crack. Entretanto, as regiões acabam por variar devido ações da Prefeitura para dispersar os usuários. A maior região, na cidade de São Paulo, por muitos anos foi a região do bairro da Luz, mas as ações policiais realizadas apenas fazem com que os usuários migrem para outras regiões e se agrupem por outros bairros, a exemplo da ação policial realizada em 2017, que resultou na reportagem de Tomaz e Soares (2017), que pode ser acessada em <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/cracolandia-se-expandiu-da-luz-para-mais-7-bairros-de-sp-e-pode-aumentar-diz-mp.ghtml>.



consideradas como responsáveis pelo desenvolvimento social. Essa problemática faz com que o centro seja visto, pelo mercado imobiliário, como uma grande reserva de valor, situação que dificulta quem se estabelece e quer se estabelecer na região e não possui grande poder aquisitivo. Comin (2004) também vai abordar a questão da estigmatização da área, ressaltando:

Ademais, pela concentração e especial visibilidade de alguns fenômenos como o comércio ambulante, a presença de moradores de rua, a mendicância e a escassa vida noturna, cristalizou-se a imagem negativa de um espaço violento, inseguro e sujo, que não necessariamente corresponde à realidade, mas cuja reversão exige esforços amplos e persistentes. (COMIN, 2004, p. xix)

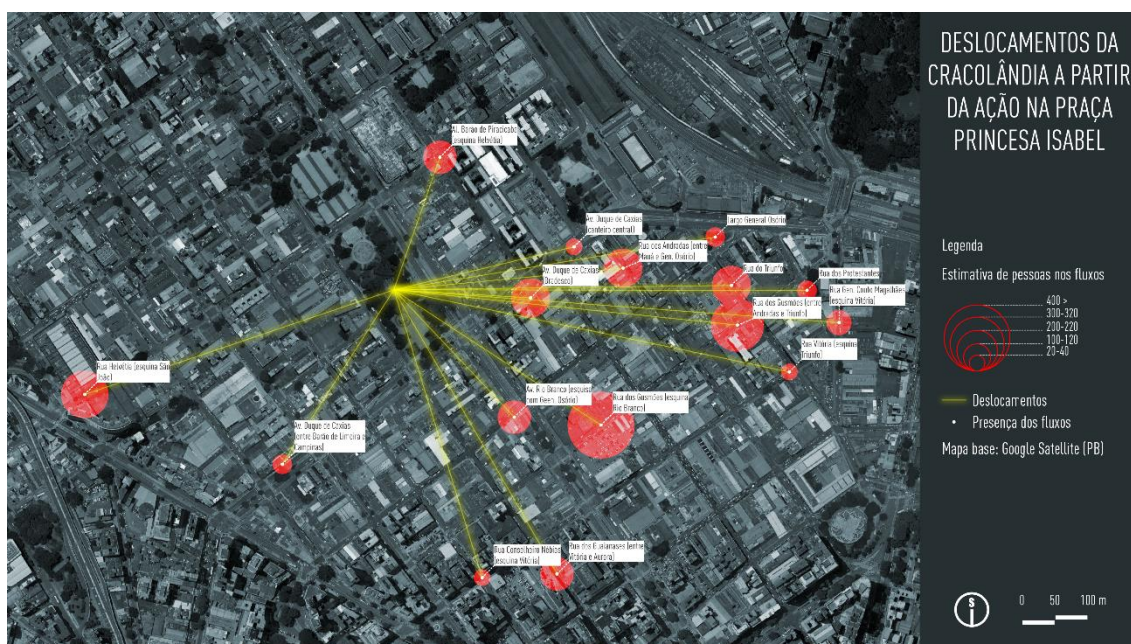


Figura 04: Mapa da deslocamentos da Cracolândia a partir da ação na praça Princesa Isabel.

Fonte: LabCidade, 2022.

Kohara (2013) ressalta ainda que o Censo de 2010 mostrou que as áreas centrais tiveram um aumento de moradores, como contraponto aos censos anteriores que mostravam o esvaziamento da área. Esse repovoamento, entretanto, é realizado com alteração do perfil dos moradores da área, como idade, ocupação e poder aquisitivo. A alteração no perfil dos moradores que utilizam a área também foi descrita por Bloch (2007), atribuindo tal questão à utilização da mão de obra desses trabalhadores em trabalhos formais e informais.

[...] O inquestionável deslocamento da centralidade dominante... para o setor sudoeste da cidade não determinou o esvaziamento do centro histórico, mas sim uma mudança no perfil de seus usos e usuários, configurando novos focos de dinamismo e novas vocações para a área (...). Todavia, a popularização do centro e seu atual elenco de atividades, formais e informais, são também manifestações de uma nova vitalidade econômica, que mantém em muitas instancias o papel central da região no âmbito do universo terciário da cidade. (NAKANO, MALTA CAMPOS, ROLNIK, 2004, p. 154 e 156 In BLOCH, 2007, p. 39)

Essa alteração pode ser considerada benéfica se conseguir repovoar a área, visto a necessidade de ocupar uma área já servida de infraestrutura, que possui grande vacância imobiliária (NEUHOLD, 2009) e que concentra a maior parte dos empregos. O incremento da utilização da região para moradia também foi prioridade de alguns gestores, como Erundina (1989-1992) e Marta (2001-2004), uma vez que concentra empregos e infraestrutura urbana. (KOHARA, 2013)

## **1.2. Políticas Públicas**

Francisco de Oliveira (1999) ao analisar o desenvolvimento neoliberal no país discute a questão da passagem das conquistas e direitos ao diluí-las em questões administrativas, nas quais a privatização da esfera pública impõe uma aparente falta de necessidade do Estado. Esse processo se coloca também no âmbito habitacional e a política pública, que antes era tida como sendo de efetivação do direito à moradia, migra do discurso dos direitos fundamentais universais “para a lógica seletiva dos mercados, articulando-se de maneira inovadora com a arquitetura financeira dos novos padrões de acumulação do capital”. (ROYER, 2013, p. 13)

Shimbo (2012) retrata como os programas habitacionais, inseridos no histórico geral de políticas habitacionais brasileiras, são marcados por mecanismos regulatórios, que favorecem determinados atores e que, no Brasil, acabam por favorecer a atuação do mercado privado, o que resulta na canalização de recursos públicos e semipúblicos para esse setor.

Com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1964, a forma de se fazer política habitacional no país foi alterada e pela primeira vez unificou-se a produção de unidades habitacionais em um único programa, a partir do financiamento de empreendimentos imobiliários com recursos públicos e privados para o setor da moradia.

O BNH (1964-1985) era o gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e impôs na política habitacional a segmentação do mercado segundo os níveis de renda de cada família, sob responsabilidade de diferentes agentes promotores, com legislação própria para cada setor (SHIMBO, 2012). Seguindo a delimitação das faixas de renda, os grupos que poderiam ser inseridos no sistema de crédito bancário (conhecido como faixa de mercado) ficavam a cargo da produção privada, enquanto para o grupo de faixa de renda inferior, a produção era essencialmente pública.

O fim do BNH, em 1985, deixou um vácuo na política federal de provisão habitacional e durante décadas os trabalhos de provisão e regularização fundiária foram realizados unicamente através dos estados e municípios. Após a extinção do BNH, fica o então Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, incumbido de formular novas políticas habitacionais e desenvolvimento urbano. (ROYER, 2013)

Apenas a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), quase uma década após o fim do BNH, são introduzidos de forma clara os princípios de

mercado na provisão habitacional (ARRETCHE, 2002 apud SHIMBO, 2012, p. 33). São definidas a descentralização dos recursos federais e a ampliação da participação do setor privado, além da introdução de políticas de crédito para o mutuário final, de forma que recursos utilizados na concessão dos financiamentos retornassem ao sistema bancário.

Entre as propostas do governo FHC, o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), criado em 1999, trazia uma nova forma jurídica de atendimento, prevendo atendimento para as famílias com renda entre três e seis salários-mínimos, e funcionando de forma a arrendar o imóvel, e não voltado para a aquisição, ainda que essa possibilidade existisse para o arrendatário. Dessa forma, o programa objetivava mais agilidade na retomada do imóvel pelo banco em caso de inadimplência.

Na área central de São Paulo, Rossetto Netto (2017) mostra como o Programa de Arrendamento Residencial foi utilizado de forma a produzir unidades que deveriam ser realizadas pelos programas municipais, estruturados durante a gestão municipal Marta Suplicy (2001-2004), sendo esses o programa Pró-Centro (Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo) e Programa Morar no Centro.

A respeito da atuação municipal desse período, o autor complementa avaliando que

A gestão contribui também com outros elementos para a questão habitacional em áreas bem localizadas: propôs intervenção territorial de requalificação mais abrangente em bairros centrais através do PRIH – Perímetros de Reabilitação Integrada do Habitat; o Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE-2002) incorpora instrumentos do Estatuto da Cidade (2001), em especial demarca as ZEIS em toda cidade, sendo que no Centro foram demarcados imóveis subutilizados ou vazios pela ZEIS-3; viabilizou empreendimentos para Locação Social; bem como outorgou o Decreto Municipal nº 44.667/04, que estabeleceu normas edilícias específicas para Empreendimentos de Interesse Social – (EHIS) e HMP. (ROSSETTO NETTO, 2017, p. 56)

Entretanto, o autor destaca ainda que, mesmo com ações concretas sendo realizadas na região central do município de São Paulo, e incentivo ao planejamento territorial e viabilização do *retrofit* dos edifícios, transformando-os em moradia social, os programas municipais tiveram limitações de concretização, sem que fosse levada adiante após o fim do mandato da gestora.

No âmbito federal, ainda durante o governo FHC, foi criado o Programa Carta de Crédito, em 1995. Shimbo (2012) descreve como o programa, que foi criado para atender as famílias que recebiam renda de até 12 salários-mínimos e utilizava recursos do FGTS e SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), possibilitava a produção, aquisição e ampliação de unidades habitacionais, novas e usadas, além da produção de lotes urbanizados. O Programa Carta de Crédito acabou sendo o principal instrumento de captação de recursos do FGTS pelas

incorporadoras imobiliárias privadas e a principal forma de financiamento para os setores de renda média a partir dos anos 1990.

A autora ainda ressalta que, enquanto no SFH o mercado imobiliário acessava os recursos do SBPE de forma direta, a partir do governo FHC, ele passa acessar também o FGTS, com juros menores dos praticados pelo mercado imobiliário, representando uma fonte de recursos mais barata para esses agentes. A autora complementa ainda como esse movimento atua de forma a reforçar “a tendência elitista da política habitacional, há bastante tempo em curso, que continuava favorecendo os setores médios da população brasileira.” (SHIMBO, 2012, p. 37)

Diogo (2004) faz uma avaliação das políticas habitacionais desenvolvidas na área central do município de São Paulo, entre os anos de 1968 e 2000, considerando as várias gestões municipais. Rossetto Netto (2017) recupera a atuação na área central nos âmbitos municipal, estadual e federal, entre os anos de 2005 e 2016, de forma a avaliar como foi a gestão pública e sua atuação nesse território.

Durante o início do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010), discutiu-se a possibilidade de facilitar o crédito habitacional para as camadas de renda mais baixa como forma de ampliar a atuação do mercado imobiliário privado, apresentando a habitação como investimento “que contribuiria de modo crucial para a retomada do crescimento econômico e a geração de emprego” (SHIMBO, 2012, p. 38). Foi então criado o Ministério das Cidades<sup>8</sup> com o objetivo de integrar as políticas habitacionais e ser o responsável pela elaboração do Plano Nacional de Habitação (PNH), e pela criação do Sistema Nacional de Habitação (2005).

A partir do Sistema Nacional de Habitação foram criados os subsistemas que atenderiam à habitação de interesse social - com recursos públicos e subsídio para população de baixa renda - e a habitação de mercado, que captaria recursos privados e facilitaria a promoção imobiliária. (SHIMBO, 2012)

Já o Subsistema de Habitação de Mercado visava ampliar a concessão de crédito imobiliário via Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que complementaria o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), criado em 1997 durante o governo FHC. (SHIMBO, 2012; ROYER, 2013)

A intensificação da atividade imobiliária (ROYER, 2009 apud SHIMBO, 2012) se deu com o aumento da regulação do crédito imobiliário, gerando “maior segurança jurídica para incorporadores, construtores e investidores” (SHIMBO, 2012, p. 53) e com a ampliação e melhoria do crédito para a pessoa física, com a diminuição dos juros e valores de entrada, e aumento dos prazos de pagamento e quota do imóvel a ser financiado.

---

<sup>8</sup> O Ministério das Cidades foi criado em 2003, no início da primeira gestão Lula. Em 2019, com a posse do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), o MCidades foi extinto. Em janeiro de 2023, com a posse de Lula para seu terceiro mandato, o MCidades foi recriado.

Ainda assim, a produção habitacional no centro de São Paulo, no início do governo Lula, esteve fortemente ligada ao PAR, da Caixa Econômica Federal. Segundo Rossetto Netto (2017), entre 2005 e 2008, foram entregues, no município de São Paulo, 70 empreendimentos, totalizando 8.106 unidades habitacionais com recursos do PAR e do município. Sendo que muitas dessas unidades foram viabilizadas em terrenos da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB-SP.

Ainda segundo Rossetto Netto (2017), na região central foram viabilizados apenas três empreendimentos de *retrofit* pelos movimentos de moradia, além de três empreendimentos viabilizados pela Cohab, utilizando recursos do PAR.<sup>9</sup> Entretanto, mesmo com as modificações propostas para o programa, sua atuação no centro de São Paulo diminuiu frente à valorização do mercado imobiliário na região e ao aquecimento econômico vivido no período.

Em 2009 foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV (2009-2021) com o objetivo inicial de construir um milhão de moradias, com subsídios que chegavam até 90%<sup>10</sup> do valor do imóvel. O Programa também concentrava as características de divisão em grupos, segundo as faixas de renda com concentração dos subsídios nas faixas de menor renda.

Na modalidade que abarcaria as famílias que recebessem até 3 salários-mínimos (Faixa 1), utilizava-se o aporte a fundo perdido de recursos do Orçamento Geral da União. Já o segmento “de mercado” voltado para as famílias que recebem entre 3 e 10 salários-mínimos (Faixas 2 e 3) tinha a característica de colocar o mutuário em contato diretamente com as construtoras para a aquisição do imóvel, e com o banco para acessar o financiamento que necessitava.<sup>11</sup>

O financiamento, para as faixas 2 e 3, dava-se a partir de recursos do FGTS, exigindo retorno do valor financiado, (AMORE, SHIMBO E RUFINO, 2015) acrescido de juros, de forma que o mutuário assumia os maiores riscos do crédito com a compra do imóvel.

Segundo Rizek (2018) e Royer (2013), o processo de crescimento e abertura de capital das empresas construtoras que participaram da expansão da construção habitacional, sobretudo durante a vigência do PMCMV, tem como resultado a financeirização da produção habitacional. A produção de moradias visava um nicho de mercado com grande valorização financeira, que funcionava como enorme possibilidade de concentração de renda e apropriação de recursos públicos, além da

---

<sup>9</sup> Edifício Labor (2005), com 84 UH, Edifício Joaquim Carlos (2006), com 93 UH e Hotel São Paulo (2007), com 152UH, sendo esses viabilizados pelos movimentos de moradia. Os edifícios viabilizados pela Cohab foram Asdrúbal do Nascimento, com 40 UH, Riachuelo, com 120 UH, e Senador Feijó, com 45 UH. (SANCHES, 2015 apud ROSSETTO NETTO, 2017).

<sup>10</sup> Segundo informações do Site do Governo Federal, em tese de doutorado, Barbon (2018) apresenta que o valor do subsídio podia chegar a 95%.

<sup>11</sup> Inicialmente a divisão por Faixas era atrelada ao valor do salário-mínimo. No PMCMV 2 e 3, os valores passam a ser nominais e não mais atrelados ao valor do salário-mínimo.

utilização do crédito imobiliário “como mecanismo privilegiado de acumulação de capital e redistribuição de riqueza e renda aos grupos de maior poder aquisitivo” (ROYER, 2013, p. 26), já que o crédito imobiliário se tornou o maior instrumento das políticas habitacionais.

Esse processo de acumulação e concentração de renda é possível a partir da participação do Estado, que cria as possibilidades e naturaliza a participação do capital privado que, ao promover “esquemas de privatização e cortes de gastos públicos que sustentam o salário social” (HARVEY, 2005 apud ROYER, 2013, p. 28), reverte o fluxo típico das políticas de bem-estar.

Dessa forma, possibilita “a manipulação do sistema de crédito a serviço da acumulação de capital e redistribuição da riqueza e da renda aos grupos de maior poder aquisitivo” (ROYER, 2013, p. 28) já que o sistema de crédito vem aliado à concessão de subsídios para as famílias de grande poder aquisitivo e à desoneração de impostos em transações realizadas por esses grupos.

Royer (2013) aponta que os atuais processos de financiamentos habitacionais “não se firmam, definitivamente, como sistemas de promoção de direitos sociais. Muito pelo contrário: reduzem o direito à moradia ao acesso privado a uma mercadoria livremente negociada no mercado” (p. 29). Faz ainda com que a cidade se torne “cada vez mais um produto eminente da necessidade especulativa do capital imobiliário no seu processo de valorização”. (PAIVA, 2007 apud SHIMBO, 2012, p. 58)

Isso ocorre pois é necessário manter o vínculo entre processo e produção imobiliária com o capital financeiro nas estruturas de financiamentos e processos especulativos, gerando instabilidades constantes nesse nicho de mercado, potencializadas pela abertura de capital das empresas construtoras e incorporadoras.

A alocação da política habitacional nos moldes do capital mercadológico transforma o sistema de crédito no principal instrumento de ação a ser executado. O que faz com que a capacidade de pagamento desse crédito e de inserção nesse sistema de crédito determine quem pode ter o que deveria ser direito básico universal, no caso, a moradia. (ROYER, 2013)

Shimbo (2012) destaca ainda o papel do capital financeiro na modificação das dinâmicas locais ao negociar com os governos as melhores condições para obtenção de terrenos, o aumento da produção e a antecipação do capital para produção, entre outras questões.

A financeirização afeta sobretudo a camada de menor renda, não apenas através da necessidade de individualização do acesso ao crédito imobiliário, mas também devido à alteração que as políticas governamentais vão sofrendo para abarcar as necessidades impostas pela crescente financeirização.

Royer (2013) salienta como esse impacto afeta os orçamentos públicos e como o déficit público é “constantemente alimentado pelas finanças, o que diminui sobremaneira o uso dos recursos públicos no desenvolvimento do país” (ROYER, 2013, p. 42), já que o orçamento público acaba sendo destinado prioritariamente ao investimento de capital privado em detrimento dos direitos sociais.

Rossetto Netto (2017) mostra como o aumento dos preços dos imóveis e terrenos inviabilizou o avanço do PMCMV na região central do município de São Paulo. E ainda acrescenta como “a larga disponibilidade de crédito imobiliário somada aos valores praticados pelo mercado garantem nichos mais rentáveis aos empreendedores, mesmo com o avanço sobre a Habitação de Mercado Popular através do PMCMV [...]” (ROSSETTO NETTO, 2017, p. 66) Entretanto, o programa PMCMV ainda possibilitou, no centro de São Paulo, a viabilização de edifícios como o Hotel Cambridge<sup>12</sup> e o Dandara (ROSSETTO NETTO, 2017), financiados pelo programa, que além do financiamento do programa federal contaram com o uso de patrimônio público municipal (Cambridge) e federal (Dandara), de forma a prover habitação social na região central.

Na mesma época, no âmbito estadual, a atuação no centro de São Paulo se dá durante os governos Geraldo Alckmin (2003-2006) e José Serra (2007-2010), através do Programa de Atuação em Cortiços (PAC), criado em 1998, e que visava atender a Lei Moura, objetivando, portanto, melhorar as condições de habitação das famílias que moravam nos cortiços, além de recuperar a área central, com a viabilização de novas unidades onde já existia a infraestrutura necessária. Rossetto Netto (2017), ainda complementa

A execução do programa de fato se deu apenas em 2002 com a captação de recursos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Sob responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), e talvez justamente por ter sido alocado dentro da Companhia, os empreendimentos desenvolvidos são quase que exclusivamente de novas construções, verticalizando os terrenos ocupados por cortiços, dentro do setor de intervenção nos bairros do anel Intermediário da região central [...]. (ROSSETTO NETTO, 2017, p. 61)

---

<sup>12</sup> Ocupado em 2012 pelo Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), o Hotel Cambridge havia sido desapropriado pela Prefeitura de São Paulo em 2011. Em 2015, o movimento participou e foi selecionado em um edital da COHAB-SP para tornar o prédio parte da política de habitação da cidade, além de conquistar recursos do Programa MCMV na modalidade Entidades para revitalizar e adaptar o prédio para moradia. Em 2016, o prédio foi transferido para o MSTC. As obras do Residencial Cambridge foram finalizadas em 2022. A história da Ocupação Cambridge foi tema do filme “Era o Hotel Cambridge”, de 2014, e seu processo de formação é tema de pesquisas acadêmicas atualmente. Para maiores informações sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, entidades e as potencialidades dos programas autogestionados, ver Lago (2012) e D’Ottaviano (2021).

### 1.2.1. Políticas habitacionais atuais

Em 2020, ocorre o lançamento do programa habitacional do governo federal, o Programa Casa Verde e Amarela<sup>13</sup> (Medida Provisória nº 996/2020 e Lei Federal nº 14.118/2021). O programa extingue o PMCMV, e com ele a modalidade de construção via Entidades.

Guerreiro e Rolnik (2020) ressaltam que, entre os principais aspectos do programa habitacional, destacou-se o não atendimento dos grupos de menor faixa de renda, antes enquadrados na Faixa 1 no Programa Minha Casa Minha Vida. Com o PCVA, essa população passa a integrar o grupo geral das famílias em áreas urbanas que recebem até R\$ 7.000,00<sup>14</sup>, ou seja, um único grupo de renda com características muito distintas. Soma-se a isso, o fim do subsídio para as famílias de baixa renda. Nesse cenário, fica a cargo das construtoras e incorporadoras escolher para quem irão produzir.

Com a extinção da possibilidade de construção de novas moradias exclusivamente para os grupos de menor renda, setor que antes era subsidiado pelo PMCMV, extinguiu-se também a construção de casas na modalidade “Entidades” - formato anteriormente integrado à Faixa 1 do PMCMV, com produção regime de autogestão ou por subcontratação de construtoras. Essa extinção de faixa 1 para construção e regularização gera incertezas relativas ao futuro do desenvolvimento habitacional. O Entidades, por exemplo, permitia a disponibilização de moradias regularizadas sem depender dos princípios capitalistas mercadológicos. Seu encerramento inviabiliza casos como a reforma do edifício do antigo Hotel Cambridge ou do Dandara. (ROSSETTO NETTO, 2017)

Outro aspecto ressaltado por Guerreiro e Rolnik (2020) é a manutenção da regularização da posse nos termos da Lei nº 13.465, de 2017, instituída no governo Michel Temer (2016-2018), que permite a regularização de moradias em locais sem condições de habitabilidade. A nova lei de regularização fundiária tem como um de seus objetivos a titulação em massa de imóveis, propiciando a extração de valor de troca nos novos imóveis regularizados, de forma a contemplar o mercado imobiliário formal, mas não necessariamente os valores de uso que essa população usualmente espera obter de suas casas, como proteção e segurança.

Alfonsin et. al. (2021) apresenta em detalhes como essa lei de regularização de posse altera não apenas a legislação que é aplicável nos processos de regularização fundiária “mas promoveu uma ruptura paradigmática com a política pública que vinha sendo desenvolvida no país sob o marco legal proveniente do tripé Constituição

---

<sup>13</sup> O PCVA foi extinto em 2023, com o relançamento do PMCMV pelo Governo Lula (2023-2026).

<sup>14</sup> A título de conhecimento, o salário-mínimo nacional, em 2023, é de R\$ 1.320,00. Para o Estado de São Paulo, no mesmo ano, foi definido o valor de R\$ 1.550,00.



Federal, Estatuto da Cidade e Lei nº 11.977/09 (BRASIL, 1988; 2001; 2009)” (2021, p. 54). No formato atual da lei, o que se tem pode ser descrito como:

O traço mais marcante desse novo desenho legislativo parece ser a supervalorização da dimensão econômica dos bens fundiários e imobiliários, facilitando-se a aquisição e a transação de seus títulos de propriedade. A consequência imediata é a descon sideração do conjunto de princípios jurídicos, ambientais e sociais que lastreavam a matriz de regulação urbana que vinha se consolidando no Brasil. (ALFONSIN et. al. 2021, p. 59)

Dessa forma, a regularização de posse passa a destacar a propriedade do contexto urbano, individualizando-a e tratando-a unicamente como mercadoria, sinalizando a tentativa de “intensificação do processo de mercantilização das cidades.” (ALFONSIN et. al. 2021, p. 61). Tal formato de regularização, quando aliado às possibilidades de aquisição de moradia via mercado formal, apresenta a intensidade de transformação da terra e da propriedade em ativos financeiros, voltados a quem consegue pagar para acessar e excluindo aqueles que não tem esse poder de compra, ainda que fosse para a compra de um direito básico universal garantido em constituição federal.

Rolnik (2015) mostra que já em 1993, a atuação do Banco Mundial sinalizava para o incentivo do mercado habitacional formal, viabilizando melhores condições para a aquisição da casa própria dentro do sistema financeiro. Ou seja, o acesso à moradia deveria ser submetido aos interesses do mercado e restrito às famílias que tivessem condições de arcar com a compra de um imóvel. O que se verifica hoje, nas políticas vigentes e linhas de crédito, é justamente a evolução do pensamento que se colocou em prática desde os anos 1990.

Com esses processos de transformação da habitação em mercadoria, na qual a cidade é entendida como produto, e que possibilitam sua precificação e venda, constrói-se a ideia de que tudo o que é disponibilizado para as pessoas precisa ser rentável, permitindo investimentos para movimentar o sistema financeiro. A habitação é colocada nesse sistema com o papel de movimentar esse mercado financeiro globalizado, deixando de ter sua característica de direito universal e passando a ser consumida exclusivamente por quem pode pagar por ela.

O Programa Casa Verde e Amarela evidenciou, portanto, a característica da financeirização que a habitação tomou no âmbito das políticas públicas, e dificulta ainda mais o acesso à moradia para a população de baixa renda.

A necessidade de criar caminhos para o acesso à habitação torna ainda mais difícil o acesso à habitação regularizada, o que Luft (2021) apresenta como sendo:

No Brasil, as terras foram ocupadas, apossadas, griladas, exploradas, disponibilizadas, outorgadas, demarcadas, legitimadas, transferidas, cedidas, financeirizadas, vendidas – oficial ou oficiosamente. Em todos esses percursos, elas foram e seguem sendo regularizadas. Neutralizar esses fatores (e reificar

formas e conteúdos a respeito da propriedade) significa ignorar a própria história; ou melhor: as diferentes histórias e relações construídas no espaço. As interações dos sujeitos entre si (e destes em relação ao território) são múltiplas, não sendo possível estabelecer formas únicas de caracterização dos direitos. (Luft, 2021, p.45)

O Programa Casa Verde e Amarela também sofreu com o jogo político eleitoral. Segundo reportagem do jornal Folha de São Paulo,<sup>15</sup> o programa - que já não construía habitação para a população com renda inferior a R\$ 1.800,00 - sofre ainda redução do valor de investimento para o ano de 2023, pelo atual governo.<sup>16</sup> A verba prevista no orçamento 2023 não é suficiente sequer para a finalização das obras em andamento.

A redução em 93% da verba, quando comparada ao investimento de 2022, não será suficiente sequer para dar continuidade às unidades iniciadas em governos anteriores. Com valor de investimento previsto para 2023 de apenas R\$ 82,3 milhões, o programa terá o menor investimento em programa habitacional desde a criação do PMCMV, em 2009.<sup>17</sup>

No âmbito dos programas habitacionais federais, o ano de 2023 trouxe novas mudanças às famílias de baixa renda. Após as eleições de 2022, com a vitória do candidato petista, Lula, eleito para seu terceiro mandato como Presidente do Brasil (2023-2026), foram iniciados os trabalhos de transição entre os governos. Com a Proposta de Emenda à Constituição nº 32<sup>18</sup>, de 2022, que ficou conhecida como PEC da transição, foi anunciada a futura retomada do programa de habitação social Programa Minha Casa Minha Vida.

A retomada do novo PMCMV ocorreu em 14 de fevereiro de 2023, com a Medida Provisória nº 1.162, encerrando assim o Programa Casa Verde e Amarela, vigorado entre os anos de 2020 e 2022, estabelecido pelo Governo Bolsonaro (2019-2022).

A nova versão do PMCMV, que já estava em vigor com a MP nº 1.162, foi sancionada em 13 de julho de 2023, através da Lei nº 14.620, e trouxe alterações significativas. Ainda que os impactos dessas alterações não poderão ser explorados por este trabalho, devido ao curto tempo de vigência do novo programa, cabe destacar algumas das inserções apresentadas por ele, sendo ela a previsão de requalificação ou *retrofit*, e a retomada da modalidade “entidades”.

---

<sup>15</sup> <https://www.folhape.com.br/economia/bolsonaro-corta-93-da-verba-do-casa-verde-amarela-em-2023-nao-havera/240482/>

<sup>16</sup> Governo Bolsonaro (2019-2022).

<sup>17</sup> Antes mesmo da posse do presidente Lula, em janeiro de 2023, foi aprovada a chamada PEC da Transição (PEC 32/2022) que entre outras coisas prevê verba adicional para habitação em 2023 com o objetivo de finalizar as obras em andamento.

<sup>18</sup> A PEC da transição foi aprovada como Emenda Constitucional nº 126, e entrou em vigor em 21 de dezembro de 2022.

O art. 3º da Lei nº 14.620/2023 contém as diretrizes do programa habitacional, inciso XVII coloca como diretriz “XVII - incentivo à requalificação e *retrofit*<sup>19</sup> de prédios degradados, não utilizados e subutilizados, localizados nas áreas centrais das grandes cidades brasileiras, priorizando os de pequeno porte, assim compreendidos aqueles com até 200 (duzentas) unidades habitacionais;” (BRASIL, 2023). Ainda dentro do mesmo artigo cabe destaque aos parágrafos 4º e 5º

§ 4º Exclusivamente para os fins desta Lei, consideram-se unidades habitacionais requalificadas ou retrofitadas aquelas oriundas da recuperação total ou parcial de imóveis ou edifícios tombados, degradados, não utilizados ou subutilizados, não se considerando como tais as unidades isoladas meramente reformadas.

§ 5º A implementação das linhas de atendimento deverá priorizar a pluralidade de agentes promotores e financeiros, em articulação com todos os entes federativos, por meio de seus órgãos e entidades descentralizadas responsáveis pela execução das políticas de desenvolvimento urbano e habitação, e com a sociedade civil organizada. (BRASIL, 2023)

Já em relação à retomada da modalidade Entidades, sua regulamentação foi realizada através da Instrução Normativa nº 28, de 4 de julho de 2023, oriunda do Ministério das Cidades. A norma define os parâmetros, definições de beneficiários, habilitação das entidades organizadoras, além de outros temas, e tem o objetivo de concessão de financiamento subsidiado a pessoas físicas, devendo essas ser contratadas sob a forma associativa, para a produção de unidades habitacionais para famílias de baixa renda, residentes em áreas urbanas, devendo estar organizadas por meio de entidades privadas sem fins lucrativos. Os selecionados serão beneficiados com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

Para as áreas urbanas, a nova versão no PMCMV determinou os valores máximos a serem financiados, além dos tetos dos valores máximos de renda para que os beneficiários se insiram nas chamadas faixas de renda, sendo eles a faixa urbano 1, que é composto por famílias com renda bruta mensal de até R\$ 2.640. Também estabelece, para as áreas urbanas, a faixa urbano 2, que atenderá famílias com renda bruta mensal de R\$ 2.640,01 até R\$ 4.400, e a faixa urbano 3 para atender famílias com renda bruta mensal de R\$ 4.400,01 até R\$ 8.000.

Os valores máximos dos imóveis financiados são distribuídos entre faixas 1, 2 e 3, sendo respectivamente R\$ 170 mil, R\$ 264 mil, e R\$ 350 mil. Os valores da taxa de juros também foram atualizados, variando entre 4% e 4,5% para a faixa 1, sendo essa variação correspondente a região de localização do imóvel e divisão por faixa de renda. A taxa de juros para os beneficiários alocados nas faixas 2 e 3 variam entre 4,75% e 8,16%, e utiliza as mesmas variáveis do faixa 1.

---

<sup>19</sup> O *retrofit*, utilizado como forma de viabilizar as reformas dos edifícios antigos da região central, também gera uma insegurança para as famílias de ocupações de moradia, visto que torna atrativo para o mercado imobiliário voltado à classe média, sendo um argumento contra a permanência dessas famílias na região central.

Além dessas alterações, o novo PMCMV alterou, nas especificações técnicas, o tamanho mínimo do imóvel para 41,5m<sup>2</sup> para apartamentos, passou a exigir que os conjuntos sejam equipados com salas para biblioteca e equipamentos para práticas esportivas. O programa também passou a exigir que o terreno esteja localizado dentro da malha urbana, em local com proximidade de infraestrutura instalada e consolidada, com acesso a equipamentos públicos, como escolas, postos de saúde, transporte público, além de comércios e serviços.

Com as novas regras estabelecidas para o Programa Habitacional Federal, os moradores de ocupações do centro da cidade de São Paulo passam a ter uma nova possibilidade de regularização, em especial atenção para as ocupações que foram realizadas em edifícios públicos, como é o caso das ocupações objeto deste trabalho. Entretanto, conforme mencionado anteriormente, ainda será necessário tempo para verificar como será efetivamente realizada a utilização do PMCMV<sup>20</sup>, e os impactos para as famílias que moram em ocupações organizadas.

No âmbito municipal, o Programa Pode Entrar, criado pela Lei nº 17.638/2021, sancionado pelo prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (gestão 2021-2024), foi apresentado como um programa para dar continuidade e garantir a produção de

14 mil unidades comprometidas em função da extinção do Minha Casa, Minha Vida e institui importantes ferramentas para ajudar na redução do déficit habitacional como a possibilidade de a Prefeitura adquirir imóveis da iniciativa privada de acordo com as demandas regionais e percentuais mínimos para idosos, pessoas com deficiência e mulheres vítimas de violência. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2021)

Na apresentação do programa consta ainda que será facilitado o acesso ao crédito direto ao mutuário final, podendo ser através da Carta de Crédito, na qual é concedido um subsídio financeiro concedido ao munícipe pela Prefeitura para a aquisição da moradia, ou através da Conta Garantidora, formato em que a Prefeitura garantirá o acesso ao crédito bancário, realizado para as famílias que tenham dificuldade em acessar financiamento diretamente com os bancos.

Entre as modalidades criadas pelo programa estão: Empreendimentos para atendimento de famílias cadastradas no município que serão selecionadas conforme critérios próprios criados pela prefeitura, empreendimentos para atendimento de famílias removidas de forma involuntária por intervenções de obras públicas, empreendimentos em parceria com entidades sociais habilitadas pela SEHAB ou COHAB-SP (nessa podem ser utilizados imóveis públicos ou privados), e a última modalidade sendo a aquisição de unidades ou empreendimentos em imóveis privados, de forma a atender famílias selecionadas pela SEHAB ou COHAB-SP.

---

<sup>20</sup> Ainda que o PMCMV possa incluir questões relativas à regularização de posse, a Lei nº 13.465, de 2017 rompe com o que estava estabelecido, de forma que o novo PMCMV, lançado em 2023, funciona com os mesmos parâmetros estabelecidos na lei de 2017, assim como o PCVA.

O público-alvo do programa foi dividido em dois grupos, sendo o primeiro para atender famílias com renda bruta até 3 salários-mínimos, nesse caso estabelecendo o limite de até 15% da renda para ser utilizado com as prestações do imóvel, e o segundo grupo destinado ao atendimento de famílias com renda bruta entre 3 (três) e seis (6) salários-mínimos.

Em relação às famílias que podem ser atendidas, é ressaltado ainda que não podem ser atendidas famílias que já foram contempladas de forma definitiva por qualquer programa de atendimento habitacional, sendo ele federal, estadual e municipal, e valendo para atendimento em qualquer parte do território nacional, e ainda que o limite de renda não seja aplicado para os casos de atendimento das famílias que foram removidas involuntariamente por realização de obras públicas.

O programa tem ainda outros requisitos para seleção das famílias, cabendo aqui ressaltar que o programa estabelece como será realizado a retomada do bem em caso de inadimplência: o atraso de 3 parcelas, consecutivas ou não. Após notificação e prazo para regularização, se não houver a regularização, será aplicado a cláusula de rescisão e o imóvel terá sua posse reintegrada e utilizado para atendimento das próximas famílias na fila de espera. O imóvel também pode ser retomado caso o mutuário dê, ao mesmo, uso e destinação distinta ao que está previsto no contrato.

O programa Pode Entrar acontece de forma a suprir a necessidade de dar andamento às unidades já iniciadas durante a vigência do PMCMV, de forma que fica aparente que a criação do Programa Casa Verde e Amarela não foi suficiente para suprir a demanda da habitação social em São Paulo, sendo sequer suficiente para dar continuidade às unidades contratadas durante a vigência do programa habitacional anterior.

No centro da cidade de São Paulo, a moradia social sempre disputou o espaço com as ações que objetivam a modernização e atração da classe média e alta para o centro. Os edifícios e áreas que podem ser beneficiados pelo *retrofit* para fins de moradia de interesse social fazem parte da disputa com o mercado imobiliário.

Exemplo disso é apontado por Rossetto Netto (2017), ao apresentar o projeto de requalificação urbana Nova Luz, iniciado em 2005, proposto pela gestão Serra (2005-2006). O projeto tinha o objetivo de requalificar a área próxima à estação da Luz, dentro do perímetro Operação Urbana Consorciada. Foram demarcados 45 quarteirões para receber os investimentos.<sup>21</sup> O projeto foi desenvolvido até 2012, com propostas que o autor apresenta como

Os planos desenvolvidos propunham a intervenção na região com a estruturação de um polo do setor terciário, que contaria também com eixo habitacional dada a existência de ZEIS na área proposta para a intervenção, além de habitação de mercado, diversificando

---

<sup>21</sup> A área era demarcada pela rua Mauá, Avenida Casper Líbero, Avenida Ipiranga, Avenida Rio Branco, e Avenida Duque de Caxias.

os usos e também dando suporte financeiro à intervenção foco. Trata-se, portanto, de um Projeto de Requalificação que contemplava o uso habitacional [...]. (ROSSETTO NETTO, 2017, p. 60)

O projeto foi tido como prioritário por duas gestões municipais (Serra-Kassab [2005-2008] e Kassab [2009-2012]), durante todo o desenvolvimento do estudo urbanístico, por empresas contratadas também para elaborar sua viabilização financeira, o projeto sofreu fortes críticas devido às desapropriações que seriam realizadas e “pelas propostas de amplas demolições, por não garantir a permanência da população então moradora da área, e pela desconsideração do comércio especializado de materiais elétricos e eletrônicos da Santa Efigênia.” (ROSSETTO NETTO, 2017, p. 17)

Dessa forma, é possível perceber como essas políticas públicas são mutáveis e insuficientes, além da inviabilidade de execução, e do curto período das gestões às quais estão vinculadas. São também insuficientes ao prever o relacionamento com a parcela da população que pode ser incorporada ao sistema financeiro, não resolvendo assim a demanda de quem mais precisa das políticas públicas, dificultando a garantia de segurança, tanto pela posse, como da integridade física, para as famílias de menor renda.

Surgem assim, os grupos que vão lutar contra o sistema imposto, buscando resolver seus conflitos a partir da imposição de suas demandas. No âmbito da moradia, em São Paulo, essa luta teve início, de forma organizada, na busca por melhores condições de vida nos cortiços.

### **1.3. Moradia social no centro<sup>22</sup>**

Assim como os outros centros urbanos brasileiros, a cidade de São Paulo, a partir dos anos 1960 “passou por um intenso processo de expansão periférica, tanto via loteamentos irregulares quanto via grandes conjuntos habitacionais estatais.” (D’OTTAVIANO, 2021, p. 101), decorrente do intenso processo de urbanização, sobretudo na segunda metade do século XX, ocorrido no Brasil e nos países latino-americanos.

Como consequência desse processo de expansão, a moradia para a população de baixa renda, tem sido dada “principalmente mediante a autoconstrução de moradias em loteamentos periféricos, em geral irregulares ou ilegais, e em favelas ou em conjuntos habitacionais na periferia, em bairros com acesso precário à infraestrutura urbana [...]” (D’OTTAVIANO, 2021, p. 101)

Os estudos sobre os movimentos sociais que atuam no Brasil ganham força a partir dos anos 1970, ao serem orientados para a análise das movimentações e

---

<sup>22</sup> Trabalho de Miagusko (2008) apresenta um bom histórico sobre o contexto dos movimentos de moradia no centro de São Paulo, no contexto de desmanche das políticas públicas.

reivindicações populares. Neuhold (2009) afirma que esses movimentos passam a ser considerados sujeitos do processo da cultura democrática.

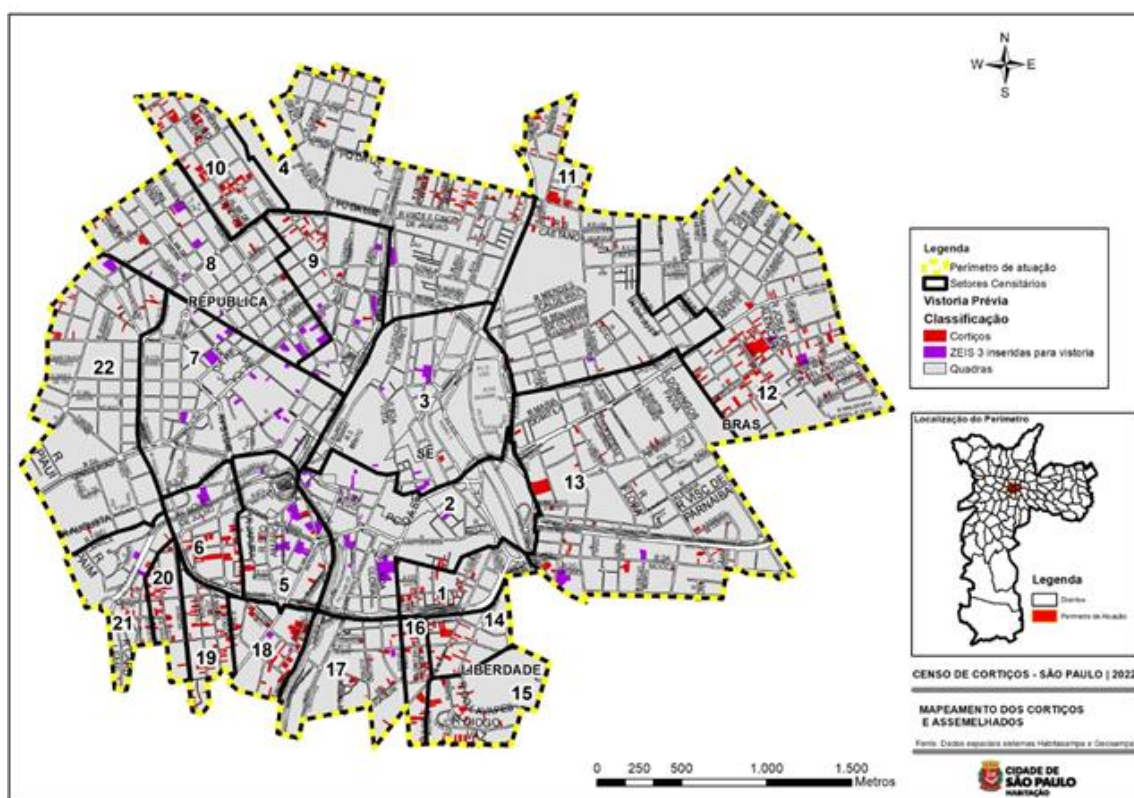


Figura 05: Censo de Cortiços realizado em 2022.

Fonte: Prefeitura de São Paulo, 2022.

Oliveira (2010) argumenta como a explosão dos valores dos aluguéis e o agravamento da crise econômica, na década de 1980, geraram o aumento e o espraiamento dos movimentos sociais organizados por moradia na cidade de São Paulo. Bloch (2007) complementa a questão apontando o agravante representado pelos abusos realizados pelos intermediários, que cobravam os aluguéis, e dos despejos sem aviso prévio.

Na cidade de São Paulo, entre os movimentos reivindicatórios estão os movimentos de moradia organizados a partir de quatro agendas principais:

[...] demanda por melhorias urbanas em favelas e loteamentos precários; melhorias das unidades habitacionais e melhores condições de aluguel nos cortiços; melhorias urbanas e regularização fundiária nos loteamentos periféricos; e demanda por políticas oficiais de financiamento para construção habitacional via autogestão. (D’OTTAVIANO, 2021, p. 100)

No final da década de 1970, alguns registros mostram que os moradores de cortiços já tinham entre suas reivindicações as melhores condições de habitabilidade, além de contestar as taxas pagas junto ao aluguel, como contas de água e luz. Entretanto, segundo Neuhold (2009), essas reivindicações eram ainda dispersas, apesar de alguma articulação “principalmente por meio de trabalhos de base de pastorais, assessorias técnicas e entidades populares como a Associação dos Trabalhadores

da Região Mooca, a Associação em Defesa da Moradia e o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.” (NEUHOLD, 2009, p. 40).

Entre os exemplos dessa articulação, a autora apresenta ainda que a Igreja de São Rafael, na Mooca, patrocinou uma pesquisa que avaliava as condições de vida nos cortiços, chamados de “quintais” (NEUHOLD, 2009, p. 40), que revelou que os moradores eram formados predominantemente por migrantes nordestinos, com trabalho não qualificado e ganhando menos de dois salários-mínimos por mês. A pesquisa apontou ainda que cada banheiro dos cortiços era dividido, em média, com quinze pessoas, sofriam constantes cortes de água, e os preços pagos pelos cômodos eram exorbitantes com muitas áreas insalubres. No mesmo período, metalúrgicos da Oposição Sindical criaram a Associação dos Trabalhos da Região da Mooca, e

O espaço dessa entidade acabou sendo bastante utilizado na organização das ações, reuniões e assembleias do que, a partir de 1984, ficaria conhecido como “Movimento dos Quintais da Mooca”. Eram dezenas de moradores de cortiços, sobretudo mulheres, que se organizavam para reivindicar melhores condições de moradia. (NEUHOLD, 2009, p. 41)

Com a formação desse grupo, o Movimento dos Quintais da Mooca passa a apresentar suas reivindicações para o então prefeito de São Paulo (Mário Covas, 1982-1986), indicando terrenos vazios na região da Mooca e do Brás, que poderiam ser utilizados para a construção de moradia popular. Reivindicavam também o financiamento para a compra de materiais de construção. Ao não obter resposta, ocuparam, em 1985, durante cinco dias, a Secretaria do Bem-Estar Social (FABES) e saíram de lá apenas quando foi feita a promessa de disponibilização de lotes para a construção de moradia popular, na periferia da zona leste de São Paulo, (NEUHOLD, 2009; D’Ottaviano, 2021). Essa ação levou a uma segunda ocupação por parte do movimento e

A ocupação seguinte foi realizada na então sede do governo municipal, o edifício Martinelli, na região central. A negociação da segunda ocupação levou à desapropriação de dois edifícios na zona leste. Os edifícios encortiçados foram reformados e transformados em unidades habitacionais para população de baixa renda. (NEUHOLD, 2009 in D’Ottaviano, 2021)

Esse grupo, deslocado então para a periferia da cidade, passa a lutar e reivindicar pelos serviços que não estavam disponíveis na área, como asfalto, saneamento básico, infraestrutura e equipamentos de serviço. Os moradores também passaram a ter que arcar com os custos de transporte e gasto elevado de tempo para chegar em trabalho, creches e escolas do centro.

Na zona Leste da cidade de São Paulo, nesse mesmo período, vários grupos se organizavam, e em 1987, formam o Movimento Sem Terra da Região Leste 1. Os grupos foram se aliando para ocupar espaços de forma a conseguir visibilidade para



a causa, entretanto, as primeiras conquistas do Movimento dos Quintais, na área central na cidade, acontecem apenas nos anos 1990 “[...] quando dois cortiços foram desapropriados para a produção de unidades habitacionais. Eram casarões encortiçados, um na avenida Celso Garcia, 849, Brás, e o outro na rua Madre de Deus, 769, Mooca 1.” (NEUHOLD, 2009, p. 42)

Ao mesmo tempo em que as unidades habitacionais eram conquistadas, os moradores de cortiços, de diversos bairros da cidade, aliados ao movimento da Mooca, iniciaram a articulação para organizar um movimento unificado, e foi criada a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), em junho de 1991 (NEUHOLD, 2009), que reunia as reivindicações em torno da moradia das famílias filiadas, e as encaminhava para o poder público, tendo o ULC sido o “primeiro movimento institucionalizado judicialmente em São Paulo.” (D’OTTAVIANO, 2021, p. 103)

Neuhold (2009) relata ainda que os movimentos que formavam a ULC atuavam em diferentes bairros da região central,<sup>23</sup> ficando conhecidos como “grupos de origem” ou “grupos de base”, que são as ramificações dos movimentos, apresentando qual a região em que eles atuam.

Em carta de 1991, endereçada ao governo federal e ao poder legislativo, a ULC já reivindicava a desapropriação de prédios e terrenos vazios para a produção de habitação de interesse social e políticas específicas para enfrentar o problema dos cortiços (NEUHOLD, 2009, p. 45).

Com o tempo, foram surgindo diferenças políticas sobre como a ULC deveria encaminhar suas pautas e como deveria ser a atuação dos movimentos filiados a ela. Tais discordâncias ocorriam entre os coordenadores, levando eventualmente a divisões que resultaram na formação do Fórum de Cortiços e Sem-Teto e do Movimento de Moradia do Centro (MMC). Posteriormente, mesmo esses movimentos passaram por divisões, resultando na criação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (MTSTRC), Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), antes pertencentes ao Fórum de Cortiços, e no Movimento de Moradia Região Centro (MMRC), antes ligado ao Movimento de Moradia do Centro (MMC). (NEUHOLD, 2009)

Os vários movimentos de moradia sempre estiveram ligados à entidades como a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM ou UMMSP) (NEUHOLD, 2009). A “[...] UMM foi criada na década de 1980 e, até 2004, reunia quase todos os movimentos que atuavam no centro de São Paulo: ULC, MMC, o Fórum dos Cortiços e o MTST. Além desses, a UMM agrupava movimentos de moradia e sem-teto de todo o Estado de São Paulo e de outras regiões da cidade.” (NEUHOLD, 2009, p. 47). Bloch (2007) destaca ainda que a ULC pode ser considerada “[...] como a matriz de todos os grupos que surgiram posteriormente, pois em seu núcleo encontravam-se

---

<sup>23</sup> A autora apresenta que os movimentos que faziam parte da ULC naquele momento atuavam nos bairros “Belém, Brás, Ipiranga, Luz, Mooca, Tatuapé e Vila Formosa” (NEUHOLD, 2009, p. 44).

diversas lideranças que hoje atuam em outros movimentos sociais do centro.” (BLOCH, 2007, p. 83)

Oliveira (2010) detalha o processo de formação e de atuação da UMM, destacando que a mesma “pode ser considerada como a entidade-mãe de grande parte dos movimentos sociais que lutam por moradia” (OLIVEIRA, 2010, p. 15), e ainda

[...] tem seu percurso marcado por forte influência da Igreja Católica destacando a Pastoral de Moradia e algumas Comunidades Eclesiais de Base. Personalidades importantes da Igreja, como Dom Paulo Evaristo Arns e Don Cláudio Hummes, foram grandes apoiadores da unificação dos movimentos de moradia. (CAVALCANTI, 2006 In OLIVEIRA, 2010, p. 16)

Em 2004, alguns dos movimentos (MSTC, UMM, MMRC, MTSTRC e outros movimentos) se desligam da UMM e fundam a Frente de Luta por Moradia (FLM). A autora ressalta ainda que essa prática se tornou comum entre os movimentos de moradia e sem-teto, pois a constituição de associações de moradores permite que sejam firmados acordos entre a associação e o poder público, viabilizando o atendimento habitacional desses grupos de famílias filiadas.

As políticas públicas de provisão habitacional têm se distanciado da realidade das famílias que habitam os espaços. Neuhold (2009), ao apresentar a formação dos cortiços, situa que eles se localizavam próximos às fábricas, de forma que as famílias ficassem perto do local de trabalho e conseguissem arcar com o custo da moradia, além de ser viável dentro de suas longas jornadas de trabalho. Os cortiços do centro de São Paulo tinham a mesma lógica, localizando-se sempre que possível perto das fábricas e, posteriormente, abrigando trabalhadores do setor terciário, abundantes na região. Cortiços, como solução de moradia para a população de baixa renda, fazem parte da realidade paulistana. Ainda que precária, é a solução de moradia próxima a locais com maior oferta de empregos e serviços, e acessível às famílias de menor renda.

Rossetto Netto (2017) defende que a necessidade de atendimento habitacional bem localizada poderia funcionar para reverter a segregação socioespacial identificado no processo de esvaziamento populacional do Centro, de forma que as famílias ali alocadas teriam qualidade de vida urbana, acesso a equipamentos já existentes e funcionais, com infraestrutura consolidada, oferta de serviços e emprego, e ainda

[...] assim como garantir o acesso à moradia bem localizada permite a existência de diferentes classes sociais compartilhando um espaço democrático no centro da cidade, quebrando concepção de que apenas quem pode pagar o preço do mercado que pode ter acesso à moradia bem localizada e habitação social pertence à periferia. (ROSSETTO NETTO, 2017, p. 45)

Atualmente, os movimentos sociais que lutam por moradia utilizam-se de estratégias como a ocupação de imóveis ociosos, como forma de acesso à moradia próxima aos locais de trabalho, ampliando a luta por melhores condições sanitárias dos cortiços,

de forma a reivindicarem também mais condições de segurança, sem o pagamento de preços elevados por espaços mínimos.

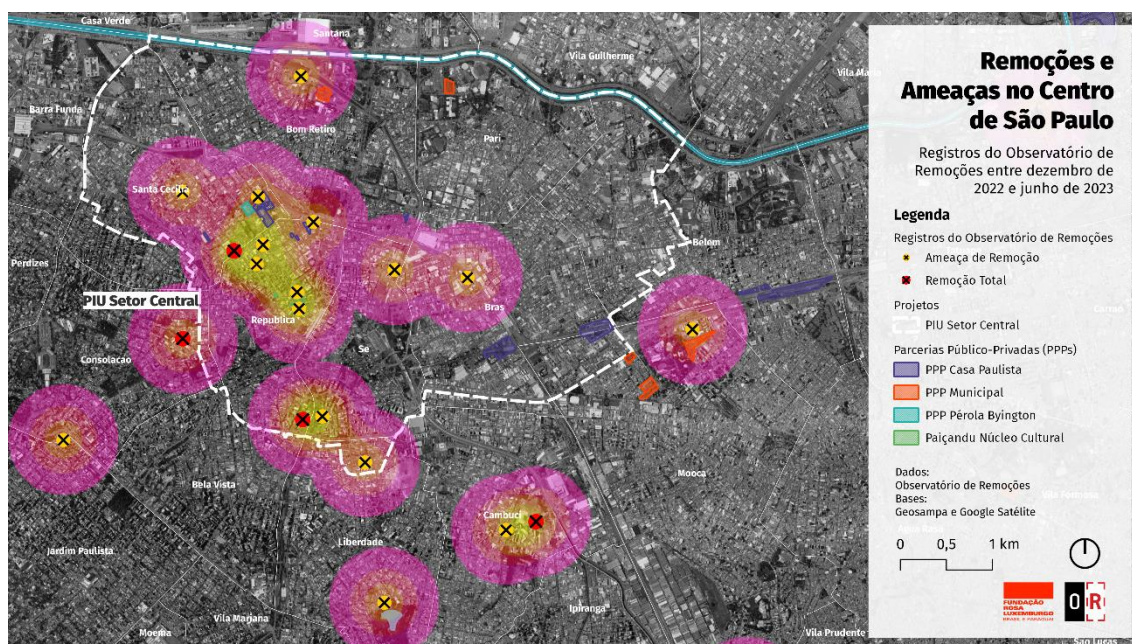


Figura 06: Mapa das remoções e ameaças no centro de São Paulo por área de atuação de PPPs. Fonte: Observatório de Remoções, LabCidade, 2023.

#### 1.4. Pobreza em São Paulo: Covid-19 e perseguições políticas durante o governo de extrema direita

Segundo Rodrigues e Paiva (2022), em matéria publicada no G1 em setembro de 2022<sup>24</sup>, o aumento da população em situação de extrema pobreza na cidade de São Paulo foi de 10%<sup>25</sup> apenas entre janeiro e julho de 2022. Esse número revela que a ampliação da quantidade de famílias que vive nessa situação vem acontecendo de forma crescente.

Em janeiro de 2022, o mesmo jornal já havia publicado que o aumento das famílias em situação de extrema pobreza havia sido de mais de 30% entre janeiro de 2021 e janeiro de 2022<sup>26</sup>. Isso revela, que em um ano e meio, o crescimento da quantidade de famílias em situação de extrema pobreza chegou a 44%. São cerca de 684 mil famílias, que vivem com renda *per capita* mensal de até R\$ 105,00.

Em 2019, eram 419 mil famílias na situação de extrema pobreza apenas na capital paulista, esse número era contabilizado para as famílias que possuíam renda de até R\$ 85, subindo para R\$ 89 em 2020 e 2022, de forma que, ainda que tenha havido o aumento da linha de corte da renda *per capita*, o número de famílias nessa situação vem aumentando consideravelmente nos últimos anos.

<sup>24</sup><https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/09/27/numero-de-familias-em-extrema-pobreza-na-cidade-de-sp-cresce-10percent-entre-janeiro-e-julho-de-2022-diz-prefeitura.ghtml>

<sup>25</sup> Segundo dados do CadÚnico- Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

<sup>26</sup><https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/05/24/quantidade-de-familias-em-situacao-de-miseria-na-cidade-de-sp-cresce-50percent-em-janeiro-de-2022-na-comparacao-com-2021.ghtml>

Esses números demonstram a enorme desigualdade social das famílias que vivem no município, ainda mais se considerarmos que, segundo publicado pela Estimativa de População 2019, pelo IBGE<sup>27</sup>, a maioria dos municípios brasileiros tem população de até 20 mil habitantes<sup>28</sup>. Dessa forma, o contingente de famílias que vivem em situação de extrema pobreza, apenas no município de São Paulo, é maior do que grande parte das cidades brasileiras.

Esse aumento vem acontecendo desde antes mesmo da pandemia de Covid-19 e apenas ressalta o que foi publicado pela Associação do Comércio, através do artigo de Marcel Solimeo (2021), indicando que a taxa de mortalidade dos bairros pobres da cidade é três vezes maior do que nos bairros de maior renda.

Segundo Gomes (2020), de acordo com dados da Secretaria de Saúde de São Paulo, em 2020, nos primeiros quatro meses de pandemia de Covid-19, os 20 distritos mais pobres da cidade concentraram quase dez vezes mais mortes do que os 20 distritos mais ricos. Os dados apontam que, nesses bairros, as famílias têm mais dificuldade de acessar a infraestrutura de saúde, lidar com a precariedade das áreas comuns, impossibilidade de se ausentar do trabalho, dependendo do transporte público e, ainda, são mais suscetíveis à incidência de doenças crônicas, devido ao acesso precário à informação e ao sistema de saúde desde antes da pandemia.

A situação é acompanhada ainda pelo aumento das famílias que vivem nesses bairros mais pobres. Segundo Fioratti (2022), a cidade de São Paulo “ganhou” 6 mil novos domicílios em favelas, entre 2019 e 2022, situação que decorre, não apenas da pandemia, mas de ações de despejo que foram realizados na cidade, deixando essas famílias sem alternativa de moradia. O mesmo artigo menciona ainda o crescimento de quase 70% nas ações de despejo e de reintegração de posse na cidade registradas pelo Tribunal de Justiça, somente nos anos de 2020 e 2021, ou seja, durante o ápice da pandemia de Covid-19, demonstrando como foram tratadas as famílias de baixa renda durante uma crise mundial. Moradores de ocupações de moradia e favelas temem cotidianamente o despejo, a exemplo do relatado por Azenha (2021) sobre as famílias na Ocupação Julieta. A ocupação, situada na zona norte de São Paulo, abriga mais de 800 famílias, que se instalaram ali após serem despejadas de suas moradias anteriores e temiam ser novamente despejadas em meio à pandemia de Covid-19.

#### **1.4.1. O ano em construção**

Em março de 2020, o Deputado Federal André Janones (AVANTE-MG) protocolou o Projeto de Lei nº 827/2020, que suspenderia por 90 dias, em razão da pandemia de

---

<sup>27</sup><https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25280-um-em-cada-tres-brasileiros-mora-em-48-municipios-com-mais-de-500-mil-habitantes>.

<sup>28</sup> A divulgação realizada pelo IBGE (2019) aponta que 68,2% dos municípios brasileiros eram compostos por até 20 mil habitantes, entretanto, esse conjunto de cidades soma apenas 15,3% da população brasileira.

Covid-19, a execução das ordens de despejo de locações de imóveis residenciais e comerciais. A medida foi debatida durante meses, tendo sido aprovada pela Câmara dos Deputados apenas em maio de 2021, e só então prosseguindo para o Senado Federal, com a solicitação de que os despejos fossem suspensos até 31 de dezembro de 2021.

Em junho de 2020 foi lançada a Campanha Nacional Despejo Zero, criada por movimentos e organizações sociais, a ação buscava resolver a situação de insegurança das famílias mais vulneráveis, e que estavam em situação agravada pela pandemia mundial causada pelo vírus da Covid-19. A campanha foi uma ação nacional, e recebeu apoio internacional.

A campanha acompanhou e divulgou a respeito da tramitação do PL 827/2020, funcionando a partir de núcleos estaduais, e se organizando em grupos de trabalhos que visavam o despejo a partir de incidências, monitoramento e comunicação.

Em 7 de outubro de 2021, foi decretada a Lei nº 14.216, que estabelecia medidas excepcionais para suspender o cumprimento de medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas, que resultassem na desocupação ou remoção forçada coletiva, em imóveis públicos e privados, situados em áreas urbanas até 31 de dezembro de 2021. A lei foi resultado da tramitação do PL 827/2020, e em seu art. 7º, estabelecia que as remoções e desocupações fossem aplicadas às ocupações realizadas até 31 de março de 2021.

As determinações previstas na Lei nº 14.216 foram prorrogadas, por determinação do STF, até março de 2022, posteriormente foi prorrogada até junho de 2022, e por fim estendida até 31 de outubro de 2022. Após a última determinação de prorrogar a validade da medida, o ministro Barroso alegou que devido ao arrefecimento da pandemia - com diminuição do número de mortes e aumento da cobertura vacinal - não haveria razões para prorrogar a medida. Entretanto, o ministro destacou que “Sob o ponto de vista socioeconômico, ainda que o cenário atual seja de arrefecimento dos efeitos da pandemia da COVID-19, é grave o quadro de insegurança habitacional” (BARROSO, 2022), de forma que seria necessário que as desocupações fossem realizadas com especial cautela.

Ainda relacionada à medida que suspendia as remoções e despejos, foi apresentado Projeto de Lei nº 1718/ 2022, em 21 de junho de 2022, de autoria do Senador Paulo Paim (PT-RS), que tinha por objetivo alterar a Lei nº 14.216 prorrogando a extensão da medida até março de 2023. A PL foi tramitada em paralelo com as decisões do STF, mas em julho de 2023, ainda se encontrava tramitando, e aguardando ser pautado.

Sem a prorrogação das medidas impostas pela Lei nº 14.216/2021, o ano de 2023 trouxe para as famílias residentes de ocupações de moradia, a instabilidade e insegurança, pois voltaram a não ter instrumento jurídico que as permitisse permanecer na moradia, de forma que a desocupação e remoção dessas famílias

voltou a ser uma ação passível de ser executada, independentemente de ter ou não havido a recuperação econômica após a pandemia.

**DESPEJO ZERO**

# PL827 2020

Uma luta para proteger famílias durante a vulnerabilidade imposta pela pandemia

## Principais pontos do PL827/20 que suspende os despejos durante a pandemia

- 1 O contexto da pandemia de COVID-19**

Há relatos de famílias que já sofreram mais de dois despejos. O primeiro por terem ficado sem condições de pagar o aluguel e os demais por estarem em ocupações coletivas, exatamente por não terem condições de pagar aluguel.
- 2 Projeto Aprovado na Câmara dia 18/05**

Aprovado por 263 votos a 181, o projeto que proíbe o despejo ou desocupação de imóveis até o fim de 2021, aprovado dia 18 de Maio de 2020. Mostrando a urgência do PL.
- 3 Possíveis Vetos**

O projeto esta sujeito a vetos durante sua tramitação, por esta razão devemos fortalecer nossas articulações e lutar para que seja aprovado com os principais itens já incluso em sua elaboração.
- 4 Precedentes de suspensão dos despejos**

No ano de 2020, o Congresso Nacional aprovou a lei 14.010/2020, que suspendeu as decisões liminares de despejo pelo não pagamento de aluguel o qual foi vetado, desta forma o PL827/20 traz melhorias e condicionantes coerentes para a suspensão dos despejos.
- 5 O PL não vai incentivar a criação de novas ocupações**

Somente estarão protegidas dos despejos as desocupações ocorridas antes de 31 de março de 2021.
- 6 O PL não libera o pagamento de aluguéis**

É importante destacar que nem todo despejo fica proibido. Somente ficarão suspensos os despejos com decisão liminar (que é uma decisão temporária), com valores de aluguéis superiores a R\$ 600 (imóvel residencial) e R\$ 1.200 (imóvel não residencial) e que o locatário (a pessoa que está ocupando o imóvel) comprove que perdeu renda em virtude da pandemia.
- 7 Proprietários de pequenos imóveis alugados não serão prejudicados**

O PL estabelece valores mínimos do aluguel para a suspensão dos despejos.

Figura 07: Imagem da Campanha Despejo Zero.  
Fonte: Campanha Despejo Zero, 2021.

O ano de 2023 também trouxe a divulgação acerca de nova ação, coordenada pela Prefeitura Municipal de São Paulo na região central da cidade, e denominada “Todos pelo Centro” é composta por diversas ações que objetivam a requalificação da região. Entre essas ações está a proposta de PPP para o Largo do Paiçandu e seus arredores.





Figura 08: Imagem de protesto contra os despejos, realizado em Brasília, em 17 de março de 2022. Fonte: Acervo do MST, 2022.

A iniciativa, conhecida como PPPPaiçandu, foi colocada para consulta pública, com audiência marcada para o dia 10 de janeiro de 2023, e foi apenas em data próxima que as lideranças dos movimentos sociais organizados por moradia foram informadas da existência do projeto, ao serem procurados por jornalistas para falar sobre o assunto<sup>29</sup>. A proposta, que teve chamada para audiência pública em 9 de dezembro de 2022<sup>30</sup>, sendo divulgada pelo Jornal Diário Oficial da Cidade de São Paulo, descreveu o objeto da PPP como “Parceria público-privada (PPP), na modalidade de concessão administrativa para construção, reforma, conservação, manutenção, zeladoria, ativação e operação de atividades complementares de 04 (quatro) edifícios na Região Central e do Largo do Paiçandu”, e faria o recebimento de opiniões, críticas e sugestões até o dia 15 de janeiro de 2023, apenas por e-mail específico criado para o tema.

A proposta afetaria diretamente moradores da Ocupação Rio Branco, que já vive no local há mais de 11 anos, e cujo local é o objeto da sessão 02 do projeto (Complexo do Boticário). Durante a audiência pública,<sup>31</sup> o projeto foi bastante criticado pela inexistência de diálogo com as pessoas que já vivem na região, conforme apontado

---

<sup>29</sup><https://www.estadao.com.br/sao-paulo/ppp-preve-despejar-ocupacoes-no-centro-de-sp-para-criar-predios-de-aluguel/>

<sup>30</sup>Consulta Pública nº CP/018/2022/SGM-SEDP; Processo SEI nº 6011.2022/0001664-0.

<sup>31</sup>[https://www.youtube.com/watch?v=KgnxiVb2tiM&ab\\_channel=SPNeg%C3%B3cios](https://www.youtube.com/watch?v=KgnxiVb2tiM&ab_channel=SPNeg%C3%B3cios)

por André Derviche (2023), em matéria para a Orbi<sup>32</sup>. No site da Prefeitura de São Paulo, a PPP é descrita como:

O projeto faz parte da iniciativa #TodosPeloCentro realizada pela Prefeitura de São Paulo, que consiste em uma frente ampla para ativação e revitalização da região central do Município. A proposta é a reforma, *retrofit* e ativação de empreendimentos como Galeria Olido, com oferta de 3,1 mil vagas de ensino superior; Edifício Independência (tombado), com a implantação de um HUB de Inovação, contemplando FabLab com espaço de co-criação com locação de equipamento, programa de aceleração de *start-ups*, *co-working*, locação de salas de trabalho e de reunião; Art Palácio, *retrofit* do cinema histórico tombado, com capacidade para 3 mil pessoas e disponibilização de 59 apartamentos mobiliados para locação; Complexo Boticário, com a construção de 308 apartamentos mobiliados para locação e criação de fachada ativa no térreo, todos os empreendimentos destinando de 30% a 50% das vagas a bolsistas e oferecendo infraestrutura voltada a cultura. O perímetro do Largo Paçandu, contará com manutenção e segurança e zeladoria 24hs, realizadas pelo parceiro privado (adicionalmente ao efetivo policiamento operado pelo poder público), além de 15hs semanais de atividades culturais. (SÃO PAULO, 2023)

A página do site da Prefeitura de São Paulo relativa à PPP<sup>33</sup> tem banner que informa que o projeto prevê ativação de quatro edifícios e do Largo do Paçandu, para a construção, *retrofit*, restauro e operação locação social, instituição de ensino, *hub* de inovação e anfiteatro, e teria concessão administrativa de 25 anos. Em julho de 2023, na mesma página, a PPP ainda estava alocada em etapa de consulta pública, de forma que não se pode, até a finalização desta pesquisa, conhecer os rumos que a ação irá tomar, entretanto, a descrição da PPPPaçandu, assim como a apresentação<sup>34</sup>, que foi realizada pelos representantes da Prefeitura de São Paulo durante a audiência pública, apontam a criação de unidades habitacionais na obra do Complexo do Boticário, sendo elas destinadas aos estudantes. Dessa forma, a iniciativa já aponta que não pretende manter os atuais moradores na região, sequer informando se há alguma destinação para as famílias que vivem nos espaços que seriam objeto dessa PPP, de forma que o destino dessas famílias ganha uma ampliação da insegurança na qual vivem.

---

<sup>32</sup><https://orbi.band.uol.com.br/sao-paulo/ppp-no-paicandu-destino-das-familias-gera-polemica-3147>

<sup>33</sup>[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/desestatizacao\\_projetos/largo\\_do\\_paicandu/consulta\\_publica/index.php?p=336492](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/desestatizacao_projetos/largo_do_paicandu/consulta_publica/index.php?p=336492)

<sup>34</sup><https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/desestatizacao/paicandu/Audi%C3%Aancia%20P%C3%BAblica%20Pai%C3%A7andu%20vf.pdf>



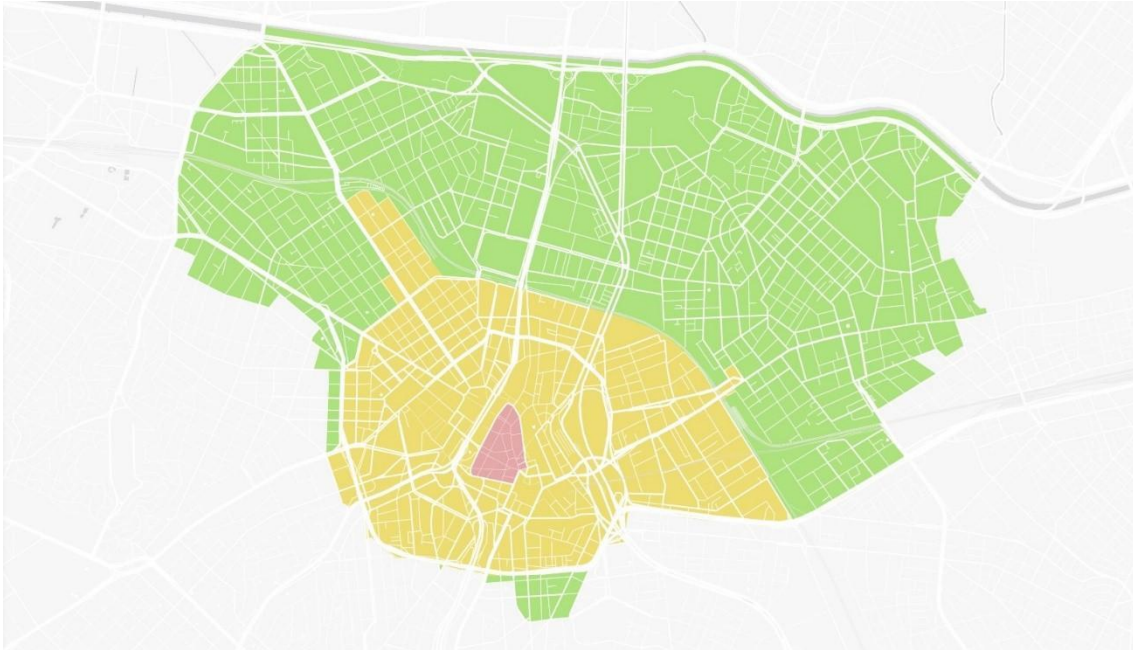


Figura 09: Área de atuação da PPP-Paiçandu<sup>35</sup>.

Fonte: Prefeitura de São Paulo, 2022.

Em relação ao que está sendo noticiado aos movimentos de moradia, acerca da PPP, Jomarina, liderança do MMCR, afirma que a PPP estaria paralisada, sendo essa a informação que lhe havia sido transmitida em reuniões e conversas realizadas ao longo do primeiro semestre de 2023.

Os processos que envolvem o centro de São Paulo, assim como as políticas públicas apresentadas impactam diretamente a vida das pessoas que moram na cidade, entre eles os moradores dos edifícios ocupados, como os que serão abordados no próximo capítulo.

---

<sup>35</sup> Organização das áreas: **Verde** - PIU Setor Central (Lei 17.844, de 14 de setembro de 2022) representando o Setor Centro Histórico e o Setor Centro Metropolitano. **Amarela** - Requalifica Centro (Lei 17.577, de 20 de julho de 2021) representando a área de incentivos para estimular o *retrofit* de prédios antigos. **Vermelha** - O Triângulo SP (Lei 17.844, de 14 de setembro de 2022), sendo o perímetro da Líbero Badaró, Benjamin Constant e Boa Vista.

## Capítulo 2-

Ocupação de  
moradia como  
provisão  
habitacional e  
resistência

Movimentos sociais podem ser descritos como “um setor significativo da população que desenvolve e define interesses incompatíveis com a ordem social e políticas existentes e que os persegue por vias não institucionalizadas” (Dalton e Kuechler in Santos, 2008, p. 9), ou ainda pela definição mais compacta, elaborada por Thompson, de que movimentos sociais são “uma força social coletiva ou organizada” (Santos, 2008, p. 9). Santos (2008) vai colocar ainda a definição genérica de movimento social urbano, como sendo um grupo que vai se colocar contra uma determinada situação de vida, alterando o *status quo*.

Os movimentos de moradia atuantes na cidade de São Paulo foram estudados por Gohn (1991)<sup>36</sup>, durante os anos de 1970 e 1980. A autora afirma que a formação dos movimentos sociais urbanos (MSU) “ênfatisa os aspectos estruturais do sistema mais amplo onde os movimentos ocorrem” (GOHN, 1991, p. 21). Dessa forma os movimentos são captados pela lógica ampla de determinações, a partir das contradições existentes em um sistema capitalista, que é tido em um pressuposto de racionalidade, e organizado segundo leis e determinações, mas que é extremamente contraditório.

De acordo com Rolnik (2013) a contradição do sistema atual também se manifesta no aumento do consumo, promovido pelo aumento de renda dos anos 2000, que não resolveu “nem o problema da falta de urbanidade nem a precariedade de serviços públicos de educação e saúde [...]” (p. 9). Dentro dessa lógica, para Tatagiba e Teixeira (2016), os movimentos de moradia atuam de forma a promover uma “ação coletiva a que recorrem os grupos pauperizados, na ausência de um Estado de bem-estar social que lhes garanta o direito à moradia.” (TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016, p. 92)

E, como aponta Maricato (2013, p. 19), “nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda”, de forma que parte das “boas condições de vida” dependem de políticas públicas urbanas. Sendo a cidade o principal local de reprodução da força de trabalho, as cidades não são apenas um palco, o suporte ou o chão para essa reprodução, mas também um produto, explorado nas relações de lucro e renda e, portanto, suas “características” fazem a diferença na forma como ela será especializada (MARICATO, 2013).

Gohn mostra ainda que a história dos MSU vai desempenhar um papel fundamental no estudo dos movimentos sociais, agrupando os estudiosos internacionais em três correntes históricas. Para o estudo dos movimentos sociais de moradia, as três correntes têm características que convergem na sua forma de atuação: a primeira corrente<sup>37</sup> parte do entendimento de que a emergência dos movimentos sociais se dá

---

<sup>36</sup> A autora trata da atuação geral dos movimentos populares na década de 1970, mapeando as principais formas de manifestação da luta pela moradia popular em São Paulo, no período de 1975 e 1988, além de apresentar pesquisa de campo cujo objeto de estudo foi o acompanhamento de três formas de luta pela terra, sendo elas: invasões de terras; posse e reurbanização de favelas; e construções de moradias populares através de mutirões.

<sup>37</sup> M. Castells, Jordi Borja e outros.

“em função da incapacidade do Estado de atender às demandas coletivas no urbano [...] os movimentos sociais seriam a resposta dos grupos e das organizações à situação de carência e de necessidade não tendida” (GOHN, 1991, p. 23); para principais estudiosos do grupo da segunda corrente<sup>38</sup>, a “ênfase é dada pelos processos políticos decorrentes da luta de classes”. O Estado não é visto como um bloco monolítico, mas entrecortado por conflito de classes de diferentes naturezas. (GOHN, 1991, p. 23); já na terceira corrente, Gohn apresenta entre suas características gerais, a importância da experiência coletiva dos trabalhadores com seus atos, protestos e movimentos. Destaca ainda que é na luta dos movimentos sociais populares, que se torna possível observar como as classes populares vivenciam o cotidiano, ressaltando que é a luta que forma a classe.

A situação de carência ganha relevância, não pela objetividade da coisa em si, mas pela forma como as pessoas vivenciam a carência. Os sentimentos de injustiça e exclusão surgem desta vivência e podem, em determinados contextos, se expressar socialmente como revolta. São momentos de ruptura da ordem na vida das pessoas e não da ordem social mais ampla (GOHN, 1991, p. 25).

Esse processo de ruptura em relação ao sistema, que é forçado pelas situações do cotidiano, também está presente em Rizek (2018), quando a autora explora como as intervenções urbanas neoliberais, voltadas à privatização do espaço, possibilitam vislumbre de ações que podem gerar essas situações expressas como revolta e que

[...] escapa das formas clássicas de rebelião e luta. Transborda o percurso de constituição dos sujeitos políticos tal como os conhecemos, inclusive nos últimos períodos virtuosos do que se pôde reconhecer como o momento de elaboração cidadã, isto é, os percursos que apontavam como caminho a situação de classe, a associação sindical e sua expressão política. Essas formas de ação e de luta que, caso ganhem visibilidade, rompem a esfera de um cotidiano marcado por violências visíveis e invisíveis; essas lutas vazam daqui e dali, escapando dos limites categoricamente construídos pós-situações ou condições que marcaram os Estados-nação até o século XX. (RIZEK, 2018, p. 22)

Braga (2017), ao analisar o movimento dos protestos das Jornadas de Junho<sup>39</sup>, coloca a questão dos movimentos sociais, os quais não devem ser analisados com o esvaziamento de sua natureza de classe social, visto que isso implicaria o silenciamento da história da mobilização popular. Blikstad (2021) também trabalha a questão do que leva um grupo a se manifestar, baseado no estudo de Piven e Cloward, de 1979, na qual os autores descobriram que

[...] se a falta de renda coloca as famílias em risco de serem despejadas, por exemplo, era mais comum que se mobilizassem para impedir a expulsão de uma família de sua casa, ou ocupar uma

---

<sup>38</sup> Jean Lojkine, M. Lung, e outros.

<sup>39</sup> Onda de protestos, em diversas cidades brasileiras, em 2013, iniciado devido ao aumento do valor das tarifas de transporte público.

agência pública de distribuição de auxílios, do que exigir do Estado ou da sociedade uma garantia de emprego. (BLINKSTAD, 2021, p. 144)

Rizek (2018) destaca a atuação dos movimentos de moradia, que rompe com o que lhe é apresentado e imposto como opção pelo sistema, visto que, ainda que colocado como público-alvo nas apresentações de políticas públicas e programas de inserção no sistema capitalista, através de inserção no sistema bancário e consequente endividamento, não tem real acesso a essas políticas, que acabam por ter como real público alvo as famílias de classe média da sociedade brasileira, e assim utilizam dessa ruptura para transformar sua atuação em forma de emancipação. São lutas por reconhecimento, e é nesse contexto de luta e rebelião que se inserem as ocupações de moradia.

Os movimentos de moradia atuam, então, de forma que essa “revolta” seja mais visível. Um exemplo disso foi o período de obras destinadas à Copa do Mundo de 2014, quando os trabalhadores sem-teto se aproximaram dos grupos que protestavam à realização da Copa do Mundo no país, e passaram a acompanhar as assembleias populares, ampliando e fortalecendo as manifestações. O período e as obras realizadas expuseram as ocupações urbanas, devido ao grande número de cidades em que se apresentava a resistência coletiva (BRAGA, 2017, p. 235), o que possibilitou essa união dos movimentos sociais.

Ao utilizar das experiências práticas e vividas, os movimentos de moradia organizados são atores centrais na tentativa de busca por alternativas às impostas pelo sistema capitalista, pois demandam a inserção da habitação como centro do debate, partindo do direito universal de um teto, como necessidade de segurança básica do ser humano, independentemente de sua participação e contribuição para a movimentação do capital.

As práticas construídas pelos movimentos de moradia são um desenvolvimento de sua própria atuação. Maior (2013, p. 83) afirma que os movimentos sociais muitas vezes “requerem práticas de maior enfrentamento do que simplesmente o ato de andar pelas ruas, até porque podem trazer consigo lutas emergenciais, sendo não raramente integradas por causas que dizem respeito à própria sobrevivência de seus integrantes”, situação essa que é o caso das pessoas que lutam por moradia.

A luta por moradia para os movimentos sociais de moradia organizados é construída a partir de estratégias, sendo uma delas as ocupações de imóveis e terrenos subutilizados ou não utilizados na cidade<sup>40</sup>, enquanto buscam por políticas e programas públicos de moradia, que atendam efetivamente às famílias de menor renda.

---

<sup>40</sup> Essa ocupação pode ser de forma silenciosa ou ocupações realizadas para chamar a atenção da mídia e do Estado, que são mais divulgadas, desde a ocupação, as tentativas de reintegração, e inclusive a rotina das famílias que estão dentro.

Nesse contexto de rompimento, os movimentos organizados subvertem a ilegalidade da moradia, ao pautar sua reivindicação como um potencial transformador. Gohn mostra que essa busca por soluções e alternativas, em relação à vida cotidiana e às situações experienciadas diariamente, leva “ao encontro de caminhos que apontam para a superação destas condições” (1991, p. 40), de forma que a organização dos movimentos é a expressão visível dessa práxis.

Esse rompimento também é analisado por Tarrow (2009, p. 18) ao descrever o confronto político que ocorre quando pessoas comuns, aliadas a cidadãos mais influentes, juntam forças para “fazer frente às elites, autoridades e opositores”.

Os movimentos sociais de moradia têm atualmente formas de ação que visam que sua atuação não seja tida como ruptura total, colocando-se como parte necessária, mas também buscando apoio dentro do próprio Estado para sua atuação. Essa forma de ação é potencializada por membros do coletivo que formam grupos para concorrer a vagas em diversos conselhos municipais na cidade de São Paulo, em especial o Conselho Municipal de Habitação, mas também o de Assistência Social e o Conselho Tutelar. Procuram assim efetivar um trecho da Constituição Federal, em seu art. 29, XII, que determina a cooperação das associações representativas no planejamento municipal, demonstrando o papel fundamental a ser exercido pelos movimentos sociais organizados nos conselhos municipais.

Essa atuação, que estabelece um processo de mediação entre Estado e famílias do movimento de moradia, pode ser lida na ótica da democratização, sendo um processo “moderno” (BLIKSTAD, 2021, p. 146), em oposição às mais tradicionais características de clientelismo político. Cardoso e Boschi (1983 apud SANTOS, 2008, p. 27) apontam que a forma das relações entre o Estado e os movimentos sociais estão conectadas “ao crescimento e à ampliação das funções do Estado.”

A interação entre atores sociais e políticas institucionais foi estudada também por Tatagiba e Teixeira (2016, p. 88), que afirmam que “aliados poderosos” podem ser algo determinante, cabendo ainda “qualificar as interações entre movimentos sociais e atores político-institucionais para a compreensão dos resultados”, ressaltando que governos e partidos políticos podem ser parte da rede dos movimentos, somando-se a eles na identidade do movimento. Esses atores não são apenas aliados ou antagonistas por vertente ideológica. Os resultados dessa interação podem ser vistos, por exemplo, no primeiro governo petista na cidade de São Paulo (Luiza Erundina, 1989-1992), que iniciou as propostas de produção habitacional via autogestão com financiamento público.

As ocupações de moradia são, portanto, uma contradição, mesmo a partir do olhar dos movimentos sociais que lutam por moradia. São tidas como provisórias, pois o objetivo final é a moradia digna para as famílias de baixa renda, que seria conquistada através da luta social, mas algumas já contam com mais de uma década de existência, fazendo com que essa questão do provisório já não exista mais. Machado

(2009, p. 7) defende que “resta-nos saber, entretanto, quais são as potencialidades dos movimentos de ‘urgência’ para ultrapassarem a luta pelas necessidades imediatas e ingressarem em lutas por mudanças ‘estruturais’”, de forma que, mesmo ao analisar a atuação dos movimentos sociais, o movimento de moradia já se apresenta como contraditório, pois luta sim por algo urgente, no sentido da segurança habitacional, mas luta também pela mudança estrutural de um sistema que exclui grande parcela da população, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina.

As negociações com o poder público usualmente começam com a defesa de que as famílias só saem quando conseguirem moradia permanente em algum outro local, legalizado. Mas muitas vezes terminam com a reintegração, inclusive violenta, de posse. As que conseguem se manter por anos nos edifícios ocupados, fazem as melhorias possíveis para garantir que essa moradia, tida inicialmente como provisória, passe a ser um real lar para as famílias que vivem ali.

A ocupação é, dessa forma, mesmo para os movimentos sociais de moradia, compreendida como resultado do processo de exclusão, que as famílias sofrem no sistema de classes e, portanto, não são tidas como solução ou objetivo. O objetivo segue sendo a casa, segura nas condições de vivência e de permanência. O ato de ocupar é o meio que a luta encontra para tentar conquistar essa moradia, mantendo as famílias fora das ruas, de condições insalubres, de exploração financeira e pessoal.

## 2.1. FLM



Figura 10: Edifício Ocupado pela FLM, em Itaquaquetuba, em dezembro de 2021.

Fonte: Acervo FLM, 2021.

O movimento de moradia no Brasil é bastante diversificado, composto por um conjunto de organizações com diferentes vinculações políticas, padrões organizacionais, reivindicações e repertórios. Mesmo assim, é possível associar as origens do movimento ao processo de urbanização e industrialização e seus efeitos sobre a classe trabalhadora (KOWARICK 2009 in TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016, p. 90).

Dal’Bó (2018) apresenta que “dadas as nossas características históricas, seria possível sustentar a hipótese de que as primeiras manifestações das estratégias do comum no Brasil poderiam emergir da luta por sobrevivência dos mais pobres, ou da luta pela permanência no urbano [...]” (2018, p. 119). Já Gohn (1991, p. 31) defende que os movimentos sociais são resultado de períodos de inquietação social, momentos de incertezas quando as ações ficam frustradas e/ou são reprimidas, partindo de uma análise na qual a sociedade tem um papel estático e que precisa ser controlada. Os movimentos, nesse contexto, são vistos como desequilíbrio da ordem. E é nesse contexto que surge a FLM.

Vinculado à Associação dos Trabalhadores da Mooca (ATM), movimento que lutava por trabalho e melhores condições de empregabilidade, o grupo dos Quintais da Mooca deu origem aos movimentos de moradia que atuam hoje na cidade de São Paulo, como já foi abordado no capítulo anterior. Foi o movimento social da Mooca que deu início aos grupos e movimentos sociais que lutam por moradia digna. Desde então, filiações e desmembramentos deram origem à diversidade de movimentos e formas de lutar dos grupos existentes na cidade de São Paulo atualmente. A perspectiva histórica do surgimento do movimento, com base nos textos acadêmicos, descreve essas alterações, mas a perspectiva interna do movimento, que tem dentro de si a sensação de evolução e desenvolvimento é dada através das pessoas que estão ali desde o começo.

Os movimentos sociais são frutos do desenvolvimento de uma sociedade complexa e contraditória, reproduzindo as características dessa sociedade. Por exemplo, no Brasil, as práticas desses movimentos receberam tantas influências do pensamento marxista ou materialista-histórico [...] como sofreram as influências de sujeitos ligados à Igreja Católica<sup>41</sup> (SANTOS, 2008, p. 27)

O bairro da Mooca, região com muitas fábricas, era também o local de moradia de muitos operários que, para morar próximo ao trabalho, viviam nos vários cortiços existentes na região, chamados de “quintais”. Em 1981, com um início de crise econômica forte, os trabalhadores passaram a não conseguir mais arcar com os altos custos dos aluguéis, mesmo nos cortiços. Nesse período, junto com a assistente social que participava das reuniões com os operários na Igreja de São Rafael, foi feita uma pesquisa para saber do que eles mais precisavam. A pesquisa apontou que a maior necessidade eram as creches ou locais para deixar os filhos para que as

---

<sup>41</sup> O trabalho de Duarte (2021) traz a recuperação histórica da atuação das Comunidades Eclesiais de Base nas periferias paulistanas.



mulheres pudessem trabalhar. Numa primeira experiência de organização coletiva, as operárias conquistaram, com a prefeitura, a criação de uma creche.

Santos (2008, p. 12) destaca que “no Brasil, como nos demais países da América Latina, os Movimentos Sociais adquirem características populares, principalmente após a década de 1970, ainda no período de autoritarismo político”, momento de redução da atuação dos sindicatos na organização dos trabalhadores. Ainda segundo Machado (2009, p.2) essa mobilização popular visa preencher as lacunas deixadas pela “maré baixa dos sindicatos e partidos de origem proletária, chegando ao ‘chão de fábrica’, onde as investidas do capital podem ser percebidas nas formas e métodos de submissão dos trabalhadores ao processo produtivo”, e pela hegemonia do capital financeiro mundial sobre o Estado, situação que é complementada por Kowarick: “o empobrecimento, a espoliação urbana ou a pressão política nada mais são do que as matérias-primas para as reivindicações populares [...]” (KOWARICK in SANTOS, 2008, p. 13)

No início dos anos 1980, com o agravamento da crise econômica, e retração da produtividade industrial, a questão habitacional passa a receber destaque, assim como as reivindicações por melhores condições de habitabilidade. As pesquisas realizadas pelas famílias da Mooca passaram a apontar os altos valores com as contas de eletricidade. Com isso, as famílias se mobilizaram na luta para conquistar a taxa social da tarifa de eletricidade, e posteriormente, a falta de moradias adequadas passa a ser o tema geral debatido dentro do grupo.

Enquanto os homens se organizavam pela luta operária, a assistente social organizava as mulheres na luta pela moradia, mas tudo dentro da Associação de Trabalhadores, o que gerava força para as demandas do grupo. Nesse período, a luta com os operários passou a perder força, pois quem se associava a eles era colocado em listas pra eventuais demissões, então os operários não queriam mais estar filiados à associação. Foi nesse período que a primeira grande conquista veio com as moradias. Após ocupar o prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, em 1983, os Trabalhadores da Mooca conquistaram alguns lotes, o que possibilitou a construção de moradias nos bairros de Sapopemba, Chabilândia (Guaianazes) e Santa Etelvina (Tiradentes). As moradias foram construídas pelo programa de mutirão, no final de década de 1980, durante a gestão Erundina.

Após a primeira conquista, o movimento da Mooca cresceu muito, em função da visibilidade e das construções por mutirões, mas as famílias que haviam conquistado os lotes na periferia, alegavam que queriam continuar na Mooca. Nesse momento, elas aliaram as lutas: os operários foram convidados a participar da luta por moradia e, com a questão reclamada pelos que queriam permanecer na Mooca, a principal bandeira da associação passou a ser a demanda por moradia social no centro, para

morar perto do trabalho. Nesse período, o Centro Gaspar Garcia<sup>42</sup> de Direitos Humanos também já organizava a luta por moradia no centro, alinhando-se com os Trabalhadores da Mooca, criaram a União das Lutas dos Cortiços (ULC), que inclusive, em seu período inicial, chegou a funcionar na mesma sede da ATM, conforme detalha Aquino (2008).

Nesse período de luta por moradia, é fundada a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM). A ocupação de espaços no centro passou a ser usada como forma de pressão e de negociação com o poder público na reivindicação de moradia no centro.

Na recuperação histórica das origens e desenvolvimento dos movimentos de moradia na cidade de São Paulo, Blikstad (2021) retoma a posição de Piven e Cloward (1979) alegando que a força do pobre está na sua capacidade de manifestação, mas acrescenta que sua força também está na formação e nas negociações com o Estado e outras instâncias.

No início dos anos 1990, com o agravamento da crise econômica, e conseqüentemente do problema da fome, a Associação dos Trabalhadores da Mooca, criou o comitê dos desempregados, um grupo de pessoas que saíam às ruas pedindo alimentos. Explicavam que eram operários desempregados e que dividiam a comida arrecada entre todos, de forma que o princípio de que apenas se conquista algo com a luta já estava instituído ali. Naquele momento, essa foi a forma que encontraram de participar da Campanha da Fome. Com carros de som, foram aumentando o grupo e se dividindo pelas ruas, chegando a ter mais de 200 famílias participando algumas vezes, e com os alimentos recebidos sendo distribuídos em partes iguais para todos.

Para acessar o que fosse disponibilizado pelo governo, criaram a Apoio (Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste), ONG sem fins lucrativos que atuaria na região. Em 1995, o Governo do Estado de São Paulo criou a Campanha do Leite, cuja distribuição era feita a partir de cotas por entidade. A Apoio passa então a distribuir o leite a partir das cotas recebidas. Cabe aqui paralelo com o estudo de Blikstad (2021), no qual o autor analisa a possibilidade de liderança dentro dos movimentos sociais, como diretamente ligadas à sua capacidade de oferecer respostas concretas, aos problemas de sobrevivência e subsistência de pessoas pobres mobilizadas, sendo essa a capacidade de distribuir os recursos e informações dentro do movimento.

Passada a campanha de distribuição do leite, decidiram continuar atuando no combate à fome e na luta por moradia. E em meados da década, momento em que, com o fim da gestão Erundina, os mutirões são paralisados, resolveram que a premissa de “se come, não paga aluguel, e se paga aluguel, não come” os guiaria na luta, de modo que resolveram que a forma de trabalhar contra a fome seria

---

<sup>42</sup> Organização ecumênica, não governamental, sem fins lucrativos ou econômicos. Atua desde 1988 junto a pessoas de baixa renda.

removendo o aluguel da equação, e passaram então a ocupar imóveis vazios no centro da cidade de São Paulo.

A primeira ocupação foi realizada em um casarão que havia pertencido à Santos Dumont, o aviador, no dia 8 de março de 1997. Manoel del Rio considera esta primeira ocupação como o estopim que deu “fogo” à luta pela moradia, situação parecida ao apresentado por Rolnik (2013, p. 8) sobre as Jornadas de Junho, ao utilizar as palavras de Carlos Vainer “uma fagulha pode incendiar uma pradaria” (que por sua vez parafraseou Mao Tse-Tung). A ocupação foi moradia para as famílias que resistiram por 4 ou 5 anos. Hoje o edifício abriga o Museu de Energia de São Paulo.

O segundo momento foi a ocupação de seis sobrados, localizados na rua Pirineus, nos Campos Elíseos, pertencentes à Universidade de São Paulo, recebido como doação em função de herança vacante. As famílias quebraram o acesso com marretas e ocuparam os sobrados. Após negociações, a USP transferiu os imóveis para a COHAB que posteriormente construiu ali 42 unidades habitacionais.

A partir do isolamento de um grupo dentro da UMM, por divergência de objetivos, criaram um segundo grupo, que tinha o mesmo objetivo final de luta por moradia digna no centro. Com a ocupação dos edifícios, aliados à UMM, pessoas que faziam parte do grupo da Apoio, resolveram fundar o MSTC<sup>43</sup> (Movimento Sem Teto do Centro), ainda em 1997, de forma que fosse um movimento que lutaria diretamente pela moradia. Objetivavam ações que apenas se diferenciavam pela forma de olhar para um edifício ocupado, o que converge com a impossibilidade de se buscar uma unanimidade de atuação entre os grupos (SANTOS, 2008).

Em novembro de 1997, ocuparam o edifício do INSS, localizado na Avenida 9 de Julho, essa ocupação já ocorre sob a bandeira do MSTC. A partir daí, o grupo do MSTC/Apoio passou a articular estratégias de ocupar para morar, junto com alguns outros grupos que faziam parte da UMM. Este posicionamento que gerou divergências dentro do grupo, visto que a UMM defendia a ocupação como pressão e como forma de negociação com o poder público. Como esses grupos estavam descontentes com a necessidade de sair do edifício, resolveram assumir a liderança da ocupação, ficando no prédio para morar enquanto pudessem. A partir desse novo arranjo, organizaram uma nova articulação para as ocupações nos edifícios vazios, com o intuito de ficar neles, formando assim a Frente de Luta por Moradia<sup>44</sup> (FLM), em 2004. Kohara e Silva (2016, p. 526) descrevem a questão como sendo “vários movimentos integrantes da UMMSP, que priorizavam ocupações como forma de dar visibilidade às demandas por moradia popular, formaram a articulação Frente de Luta por Moradia [...]”

---

<sup>43</sup> A formação e composição atual do MSTC foi amplamente estudada por Carlos Filadelfo de Aquino (2008).

<sup>44</sup> A dissertação de Nicésio (2017) também trabalhou a partir do histórico da FLM e o relacionou com a história da Ocupação São João 588.

Inicialmente composto por cerca de 10 ou 12 movimentos, a FLM foi concebida para lutar por projetos habitacionais e políticas públicas de moradia, mas ocupando enquanto não conquistam as moradias definitivas. Com isso, as ocupações se tornam um modo do trabalhador morar, resolvendo o problema de moradia e liberando o uso dos salários, quando existe, para as outras necessidades diárias.

Antes mesmo da oficialização da FLM, os movimentos que deram origem à Frente já haviam realizado 05 ou 06 ocupações. Com o tempo, outros movimentos foram se juntando a eles e o grupo foi crescendo, sendo hoje cerca de 12 a 15 movimentos de moradia. A FLM atua hoje no centro e na periferia de São Paulo, e mesmo em algumas cidades vizinhas.

A FLM é, hoje, segundo informações apresentadas em seu site, um coletivo de movimentos autônomos, fundado em 2004, na cidade de São Paulo. Fundamenta sua prática organizacional na defesa do direito à cidade e à moradia. Desde 2017, trabalha na ampliação da experiência da FLM com outros movimentos de moradia em diferentes estados do Brasil objetivando ajudar na construção de uma unidade nacional da luta por moradia organizada pelos trabalhadores (Site FLM, 2022).



Figura 11: FLM em Ato contra os Despejos na Pandemia, em março de 2022.  
Fonte: Acervo FLM, 2022.

### 2.1.1. Sentimentos, sentidos e sensações

A vivência, dentro do coletivo de movimentos de moradia, é algo que sempre precisa ser estimulada, os discursos dentro das reuniões são sempre voltados para a importância dessa união, e diálogo necessários entre os movimentos e as famílias

que vivem nas ocupações. A participação dos representantes das famílias nas reuniões semanais é algo necessário, desde a formação dos grupos de base, e é incentivada até mesmo para as famílias que conseguiram moradias definitivas, de forma que participem sempre, mesmo posteriormente à sua saída das ocupações.

Uma forma de estimular essa participação é o incentivo ao sentimento de coletivo. Os atos e passeatas são definidos, em grupo, pelas famílias que estão nas reuniões e, posteriormente, repassadas para as outras famílias das ocupações. A preocupação com as decisões coletivas vem da necessidade da participação dessas pessoas nos atos públicos, visto que são realizados para chamar a atenção para as necessidades das famílias organizadas. Com isso, a quantidade de pessoas presentes nesses momentos aumenta ou diminui a importância que é atribuída à causa.

A participação regular das famílias, nas reuniões e atos do movimento de moradia, também é estimulada através da compreensão a respeito do impacto da conquista da moradia pelas famílias. A falta de moradia de qualidade para a população de baixa renda, assunto presente nos debates do movimento social, é parte da problemática estruturante da sociedade, na qual o problema é atribuído ao sistema de classes sociais imposto. A partir desse entendimento, ainda que a conquista da moradia ocorra, o status dessas famílias não é alterado de forma conjunta. Dessa forma, é constantemente trabalhado com essas famílias a necessidade de se pensar também nas gerações futuras, visto que uma mãe que, após anos em uma ocupação, recebe a moradia definitiva através da luta organizada, não sabe qual será a possibilidade de seus filhos conseguirem moradia.



Figura 12: Reunião Geral da FLM, em novembro de 2022.

Fonte: Acervo FLM, 2022.

Essa questão é fundamental uma vez que, nas ocupações, vivem famílias estendidas: pais com filhos adultos, que passam a ocupar outros espaços da ocupação com seus



companheiros e filhos. Em um movimento, ou mesmo em uma ocupação de moradia, são facilmente encontradas três gerações de uma mesma família. Todos lutando por políticas públicas de moradia, na busca da segurança que a posse de um imóvel representa.

Essa organização interna do coletivo é algo que evolui de acordo com a necessidade do grupo, seguindo as ações que são programadas para ocorrer em determinada época do ano. Ou ainda de acordo com as alterações nos governos – local, estadual ou federal - que podem ser mais ou menos abertos ao diálogo, ou que simplesmente podem romper definitivamente o diálogo com essas famílias, taxando-as como criminosas.

O incentivo ao sentimento de pertencimento de um grupo é também explorado a partir das místicas realizadas no início e encerramento das reuniões gerais. Músicas que falam sobre luta, sobre organização, sobre classes, sobre as etapas da vida e sentimentos do ser humano, são constantes e pensadas para incentivar os tópicos que serão discutidos nas reuniões. Entre elas, algumas se destacam e se repetem, de forma a reiterar o que se está em pauta entre o grupo, como:

*Viver e não ter a vergonha de ser feliz  
Cantar e cantar e cantar  
A beleza de ser um eterno aprendiz  
Eu sei que a vida devia ser bem melhor e será  
Mas isso não impede que eu repita  
É bonita, é bonita e é bonita  
[O que é, o que é - Gonzaguinha]*

*Hoje longe, muitas léguas  
Numa triste solidão  
Espero a chuva cair de novo  
Pra mim voltar pro meu sertão (...)  
[Asa Branca - Luiz Gonzaga]*

*Coisa que gosto é poder partir  
Sem ter planos  
Melhor ainda é poder voltar  
Quando quero...  
[Encontros e despedidas - Milton Nascimento]*

*Ao sorrir  
Eu pretendo levar a vida  
Pois chorando  
Eu vi a mocidade  
Perdida  
Finda a tempestade  
O sol nascerá  
Finda esta saudade  
Hei de ter outro alguém para amar  
[O sol nascerá - Cartola]*

As músicas, já famosas pelas letras são o foco, aliadas aos ritmos de samba, xote, forró e outros, que fazem com que o povo sinta vontade de cantar junto, formando um grande coro pela luta:

*Às vezes a felicidade demora a chegar  
Aí é que a gente não pode deixar de sonhar  
Guerreiro não foge da luta e não pode correr  
Ninguém vai poder atrasar quem nasceu pra vencer  
É dia de sol, mas o tempo pode fechar  
Na vida é preciso aprender  
Se acolhe o bem que plantar  
É Deus quem aponta a estrela que tem que brilhar*  
[Tá escrito - Grupo Revelação]

*Tá vendo aquele edifício moço?  
Ajudei a levantar  
Foi um tempo de aflição  
Eram quatro condução  
Duas pra ir, duas pra voltar  
Hoje depois dele pronto  
Olho pra cima e fico tonto  
Mas me chega um cidadão  
E me diz desconfiado, tu tá aí admirado  
Ou tá querendo roubar?  
Meu domingo tá perdido  
Vou pra casa entristecido  
Dá vontade de beber  
E pra aumentar o meu tédio  
Eu nem posso olhar pro prédio  
Que eu ajudei a fazer*  
[Cidadão - Zé Geraldo]

Em tempos de eleição, as músicas servem não apenas para fortalecer o coletivo, mas para expressar as vontades das famílias em relação ao novo governante. Em 2022, durante o período das eleições<sup>45</sup> para presidente e governador, as músicas focavam na esperança de eleição do candidato de esquerda que concorria em oposição ao até então presidente Bolsonaro (2019-2022), uma vez que durante seu governo, o diálogo com as famílias organizadas pela moradia foi praticamente nulo, no âmbito federal. Somou-se a isso a perseguição às famílias e lideranças dos movimentos, mesmo durante o período da pandemia.

---

<sup>45</sup> É necessário destacar que algumas lideranças participaram, inclusive como candidatos, em eleições anteriores. Em 2020, nas eleições municipais, destaca-se a participação de Carmen Silva (liderança do MSTC) e Manoel del Rio (liderança da FLM). Em 2022, após a eleição de três vereadores de São Paulo para cargos de deputados federais e estaduais, uma das posições vacantes de vereador, da cidade de São Paulo, foi ocupada por Manoel del Rio, para exercer o mandato na continuidade da gestão (2023-2024).

As músicas cantadas nas reuniões naquele período foram, portanto, para demonstrar o apoio ao então candidato a presidente Luiz Inácio (Lula), de forma a demonstrar o apoio político a uma desejável mudança de gestão. Ao objetivar o diálogo que possivelmente seria ampliado com o futuro governante, mais próximo dos movimentos sociais, além da música da campanha do candidato, eram entoadas músicas de composição do próprio grupo, com cunho político e contemplando os anseios das famílias que moram nas ocupações de moradia.

*Olha lá, aquela estrela que tentaram apagar  
Não se apaga, não se rende  
É o brilho dos olhos da gente,  
Olha ela lá  
Olha lá, uma ideia ninguém pode aprisionar  
O sonho cada vez mais livre  
Acesa a esperança vive, olha Lula lá*  
[O Brasil feliz de novo - LULA 2018 música eleitoral]

*Se pagamos aluguel não  
Sobra nem pra comer  
No mercado tudo é caro  
Tá difícil de viver  
O povo brasileiro  
Tá cansado de sofrer  
Esse ano vai ser nosso  
Eu acredito pode crer  
O Lula tá voltando  
Esse ano é do PT*  
[Música: Expressão do Povo]

*O Brasil precisa melhorar  
Por isso o Lula precisa voltar  
Erga sua bandeira em  
Cada canto do país  
E vamos novamente  
Juntos ser feliz*  
[Lula presidente - Edson Junior, Aécio Oliveira e Quell Bass]

Passado o período de eleição, as músicas voltam a expor as demandas do coletivo, abraçando ainda a questão do carnaval. Em 2022, era um anseio da FLM a criação do Bloco dos Sem-teto, mas a proposta foi interrompida devido ao adiamento do carnaval, em função do aumento no número de infectados por Covid-19, no início de 2022.

Essa vontade foi reativada em 2023, de modo que o coletivo solicitou a permissão para sair com o Bloco, o que foi negado pela Subprefeitura da Sé. A administração informou que não concederia a permissão, mas que poderiam solicitar a qualquer outra Subprefeitura. Dessa forma, a organização resolveu sair às ruas no final de semana anterior ao Carnaval de 2023, ainda que sem permissão oficial. Para isso,



utilizaram as músicas que mais demonstravam o que estavam reivindicando, inclusive criando algumas específicas para Bloco.

*Nenhuma mulher sem casa  
Pra isso tem que fazer moradia  
Nenhuma mulher sem casa  
Frente de Luta nas ruas todo dia  
Olha Governo! Preste Atenção!  
Tem muito prédio abandonado sem função  
Olha Prefeito! Preste Atenção!  
Quantas famílias moram numa Ocupação  
Olha São Paulo! Preste Atenção!  
Todo mundo tem que ter habitação  
Governadores! Vamos fazer!  
Moradia pro povo sobreviver!*  
[Nenhuma mulher sem casa - Mildo Ferreira]

*Eu vou entrar pra luta  
Eu vou lutar com o povo,  
Porque quem não luta, tá morto!  
Chegou a hora e vamos sair  
Pra rua  
Porque a luta continua  
E a gente não pode parar  
Nós precisamos juntar  
Todo o nosso povo  
Sair pra rua de novo e os  
Nossos direitos buscar*  
[Quem não luta, tá morto - Banda Ocupasom]

*Onde é que eu vou morar?  
O senhor tem paciência de esperar!  
Inda mais com quatro filhos  
Onde é que eu vou morar?  
Sei que o senhor  
Tem razão de querer  
A casa pra morar  
Mas onde eu vou ficar?*  
[Daqui não saio, daqui ninguém me tira - Bloco do Sem-Teto]

As canções que são usadas nas reuniões vão se diferenciando de acordo com o que o coletivo quer mostrar ou fortalecer no momento. Alternam-se na mística, realizada no início de cada uma das reuniões, e se completam ao final, com as palavras de ordem entoadas pelas famílias. Entre as palavras de ordem, destacam-se: *Nenhuma mulher sem Casa! Sem moradia não há justiça! Sem moradia não há democracia! A nossa luta é todo dia, por emprego, saúde e moradia! Bate panela, pode bater, a rua*

*é fria e não tem nada pra comer! Bate panela, pode bater, ocupação é um bom lugar pra se viver!*

Somados às manifestações, esses elementos são conectados de forma a ampliar o sentimento de pertencimento das famílias ao grupo. O incentivo vem também da necessidade de que as famílias continuem a participar e que as pessoas que chegam, já nas primeiras vezes, entendam que a luta é feita de forma conjunta. Além de propiciar descontração no início e no final das reuniões.

Gohn (1991) defende também que a subjetividade tem mais importância do que a objetividade e, por isso, nas práticas do cotidiano, as falas e modos de expressão são fundamentais para a compreensão dos MSU, e nelas os indivíduos “são analisados como *atores sociais*” (GOHN, 1991, p. 26).

### 2.1.2. Os contos, as vidas

Durante as reuniões semanais da Frente de Luta, algumas histórias de vida são contadas. Entre elas, destaco a história de Sandra<sup>46</sup>, que coordena uma ocupação e relatou que as pessoas estavam sendo proibidas de utilizar os serviços do posto de saúde. Mães e crianças, por não ter comprovantes de endereço, estavam tendo o atendimento negado. Mas que ela, juntamente com outras coordenadoras, foi até o Posto e, após se reunir com funcionários, conseguiram marcar para que eles fossem até a ocupação fazer o cadastro de todas as famílias para que todos pudessem passar a utilizar o serviço.

Ou o caso de uma senhora surda, que foi acompanhada por Vera, sua cuidadora, que foi abandonada na ocupação há mais de doze anos. De família com recursos, foi entregue para uma família que vivia na ocupação. Com essa história, pretendem mostrar que as ocupações e o movimento acolhem, a todos, inclusive filhos e mães de pessoas com recursos.

Em outra oportunidade foi apresentada a história do Antônio, que contou sobre a criação um grupo de base itinerante, o grupo ‘Santo Dias’. O grupo não tem um salão, mesas, cadeiras ou microfones, mas acontece na rua. O local sequer é fixo, pois o grupo é composto por trabalhadores que descarregam as carretas e que, sem qualquer vínculo empregatício, atravessam a cidade para o local onde as carretas deverão ser descarregadas. Neste momento, avisam o pastor, que se locomove até o espaço momentos antes, e as reuniões ocorrem durante o período em que esperam pela chegada das carretas para poder trabalhar e receber.

Outras inúmeras histórias também são contadas por moradores e lideranças às vésperas de reintegrações de posse marcadas, momento em que se solicita apoio das famílias e movimentos presentes, relatando os últimos acontecimentos, e quais são as estratégias de saída ou resistência que a ocupação está planejando. Nesses

---

<sup>46</sup> Os nomes citados nesta sessão foram alterados, de forma a preservar a identidade dos militantes.

momentos, não raro são os moradores que contam as histórias, avisando já de início que a liderança não irá comparecer, pois está dentro do prédio resistindo às investidas da polícia na porta bloqueada da ocupação.

São também nesses momentos quando acontece o repasse da liderança do coletivo aos líderes e famílias dos movimentos sobre o que ocorreu com outros movimentos, como quando houve a atualização acerca das famílias que passaram pela reintegração da ocupação na Rua Augusta. Reintegração amplamente noticiada na mídia local e que teve as famílias realocadas em outras ocupações dos diversos movimentos ligados ao coletivo da FLM. Também acontece o repasse de informações sobre os grupos de base que estão sendo formados para futuras jornadas<sup>47</sup>, que são as ocupações que acontecem por diversos movimentos no mesmo dia, e que iniciam sua preparação meses antes com as reuniões com as famílias, a escolha do prédio e a vistoria da documentação existente.

Para além das reuniões, os atos, festas, bazar e outras atividades são as responsáveis por manter a compreensão da luta coletiva. São organizadas festas temáticas como festa junina, de Natal e Páscoa, nas quais as famílias ficam responsáveis por arrecadar o necessário para a realização das festas, com doações ou venda de rifas, é quando as crianças geralmente são presenteadas. As divisões também ocorrem na organização para preparação das comidas, decoração e música, podendo as festas ocorrerem com todo o coletivo, ou apenas dentro de um movimento ou ocupação.

As manifestações também são organizadas dessa forma. Todas as famílias são incentivadas a participar, de forma que o tamanho do movimento atraia mais atenção da mídia e do Poder Público. Se o ato irá ocorrer ou não, e em qual data, são questões tratadas nas reuniões gerais. Dessa forma, as manifestações não ocorrem a partir de uma hierarquização da organização, mas sim com a escolha e aval de todas as famílias que participam, compartilhando a experiência dos atos, que foram definidos como necessários pelo coletivo.

A arrecadação do dinheiro usado para financiar os atos, os locais de reunião e o material gráfico usado pelo coletivo, é feita a partir de rifas, pela renda do bazar permanente, gerido pela Apoio, e por doações.

As passeatas, manifestações e atos públicos também são responsáveis por apresentar a inquietação, a partir do tema que está mais latente para o coletivo no momento. Nos últimos anos, o tema “nenhuma mulher sem casa” tem sido debatido

---

<sup>47</sup> Jornadas, no contexto da FLM, são ocupações que ocorrem de forma simultânea, em diferentes edifícios e/ou terrenos, espalhadas pela cidade de São Paulo, de forma que os movimentos de moradia, integrantes da FLM, coordenam sua atuação para um determinado dia do ano, data essa escolhida em conjunto nas reuniões do coletivo. A última jornada, realizada até a entrega deste trabalho, ocorreu em 1º de abril de 2022, quando diversos movimentos de moradia ocuparam quatro edifícios, em diferentes regiões da cidade de São Paulo, e um terreno, localizado na periferia, zona leste de São Paulo, a ocupação da Rua Augusta, foi um dos edifícios ocupados nessa jornada. A jornada ocorreu sob o lema ‘nenhuma mulher sem casa’.

em diversos momentos. Isso acontece, pois, a questão das mães solteiras, ou mães solo, é cada vez mais presente no coletivo: se não tiverem alternativa de moradia, terminariam com seus filhos na rua. A construção também é feita a partir da narrativa de que a casa e a família são construídas por mulheres, não tendo sentido que elas não tenham sua própria moradia. Soma-se a isso a fragilidade imposta a elas com a sobrecarga da vida cotidiana de conciliar os filhos, trabalho, estudo e o cuidado com a casa.

A temática das ações também vai acontecer de forma imposta em políticas públicas, como a preferência para a mulher ser a assinante do contrato quando da conquista da moradia. Mas no coletivo isso já acontece muito antes, visto que é preferencial que as mulheres fiquem como responsáveis da unidade nas ocupações e que, em caso de briga ou separação, é a mulher que usualmente ficará na ocupação.

Como toda ação, a participação no coletivo também é repleta de dúvidas. As especificidades impostas pelo coletivo aos movimentos sociais são constantemente colocadas como ponto de discussão, pois é necessário saber se esse formato de aliança ainda faz sentido para o movimento social de moradia. A atuação é feita a partir de decisões tomadas pelo coletivo de movimentos, o que significa que nem sempre o movimento social vai querer funcionar de determinada forma, ou realizar tal ação da forma como é imposta. Portanto, cabe ao movimento articular, dentro do coletivo, como quer atuar e quais são suas expectativas, para que sua participação ali dentro continue fazendo sentido.

Mesmo a parceria com agentes externos é algo que pode ser questionado por um ou outro movimento social. Assim como a forma e quantidade de distribuição das unidades dentro do coletivo também é debatida, pois isso interfere diretamente na expectativa das famílias de cada movimento. Essas questões são tratadas como discussões necessárias ao crescimento do coletivo e devem ser realizadas para que se tenha certeza da permanência de cada movimento social de moradia na própria FLM.

Entre os exemplos de moradia conquistadas pelo coletivo estão o Hotel Cambridge, atual Residencial Cambridge, e o Lord Palace Hotel, atual edifício Elza Soares, ambos projetos viabilizados pelo programa federal Minha Casa Minha Vida - Entidades, num total de 297 unidades transferidas para as famílias. E mais recentemente o Edifício Prestes Maia<sup>48</sup>, ocupado pela primeira vez em 2002, comprado pela Prefeitura de São Paulo em 2015, e com a reforma em andamento via programa municipal: Programa Pode Entrar.

Para o coletivo, essas conquistas representam grandes vitórias frente ao mercado imobiliário na cidade, com quem se disputam os espaços na região central. É justamente o mercado imobiliário o maior responsável por manter os edifícios vazios

---

<sup>48</sup> O trabalho de Julia Murad (2019) apresenta os detalhes da história do Edifício Prestes Maia.

devido à expectativa de valorização e inserção deles no mercado financeiro, já que o centro de São Paulo tem imóveis com altos valores quando comparado a outros locais da cidade. Como já apontou Maricato (2013, p. 20), a disputa básica se dá “entre aqueles que querem dela (cidade) melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos.” A luta por melhores condições de vida e moradia digna também precisa enfrentar esse mercado, que Tatagiba e Teixeira (2016, p. 89) definem como possuidor de grande “influência no jogo político”, e sendo assim “uma luta “profundamente desigual e os resultados do movimento não podem ser lidos na chave da ‘vitória’ ou ‘derrota’ definitivas.”

## 2.2. O movimento e as ocupações



Figura 13: MMCR em Ato a favor da vacinação em massa contra Covid-19, em junho de 2021.  
Fonte: Acervo MMCR, 2021.

[...] os movimentos sociais, quando se mobilizam em atos políticos para lutar por direitos, não estão contrários a lei. Além disso, não podem ser impedidos de dizer que determinadas leis, sobretudo quando mal interpretadas e aplicadas, têm estado, historicamente, a serviço da criação e da manutenção da intensa desigualdade que existe em nosso país (MAIOR, 2013, p. 84)

O Movimento de Moradia Central e Regional (MMCR) é um movimento social organizado, que luta por moradia digna e pelo direito à cidade. O Movimento foi fundado em 2017, a partir de um desmembramento do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). O MMCR foi fundado como estratégia para a organização e gestão das várias ocupações geridas pelo MSTC, num momento em que o MSTC estava recebendo muitas denúncias contra suas lideranças.

Dessa forma, sentiram a necessidade de dividir as ocupações, que foram originalmente realizadas pelo MSTC, de acordo com suas lideranças responsáveis. Do desmembramento foram criados dois movimentos distintos, com lideranças e estatutos próprios, ainda que tendo todos a mesma base de orientação, visto que, apesar da divisão, seguem atuando em parceria devido ao longo relacionamento entre as lideranças, formadas em um mesmo espaço. São eles: o próprio MSTC, o MMCR e o Movimento Moradia Já (MMJ). Os movimentos eram todos filiados à Frente de Luta por Moradia (FLM), devido à participação do MSTC na fundação da FLM. Entretanto, após a desvinculação do MSTC, apenas MMCR e MMJ permaneceram vinculados à FLM, em conjunto com os outros movimentos que fazem parte do coletivo.

A divisão dos movimentos ocorreu de acordo com as lideranças que eram responsáveis pelas ocupações. As ocupações que já eram lideradas por Jomarina ficaram no MMCR: José Bonifácio, Ipiranga, Caetano Pinto e Rio Branco, todas previamente abrigadas perante a bandeira do MSTC. Em outubro de 2021 foi realizada uma nova ocupação, em ação exclusiva do MMCR: a Ocupação Luís Gama, na Várzea do Carmo<sup>49</sup>.

Tarrow (2009, p. 18) escreve que os confrontos são ações tidas desde o início da história humana, mas “coordená-los e mantê-los contra opositores poderosos é a contribuição dos movimentos sociais [...] confronto político é desencadeado quando oportunidades e restrições políticas em mudança criam incentivos para atores sociais [...]”. Ou seja, os movimentos de moradia organizados atuam constantemente em uma interação de oposição.

O MMCR abriga atualmente mais de 350 famílias nos edifícios ocupados, além de famílias filiadas ao grupo de base, que ainda não moram nas ocupações. O movimento não recebe auxílio governamental, apenas auxílios e doações de parceiros e voluntários.

A maior luta no momento, além da sobrevivência, é a garantia da posse dos apartamentos com posterior adequação ou reforma para que seus moradores finalmente tenham a segurança de uma moradia adequada. Para isso também

---

<sup>49</sup> Em julho de 2023 foi realizada uma nova ocupação de moradia, localizada na Sé, e nomeada Ocupação São Benedito, sendo a sexta ocupação do movimento, entretanto, ela não será abordada neste trabalho devido à ausência de tempo hábil para que ocorra o acompanhamento da ocupação.

contam com o apoio de voluntários e parceiros pois os processos judiciais e a elaboração dos projetos de reforma são demorados e têm altos custos.

Atualmente o MMCR conta com um projeto para requalificação da ocupação José Bonifácio (projeto Maria Quitéria), em tramitação via o programa municipal Pode Entrar. Inicialmente, o estudo preliminar de reforma com mudança de uso foi elaborado pela assessoria técnica Peabiru, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades (MCMV-Entidades), em 2014. Edifício pertencente à prefeitura municipal, sua reforma seria viabilizada através da doação do edifício ao movimento com aporte de verba do MCMV-Entidades. Com o final do MCMV-Entidades, o projeto foi retomado na expectativa de ser enquadrado no âmbito do Pode Entrar<sup>50</sup>. Se concretizado, será o primeiro edifício a ser transformado em habitação de interesse social realizado pelo movimento.<sup>51</sup>

### 2.2.1. A grande festa

O momento de realização de uma nova ocupação é conhecido como a “Grande Festa”. Este é o momento em que um novo edifício é efetivamente ocupado, quando as portas são abertas, as famílias entram e começam a organizar a nova ocupação. É também o momento em que as famílias passam a conhecer o verdadeiro estado físico do prédio. Após a ocupação, com as portas fechadas e as famílias dentro do edifício, começa o mutirão de retirado de lixo, entulhos, limpeza básica inicial, organização da cozinha comunitária e a preparação das primeiras refeições.

A “Grande Festa” é precedida pela formação do grupo de base, grupo formado em reuniões muito anteriores à efetiva ocupação. É um momento de formação das famílias sobre o que é o movimento social de luta por moradia. É quando são apresentados os problemas e possibilidades, e é feita a divisão das tarefas e a definição dos responsáveis dentro do grupo, e da futura ocupação. Assim, quando as famílias ocupam um edifício, os grupos de base já estão divididos. Cada um já ocupa informado sobre qual será sua responsabilidade nos primeiros momentos da nova ocupação.

A formação feita nos grupos de base também vai fundamentar as expectativas das famílias em relação ao Movimento Social e ao Coletivo de Movimentos do qual essas famílias vão fazer parte. É o momento em que elas passam a ser filiadas ao coletivo e passam a integrar a lista geral da demanda habitacional.

---

<sup>50</sup> O Programa Habitacional da Cidade de São Paulo – Pode Entrar, instituído pela Lei nº 17.638/2021, foi criado com o objetivo de permitir “a simplificação ao acesso no sistema habitacional do município, contribuindo na redução do déficit na capital e para atender a demanda do extinto 'Minha Casa Minha Vida'” (Site Prefeitura de São Paulo). O programa apresenta a instituição de mecanismos de carta de crédito, conta garantidora (que coloca a prefeitura como garantia para quem não consegue comprovar renda), regulamentação do aluguel social e compra de imóveis privados para fins de habitação de interesse social.

<sup>51</sup> Também está em andamento o estudo preliminar para reforma da ocupação Luís Gama, sob responsabilidade da assessoria técnica Integra.

As reuniões dos grupos de base servem também para instruir cada grupo sobre como será a ocupação, reações possíveis de pessoas externas e agentes policiais. É feita a preparação sobre o que as pessoas podem encontrar ao entrar nos edifícios, dado que o tempo em que ficam desocupados resulta usualmente em muita sujeira, com infestações de pragas, e energia elétrica e água encanada desativadas.

Uma etapa prévia muito importante é a escolha do edifício que será ocupado. Inicialmente, as lideranças observam edifícios desocupados durante um tempo, para saber se estão efetivamente vazios. Procuram identificar se tem alguém fazendo a segurança e quais os seus horários. Recuperam o histórico do prédio para saber quem é o proprietário e se possui dívidas públicas, além de buscar informações relativas ao tempo que está desocupado. Ao mesmo tempo é feita a preparação das pessoas que irão fazer a ocupação, visto que nos grupos de base têm pessoas que nunca ocuparam antes, e pessoas que já moram em outras ocupações, mas que farão parte da ocupação inicial, como forma de conseguir atenção à quantidade de pessoas nessa situação. Também se define quem da família fará parte da ocupação inicial e quem os encontrará no edifício depois.

As primeiras 24 de uma ocupação são cruciais. Se não houver reintegração de posse imediata, isso significa uma importante etapa vencida, uma vez que nas primeiras 24 horas a reintegração pode ser realizada diretamente pela força policial. Após 24 horas, a reintegração só pode ocorrer via ordem judicial. Por isso é importante que não haja nenhum contato das famílias trancadas dentro do prédio com o ambiente exterior. As portas são mantidas fechadas e a mediação com agentes externos ocorre através de um responsável previamente designado.

Jomarina explica que esse era inclusive o motivo para que, antigamente, as ocupações ocorressem de sexta para sábado. Dessa forma, com o fechamento dos serviços públicos aos finais de semana, essas 24 horas podiam ocorrer sem que houvesse muitas possibilidades de denúncias e sem os servidores que pudessem estar fazendo vistoria. Entretanto, atualmente as ocupações acontecem de domingo para segunda. Assim, ainda que seja dentro do final de semana, postergando ao máximo o contato com os servidores públicos que pudessem ir ao local, as famílias conseguem contar com assessoria jurídica imediatamente após a ocupação, de forma a garantir o apoio jurídico que solicitam, além de ter acesso a comércios locais, possibilitando o suprimento das necessidades imediatas da ocupação, como produtos de limpeza e alimentação.

A grande festa dos edifícios da Ocupação Rio Branco foi realizada em novembro de 2011, com um grupo de base formado a partir de moradores dos bairros de Itaquera, Brás e Bela Vista, enquanto a grande festa da Ocupação Luís Gama ocorreu em novembro de 2021. O contexto entre essas duas ocupações tem a variação de uma década.



### 2.2.2. Os estudos de caso

A escolha das ocupações a serem estudadas durante o Mestrado foi decisão a ser tomada ao longo do início da pesquisa. Com uma finalidade quase poética, o estudo de uma ocupação que se iniciava e de uma ocupação que tinha seu final anunciado, a perspectiva era de uma visualização de uma possível linha do tempo entre as ações do movimento.

Ao debater o significado de ilegalismos, Telles (2010, p. 102) se apropria da noção de gestão diferencial dos ilegalismos proposta por Foucault, que coloca no centro do debate os modos como as leis operam, de forma que as mesmas são analisadas não para suprimir ou proibir os ilegalismos, mas para diferenciá-los internamente: “riscar os limites de tolerância, dar terreno para alguns, fazer pressão sobre outros, excluir uma parte, tornar útil outra, neutralizar estes, tirar proveito daqueles” (FOUCAULT, 1997, p. 227 in TELLES, 2010, p. 102). Importante destacar que a aplicação desse conceito à cidade é fundante deste estudo. Ou seja, não é possível analisar as ocupações de moradia no centro sem diferenciar as pressões sofridas por elas frente às ocupações na periferia, pois o limite do que é possível para determinados grupos sociais não inclui a boa localização para os pobres, visto que os ilegalismos não são lacunas ou imperfeições, mas

[...] faz parte do funcionamento do social, compõem os jogos de poder e se distribuem conforme se diferenciam “os espaços protegidos e aproveitáveis em que a lei pode ser violada, outros em que ela pode ser ignorada, outros, enfim, em que as infrações são sancionadas. (TELLES, 2010, p. 104)

Mas o que se faz quando o que é fadado ao fim não acaba? O que deve ser feito quando o que se espera acompanhar está fadado ao fim? Essas foram as maiores motivações para o estudo dessas ocupações, que em um pequeno movimento poderiam desaparecer. A atuação do movimento moradia organizado é, então, estruturada na incerteza do futuro e na luta coletiva, que permanece mesmo se o espaço físico não se mantiver o mesmo.

O histórico da Ocupação Rio Branco apresenta uma característica que a diferencia de grande parte das demais ocupações paulistanas: seu grande período de permanência. Para um formato muitas vezes tido como provisório, a Rio Branco se mantém por mais de uma década.

Essa característica impacta diretamente na forma de construção e utilização do território e do espaço urbano do entorno, que foi impactado pela presença dessas famílias no centro de São Paulo. Com a permanência ainda que não definitiva, mas consolidada das famílias, houve a necessidade de adequar os espaços de entorno e a provisão de serviços para suprir as demandas dos “novos” moradores em um espaço que antes estava sendo dedicado apenas à provisão das demandas dos transeuntes.

Com a permanência das famílias no edifício ocupado, o que se percebe é a intenção dos moradores de lutar por melhorias arquitetônicas e de infraestrutura, como rede elétrica, hidráulica, prevenção de incêndio e mobilidade nas áreas privativas e comuns. Assim procura-se garantir a segurança dos moradores, além de remediar possíveis impactos no edifício.

Uma questão que se coloca neste momento é justamente a identificação de problemas na estrutura do prédio, decorrentes das obras realizadas nos anos 1970. A ocupação Rio Branco, ao permanecer no mesmo espaço por mais de uma década possibilitou a criação de laços de seus moradores com o centro da cidade e com as outras ocupações da região, de forma que se justifica o fato de pertencerem a uma mesma rede de apoio. Ainda que a saída dos moradores se torne a única solução possível, dificilmente, no contexto atual, será para uma outra forma de moradia que atenda às necessidades dos moradores ou com a qual possam criar o mesmo vínculo.

Uma ocupação com dez anos de história possibilita que a análise do movimento seja feita a longo prazo. As conquistas aparecem com mais clareza, assim como a volatilidade do processo, que não se encerra com a ausência da reintegração de posse imediata. Uma ocupação que dura mais de uma década também permite o estudo da relação com a vizinhança, com o Poder Público e com os outros atores da cidade. Ao passo que uma ocupação recente mostra os detalhes do imediatismo, detalhes que podem passar despercebidos para quem acompanha as ocupações de moradia à distância, mas que as famílias e lideranças nunca esquecem. As lideranças vivem cada detalhe. Não é passageiro para elas, é apenas intermitente.

A formação de lideranças nas ocupações, muitas vezes, é pautada pela proximidade das famílias com a liderança já existente, mas também é mutável, uma vez que a proximidade entre as pessoas é algo que muda com a vida. Assim, a ocupação vai tomando forma própria, escolhendo suas figuras de lideranças de acordo com as necessidades impostas pelo tempo e pelas situações que se impõem. Mesmo os trabalhos internos, de portaria, intermediadores e responsabilidade pelo pavimento de cada ocupação, vão se alterando conforme esses princípios de necessidades e disponibilidades.

A ocupação de moradia, organizada por movimentos sociais, é algo mutável, baseada em processos que evoluem e se alteram, na busca permanente de algo que não sabem se será obtido: a segurança de uma moradia digna. É pautada por processos que vêm da urgência. E as lideranças têm consciência disso. A formação dentro do movimento é para aprender que existe esse fator da insegurança, que sempre irá existir, e que eles precisam aprender a lidar com a situação. Por um lado, não se pode perder a esperança, mas por outro não se pode permitir a ilusão de que o processo de luta por moradia esteja resolvido para eles.

O processo do morar é pautado pela luta. As pessoas sabem que, para elas, não existe um sem o outro. A garantia de moradia sempre exigirá a luta, a mesma luta que essas famílias precisam travar para conquistar todos os seus direitos básicos, de educação, saúde, alimentação e emprego. Assim se atribui a importância do espírito do coletivo entre as famílias das ocupações, com o seu e com os outros movimentos sociais de moradia, e com outros movimentos sociais que atuam na cidade.

### 2.2.3. A ocupação Rio Branco

Localizada na região central, no bairro República, a ocupação Rio Branco é formada por três edifícios distintos: um hotel, localizado no número 53 e resultado da ampliação realizada nos anos 1970 de um casarão construído em meados de 1930; um cinema, construído por volta da década de 1960, utilizado de forma compartilhada por moradores filiados ao MMCR e moradores filiados MSTC; e um segundo hotel, localizado no número 47 e completamente ocupado pelos moradores do MSTC.



Figura 14: Fachada Ocupação Rio Branco.

Fonte: Acervo próprio, 2022.

É, portanto, uma ocupação que engloba dois movimentos e duas lideranças. Usualmente é dividida entre Rio Branco 47 (MSTC) e Rio Branco 53 (MMCR) como forma de especificar qual o movimento social ocupa cada espaço, sem que, no entanto, deixe de ser uma ocupação conjunta.

Ocupados em 6 de novembro de 2011, quando os moradores eram todos filiados ao MSTC, os edifícios foram divididos a partir de dois grupos de base distintos, cada um deles sob a responsabilidade de uma liderança. A escolha para que a ocupação ocorresse dessa forma se deu por se tratar de área muito grande, com mais de uma

entrada. Esse momento de ocupação com dois grupos de base foi o que possibilitou que, anos mais tarde, uma mesma ocupação fosse dividida em dois movimentos de moradia diferentes.

Ao buscar por edifícios que pudessem ser ocupados, as lideranças do movimento social, então MSTC, buscavam por edifícios que fossem próximos, de forma a manter as ocupações do movimento próximas umas das outras, facilitando a comunicação entre elas. Ao serem informadas sobre dois prédios que eram antigos hotéis, decidiram que cada grupo de base ocuparia um deles. Até a data da ocupação, o antigo hotel localizado no número 47 deveria ficar a cargo do grupo da Jomarina, enquanto o 53 ficaria a cargo da Carmen Silva (liderança atual do MSTC). Devido a um desencontro, o grupo da Carmen, ao chegar primeiro, entrou no edifício 47, ao passo que o segundo grupo a chegar, liderado por Jomarina, entrou no número 53 (JOMARINA, 2021). Decidiram que a troca seria feita na manhã seguinte, visto que não era possível que saíssem dos edifícios naquele momento.

Na manhã seguinte à entrada nos edifícios da Rio Branco, iniciaram a preparação do café e limpeza do espaço, momento em que resolveram que a troca não era mais necessária, e assim cada grupo permaneceu no espaço que havia ocupado na noite anterior.

Em maio de 2018 todas as ocupações existentes na região central de São Paulo foram objeto de vistorias realizadas pela Defesa Civil, seguindo orientação da prefeitura. As vistorias foram realizadas em consequência do incêndio seguido do desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, no dia 1º de maio. O edifício localizado na própria avenida Rio Branco, quase em frente à Ocupação Rio Branco, pertencia ao Patrimônio da União e estava ocupado por famílias que não eram organizadas por movimento social.

Em atendimento à Portaria Municipal nº 353, de 16 de maio de 2018,<sup>52</sup> no dia 25 maio foi feita a vistoria na ocupação por agentes da Defesa Civil em visita chamada de “VISITA TÉCNICA DE REQUALIFICAÇÃO DE SEGURANÇA”, e cujo relatório apontava que à época moravam na ocupação 68 famílias. O relatório apontou também a presença de instalação elétrica irregular, com sobrecarga elétrica, além de instalações de água e esgoto irregulares com a concessionária, e sobrecarga de peso na estrutura, devido unidades que haviam sido construídas no telhado do edifício nº 53.

Cabe ainda ressaltar que o relatório apontava que a “existência de organização é favorável à implantação ou aumento da cultura de segurança e prevenção de

---

<sup>52</sup> A portaria institui, no âmbito da Secretaria do Governo Municipal, Grupo Executivo com o objetivo de realizar visitas técnicas nos imóveis edificados, públicos ou privados, objeto de ocupações irregulares, já identificados pela Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB, ou que venham a ser posteriormente identificados, para verificar as condições desses imóveis e emitir relatório de qualificação de segurança das edificações. (PORTARIA 353, 2018)

acidentes” (RELATÓRIO DEFESA CIVIL, 2018). Recomendava ainda que fosse instaurada brigada de incêndio e realizadas medidas mitigadoras de forma a evitar acidentes, além de indicar que a ocupação não deveria ser ampliada.

Após a vistoria da Defesa Civil, foi criada na ocupação uma Brigada de Incêndio, foram instalados extintores de incêndio nos corredores e a energia elétrica foi regularizada com a concessionária. Algumas unidades habitacionais foram desocupadas, de modo a prevenir a sobrecarga na estrutura, e o número de famílias foi reduzido para 53.





Figura 15: Hall de acesso da Ocupação Rio Branco.  
Fonte: Acervo próprio, 2022.



Figura 16: Imagem interna da Ocupação Rio Branco.  
Fonte: Acervo próprio, 2022.



Com o apoio dos estudantes e professores do curso de arquitetura e urbanismo, Escola da Cidade, foi elaborado um projeto de adequação das instalações elétricas, indicando adequações mínimas a serem realizadas pelos moradores, em especial aquelas relativas às normas técnicas relacionadas às instalações da fiação e sobrecarga dos benjamins, dentro e fora das unidades.

Em 2019, foi realizado o *Workshop Ocupações: Moradia, Luta e Resistência em São Paulo*, coordenado por equipe da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo (FAUUSP), em parceria com a *École Nationale Supérieure d'Architecture de Paris La Villette*, a Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA-UFRGS), e a Frente de Luta pela Moradia (FLM). A partir do projeto de Cooperação Internacional França e Mercosul, o workshop tinha como objetivo aproximar os estudantes, profissionais e as ocupações que lutam por moradia no centro da cidade de São Paulo. Entre as ocupações nas quais seriam realizados os trabalhos, estava a ocupação Rio Branco, além das ocupações José Bonifácio (MMCR) e Casarão Quintino Bocaiuva (MSTC).

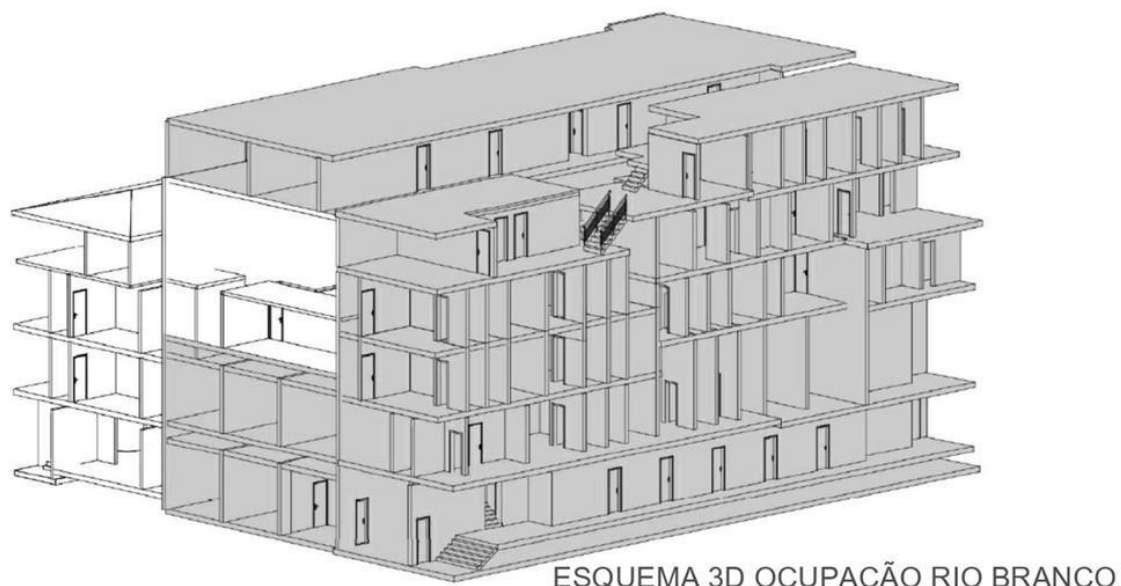


Figura 17: Esquema 3D da Ocupação Rio Branco.

Fonte: Elaboração Workshop Ocupações: moradia, luta e resistência em São Paulo, 2019.

Durante o workshop, os trabalhos a serem realizados foram definidos pelos participantes após algumas visitas às ocupações e conversas com os moradores, de forma a identificar quais as necessidades mais urgentes específicas de cada ocupação que poderiam ser realizadas pelos cursistas durante o curto período de realização do workshop.

Como resultado, foi apresentado para os moradores a atualização da planta da ocupação, com a identificação de alguns problemas, principalmente aqueles relacionados às instalações elétricas que ainda persistiam, e possibilidades de mitigação e pequenas soluções que seriam possíveis de serem realizadas pelos próprios moradores. Também foram instaladas fitas antiderrapantes nas escadas, de



forma a evitar acidente nas escadas da ocupação, visto que esse era um dos problemas apontados pelo relatório da Defesa Civil.

Em 2021, foram feitos novos levantamentos vinculados ao projeto OCUPAS CENTRO,<sup>53</sup> projeto realizado pelas assessorias técnicas Peabiru e Fio, a partir do edital 006/2020 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU-SP). Entre as principais informações do relatório final do projeto, está a recuperação da história do edifício. Tido como um hotel com construção datada da década de 1970, o histórico do edifício apontou que ele era, na realidade, um casarão assobradado, originalmente construído por volta dos anos 1920/1930, com paredes em tijolos cerâmicos maciços. A adaptação e ampliação para hotel se deu nos anos 1970, momento em que foram adicionadas seis lajes de concreto armado e uma estrutura anexa. O levantamento mostrou ainda que algumas dessas lajes foram executadas sem o reforço estrutural necessário, o que, no momento, representa risco à segurança dos moradores da ocupação.

O relatório também apontou que a ocupação de moradia, ao transformar o edifício em habitações, fez pequenas alterações e adaptações. Estas, no entanto, não impactaram a estrutura do edifício, de forma que a sobrecarga averiguada pelo projeto Ocupas Centro é relativa à reforma anterior à chegada dos moradores atuais.

O levantamento apontou ainda que há diversas manifestações patológicas no edifício, que indicam que a estrutura está comprometida. O edifício apresenta fissuras significativas nas lajes. Adicionalmente, não foi possível verificar a existência de reforço estrutural que pudesse suportar as cargas adicionais impostas quando da transformação do casarão em hotel. Em seu relatório, a assessoria técnica recomendou, portanto, que o edifício fosse completamente desocupado e demolido, visto que as ações de reforço estrutural necessárias para garantir a segurança dos moradores e a qualidade mínima do edifício seriam financeiramente inviáveis.

Como forma de verificar a necessidade de urgência de desocupação, foram realizados testes estruturais e está sendo feito o monitoramento semanal das trincas existentes no edifício. Um morador escolhido coletivamente é responsável por comunicar a assessoria técnica sobre qualquer alteração que elas venham a sofrer.

Os moradores, entretanto, alegam que não sairão até que tenham certeza de que não há uma outra alternativa. E a liderança do movimento, que também mora na ocupação, diz que procura soluções para abrigar as famílias caso realmente tenham que desocupar o edifício. Por outro lado, algumas medidas mitigadoras já estão sendo tomadas, como evitar que corram pelas escadas, já que estas são engastadas na estrutura; evitar que sejam feitas obras nas unidades; e fazer qualquer tipo de tração ou compressão nas paredes. Alguns moradores também foram realocados,

---

<sup>53</sup> Projeto Assistência Técnica para melhorias nas condições de habitabilidade de ocupações de edifícios nas áreas centrais de São Paulo.

saindo dos locais que pareciam ser mais problemáticos, buscando assim prolongar o uso do edifício como moradia.

Em maio de 2022, segundo levantamento realizado, ocupação Rio Branco 53 era composta por 53 famílias. O projeto da assessoria técnica Peabiru possibilitou o levantamento das famílias através de questionário socioeconômico aplicado com os moradores. Com o levantamento foi possível a identificação de alguns fatores, como a maioria dos moradores se identificando racialmente como negro ou pardo. O levantamento também mostrou que na ocupação Rio Branco, a maior parte das unidades são ocupadas por famílias compostas por um ou duas pessoas, que o tempo de participação do movimento de moradia é superior a 6 anos, e que a maioria das famílias recebe algum benefício de complementação de renda do Governo.



Figura 18: Vista da cidade de São a partir da Ocupação Rio Branco.  
Fonte: Acervo próprio, 2022.

#### 2.2.4. Ocupação Luís Gama

No final de semana de 27 de novembro de 2021, foi realizada a “grande festa” da Ocupação Luís Gama. O edifício ocupado é localizado no bairro do Cambuci, ao lado da Avenida do Estado, e, portanto, com fácil acesso. Está a cerca de 45 minutos a pé da estação da Luz, a 20 minutos da estação Japão-Liberdade, e cerca de 40 minutos da Ocupação Rio Branco. Ao realizarem a ocupação do edifício, ela deveria receber outro nome. Mas, ao conhecerem a história de Luís Gama, importante advogado abolicionista do período da escravidão, que dá nome a rua onde o edifício se localiza, os moradores decidiram nomear a ocupação recém realizada com o nome da própria rua.



Figura 19: Fachada da Ocupação Luís Gama.

Fonte: Acervo próprio, 2021.

O edifício de 4 andares, implantado num amplo terreno, pertence ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Já havia sido ocupado anteriormente, mas por famílias não organizadas. Como a desocupação era recente, num primeiro momento, o movimento precisou lidar com algumas questões relativas a essa ocupação anterior. O edifício fica ainda ao lado de um terreno da COHAB, e os moradores já possuíam uma planta tipo do pavimento do prédio. Por pertencer ao INSS, o edifício contava com instalações de água e energia elétrica, a última inclusive estava ativa quando do momento da ocupação pelos atuais moradores.

Após a ocupação, em 27 de novembro de 2021, as lideranças já iniciaram a solicitação de ligação da água junto à companhia responsável. Porém, nos primeiros dias, precisaram lidar com a falta d'água, tendo que comprar água para consumo e realizando uma primeira limpeza apenas superficial, para que o prédio ficasse utilizável. Segundo Eduarda, liderança que coordena a ocupação, nos primeiros dias muitas pessoas ficaram doentes, pela sujeira e pó que estavam presentes no edifício (Eduarda, 2023). Após duas semanas, com a ligação à rede pública pela SABESP, foi feita a limpeza coletiva do prédio e do terreno. Soma-se a isso, o agravante da ocupação ter sido feita durante o período de um dos picos da pandemia de Covid-19. A ligação à rede pública de água foi extremamente necessária para garantir, além da limpeza do edifício, a segurança física das famílias que estavam no prédio.

A ocupação foi realizada pelas famílias que já formavam o grupo de base do MMCR. Ainda nos primeiros dias de ocupação, famílias que moravam nas outras ocupações do movimento visitaram a Luís Gama, acompanhadas das lideranças do movimento, para darem seus depoimentos sobre como era a vida nas ocupações, as lutas e conquistas que já tinham obtido. Essa troca de experiências tinha como objetivo fazer com que as famílias recém-chegadas compreendessem o que as esperavam, fortalecendo o espírito de conjunto que existe no movimento, e incentivando o enfrentamento dessa primeira etapa ainda sem água e sem banheiros, ou cozinhas, em funcionamento.

A primeira visita realizada por esta pesquisadora à ocupação se deu em 29 de novembro de 2021, apenas dois dias após a entrada das famílias no edifício. Nesse primeiro momento, foi conversado acerca da utilização anterior do prédio, e sobre as informações que os moradores já tinham sobre ele. Eduarda, liderança da ocupação, esclareceu que antes da ocupação tinham informação de que aquele era um prédio do INSS, e que já havia funcionado como asilo. Isso explicava a forma que estavam divididas as unidades e áreas comuns. Porém, também foi possível identificar que durante a ocupação anterior, haviam sido erguidas algumas paredes, porém sem alterar a estrutura principal do edifício.

Eduarda contou ainda que, após os primeiros dias no prédio, apareceram algumas pessoas reivindicando moradia no edifício, alegando que estavam ali anteriormente, e que se as novas famílias haviam conquistado moradia, eles também teriam direito à ela. Foi então explicado que se tratava de uma nova ocupação e que, como tal, também tinha suas inseguranças. Também foi explicado que se tratava de movimento organizado de moradia, ou seja, para viver ali era necessário respeitar o regimento do movimento, esclarecendo que não havia sido algo conquistado em cima de uma ocupação anterior.

Alguns meses após a ocupação, o edifício recebeu a visita de uma assistente social da prefeitura do município de São Paulo, questionando sobre a quantidade e composição das famílias que estavam morando no edifício. A liderança explicou nesse momento que era uma ocupação nova e que, portanto, as famílias já não eram as mesmas que haviam estado ali antes. Foi-lhe explicado ainda que a demanda era anterior a entrada deles no edifício, e assim deveria ser feito o levantamento sobre as condições atuais da ocupação.





Figura 20: Foto interna Ocupação Luís Gama, em 2021.  
Fonte: Acervo próprio, 2021.



Figura 21: Foto interna Ocupação Luís Gama, em 2021.  
Fonte: Acervo próprio, 2021.

Após essa visita, as lideranças do movimento entraram em contato com a professora Camila D’Ottaviano, coordenadora do projeto de extensão universitária *Ocupas*, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), projeto desenvolvido em parceria com o MMCR. Foi então apresentada a demanda de realização do levantamento socioeconômico das famílias da nova ocupação.<sup>54</sup> Além do cadastro socioeconômico das famílias, o grupo de extensão iniciou os trabalhos reunindo material sobre o histórico do edifício e sua planta tipo.

Em 21 de maio de 2022, tem início os levantamentos físicos e socioeconômicos pelos alunos de graduação da FAUUSP, bolsistas do projeto *Ocupas*. O trabalho teve duração de algumas semanas, e após a finalização dos levantamentos, os produtos resultantes foram a atualização das plantas, na forma que o edifício estava sendo utilizado no momento, cadastro socioeconômico dos moradores, e nova numeração das unidades com o intuito de organizar e facilitar futuros levantamentos realizados na ocupação.

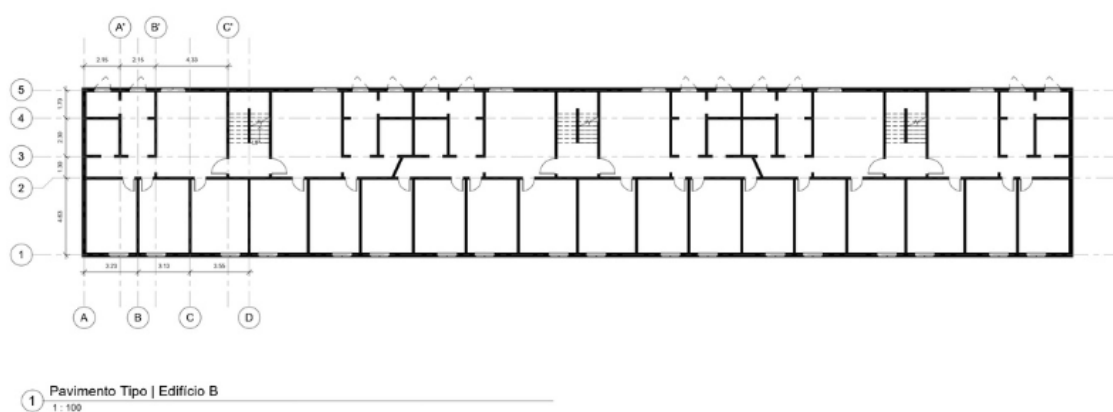


Figura 22: Planta tipo da Ocupação Luís Gama.

Fonte: Elaboração dos alunos do Projeto de Extensão Ocupas, 2022.

Atualmente, a ocupação tem pouco mais de um ano e meio de existência. Os moradores atuais já se vincularam ao espaço e utilizam serviços públicos da região. As unidades já estão divididas, assim como as funções de cada um dentro do movimento e do funcionamento do edifício. As famílias já constroem ali suas vidas, e as adequaram ao funcionamento do bairro e da vizinhança.

Além disso, a assessoria técnica Integra está desenvolvendo o estudo preliminar da reforma do edifício, para fins de moradia, no âmbito do Programa Pode Entrar. Importante destacar que o uso de todo o material produzido pelo projeto de extensão ‘Ocupas’ é compartilhado com a assessoria técnica, em um processo de articulação universidade-movimento de moradia-assessoria técnica.

<sup>54</sup> O projeto de extensão Ocupas já havia realizado o cadastro socioeconômico das ocupações Caetano Pinto e José Bonifácio, ambas do MMCR. Na ocupação Caetano Pinto foi feito também o levantamento arquitetônico e *as built* das unidades, que gerou publicação específica.

### **2.3. Relação com a cidade a partir das ocupações**

A história dos movimentos sociais, que lutam por moradia, é pautada nos contextos das lutas sociais realizadas no país, em especial no período de redemocratização do país, em meados da década de 1980. Após tantos anos de atuação, foi necessário avaliar a contexto atual das ações realizadas por esses movimentos, e as conquistas alcançadas por eles. Para o desenvolvimento desta pesquisa, optou-se pelo acompanhamento de duas ocupações organizadas. Com o tempo, uma das ocupações foi alterada, de forma que o trabalho de campo se concentrou na região central da cidade de São Paulo.

A partir deste momento, esta dissertação irá apresentar dados específicos de duas ocupações organizadas pelo MMCR, sendo elas a Ocupação Rio Branco e Luís Gama. A apresentação destes dados foi possível a partir de levantamentos realizados nas duas ocupações, nos anos de 2022 e 2023, além do acompanhamento por parte desta pesquisadora entre os anos de 2019 e 2023.

A relação dos moradores com a cidade é descrita usualmente a partir da experiência em moradias anteriores. Com os moradores da Ocupação Rio Branco, as principais experiências compreendem o alto custo do aluguel na antiga moradia e incapacidade de manter esse pagamento.

A partir do levantamento socioeconômico realizado nas ocupações, foi possível identificar que grande parte das famílias vivia anteriormente em moradias de aluguel. Ao relacionar essa informação com as respostas sobre custo de vida anterior à ocupação, temos uma maioria informando que o custo de vida anterior era maior, justamente por conta do valor expressivo que o aluguel tem no orçamento familiar. Muitas das famílias chegam nos movimentos e nas ocupações justamente por não conseguirem arcar com esse pagamento mensal.

As respostas das entrevistas também coincidem em relação à variedade de serviços aos quais passaram a ter acesso após a mudança para o centro da cidade. Mesmo morando em uma ocupação, os entrevistados indicam o aumento nas possibilidades de uso de shoppings, lojas, postos de serviço, além de maior quantidade de postos de saúde e escolas. Além disso, a questão do emprego é fundamental: há maior possibilidade de conseguir empregos, uma vez que a variedade no oferecimento de vagas de emprego é muito maior na região central.

A pessoa mais nova a participar da ocupação dos edifícios da Rio Branco tinha 9 anos de idade à época, e nela permanece até hoje. Por ter presenciado as alterações no bairro ao longo dos últimos 11 anos, hoje, aos 19 anos de idade, a moradora compartilha a experiência de ver aberturas de novos comércios, voltados para as necessidades diárias dos moradores. E são comércios movimentados durante todo o dia, de forma que é possível afirmar que houve a geração de renda nesses territórios ocupados com a presença das novas famílias.



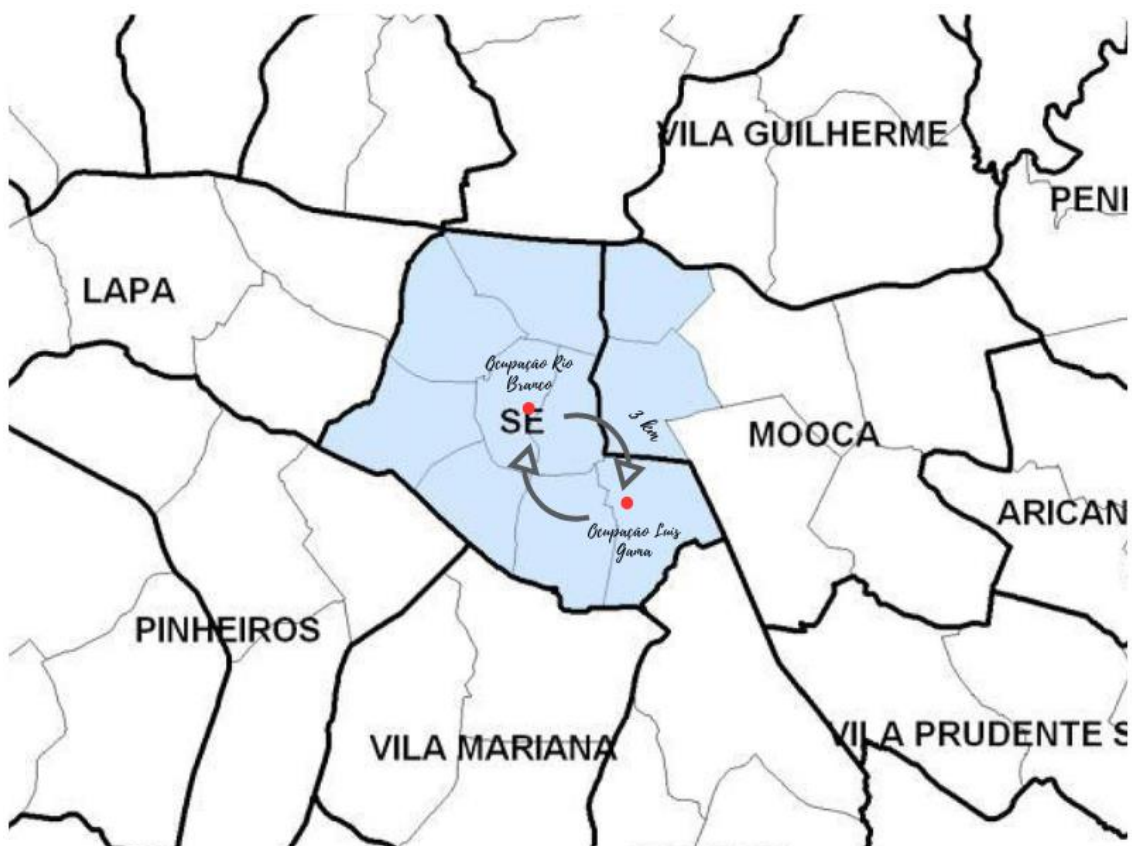


Figura 23: Mapa com localização das ocupações Rio Branco e Luís Gama.  
Fonte: Elaboração própria, 2021.

Desde que a ocupação Rio Branco se instalou, e ao longo dos seus mais de 10 anos de existência, os moradores notaram a abertura de novos mercados na região, bancas de jornal e mercearias. Apesar da localização central da ocupação, tais serviços antes não eram tão comuns no entorno imediato, mas passaram a aumentar devido ao crescimento econômico da região nos últimos anos. Com exceção do período de Covid-19, em que a economia teve um retrocesso e muitos comércios foram fechados. As lojas de roupas, bares e restaurantes que já funcionavam, passaram a fazer parte de uma nova lógica de uso pelos fregueses, que não compram apenas no centro para levar para seus bairros, mas que utilizam os serviços nas próprias redondezas.

Os moradores mais antigos também relatam que a animosidade apresentada pelos vizinhos, no momento da ocupação em relação a eles, foi se dissipando com o passar do tempo. Com a permanência da ocupação, diminuiu a quantidade de lixo parado nos edifícios e conseqüentemente também diminuiu a quantidade de animais e insetos que se aproveitavam desse lixo.

A ocupação também gera uma maior movimentação na área durante o período noturno e finais de semana, momentos em que o bairro tendia a ficar menos movimentado. Com o aumento de circulação e presença fixa de famílias no território, é possível afirmar que a segurança do local melhorou em relação a quem já morava lá, ou passava por essas ruas nesses dias e nesse período.

A permanência na ocupação, com a consequente “oficialização” de um endereço, fez com que o acesso aos espaços e serviços da cidade tenha sido facilitado. Muitos moradores da Rio Branco já têm conta em banco e acesso ao crediário, além da possibilidade de acesso às instalações e atividades do SESC 24 de Maio, localizado a poucos quarteirões da ocupação. Mas os moradores são unânimes em reafirmar que tudo foi conquistado com muita luta e organização das famílias e do movimento.

Já na Ocupação Luís Gama, o acesso à cidade e a apropriação do entorno ainda estão sendo construídos, sobretudo após a passagem da assistente social pela ocupação. No início do período da ocupação, para que houvesse a comprovação do endereço de moradia, as pessoas precisavam fazer declarações, assinadas pela coordenação e registradas em cartório, para acessar postos de saúde, escolas, entrevistas de emprego, etc. Atualmente, os moradores recebem correspondência na própria ocupação, facilitando a comprovação de endereço. Com isso, não tem mais problemas em acessar qualquer serviço que dependa dessa comprovação de residência.

### **2.3.1. As ocupações na pandemia de Covid-19**

Em 2020, com o início da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, a Covid-19, muitos estudos foram necessários para tentar compreender o impacto que o vírus causou em diversas faces da sociedade. Em especial, entre as pessoas de menor renda.

Dada a necessidade de “ficar em casa”, conforme apelo repetido inúmeras vezes durante os meses de maior intensidade de contágio do vírus, muitas pessoas se viam acuadas entre a necessidade de trabalhar e arriscar a contaminação. Entre as classes de renda mais baixa, esse embate não era sequer possível, já que a alta do desemprego requer que quem o tenha compareça, ainda que o risco de contaminação estivesse presente.

Sem os trabalhadores manuais, ou os serviços realizados necessariamente de forma presencial, a sociedade não poderia continuar a existir. Compreendendo aqui os vendedores, balconistas, entregadores, dos mais diversos tipos de comércios alimentícios, drogarias e provedores das necessidades básicas, além, é claro, dos profissionais de saúde (não apenas profissionais mencionados pelas mídias, médicos e enfermeiros, mas também os profissionais de limpeza, alimentação, etc.) Para esses, seguir o “fique em casa” nunca foi uma possibilidade, assim como não foi uma possibilidade para as pessoas que precisavam sair para trabalhar ou buscar emprego, senão não receberiam seus salários e não conseguiriam manter suas casas.

Encerrada oficialmente a pandemia, já em 2023, apesar da lenta retomada dos empregos e serviços, os movimentos de moradia relataram que muitos dos moradores perderam seus empregos e não conseguiam sequer participar do rateio de contribuições feito dentro das ocupações. Com o fechamento de muitos dos

pequenos comércios existentes na área central, e em áreas que ficaram com redução de circulação de pessoas durante a pandemia, muitos desses moradores perderam o trabalho e sua fonte de sustento.

Houve também o relato de aumento da procura de pessoas por moradia nas ocupações. Com o aumento do desemprego, muitas pessoas que viviam em moradias alugadas não puderam continuar pagando os aluguéis e foram despejadas. A busca por moradia nas ocupações foi uma forma de evitar ficar na rua. Os moradores também relataram um aumento expressivo de pessoas morando nas ruas próximas à Rio Branco, e a abertura de abrigos para acolher algumas dessas pessoas, principalmente as acompanhadas de crianças e idosos.

Para o movimento, a participação das pessoas e convívio com os movimentos de moradia em geral, além de entendimento das regras e deveres que pautam o dia a dia de quem mora em uma ocupação de moradia, são necessários para a alocação nos edifícios ocupados. As ocupações não conseguem acolher a todos que batem às portas pedindo abrigo, uma vez que não há espaço físico para acolher mais pessoas, mesmo aquelas que estão na lista de espera do MMCR.

Dentro da Ocupação Rio Branco, a energia elétrica foi regularizada e os moradores fazem o rateio para realizar o pagamento da conta mensal. As pessoas que moram na ocupação precisam, portanto, participar desse rateio de forma a dividir o custo entre todos. Durante a pandemia, com muitos moradores ficando desempregados, aconteceu de contas atrasarem. Os moradores que conseguiam pagar a mais contribuíram para compensar os que não podiam pagar. É importante destacar que esse envolvimento não acontece quando os moradores não estão integrados ao movimento.

Entre os moradores da ocupação Rio Branco houve cerca de 10 casos de moradores com covid, felizmente nenhum grave. Houve apenas uma internação de uma grávida, que optou por ir ao hospital como forma de garantir a saúde do bebê. O MMCR fez campanha de conscientização dentro das ocupações de forma que foi exigido dos moradores que tomassem a vacina quando estivesse disponível, de acordo com os grupos definidos na campanha de vacinação.

Para sobreviver aos meses mais difíceis, o movimento contou com parcerias e ajudas financeiras. Receberam muitas doações de cestas básicas, o que garantiu a distribuição entre os moradores durante todos os meses ao longo de 2020 e 2021. Receberam também doações de produtos de higiene e limpeza, cobertores e verduras. Foi definida uma rotina de limpezas constantes dos espaços coletivos e uma pia foi colocada na entrada de cada ocupação, para garantir a higiene de quem chegasse da rua. Fizeram assembleias para conscientizar sobre o uso de máscaras, higienização e limpeza. Proibiram visitas durante alguns meses, de forma a garantir a segurança dos moradores. Ainda que houvesse algumas reclamações, conseguiram manter a saúde deles.

A liderança também relata que os próprios moradores afirmam que existe o momento antes da pandemia, em relação à convivência interna, e o durante/depois. Há uma percepção de mais união entre os moradores, com o compartilhamento das cestas básicas recebidas, e do cuidado com as crianças que ficaram confinadas dentro dos prédios. Esse aumento da coletividade geral ampliou os laços entre os moradores e o movimento.

Infelizmente, com a pandemia de Covid-19, o centro da cidade de São Paulo teve retração de atividade comercial. Diversos estabelecimentos comerciais foram fechados, tanto pequenos comércios, como bares e restaurantes, como grandes lojas, como as Casas Bahia, que funcionava no edifício João Brícola, no centro histórico de São Paulo, fecharam em março de 2020. Com o encerramento de pontos comerciais, espalhados pela região central, infelizmente, foi relatado pelos moradores entrevistados, que houve aumento da insegurança na região<sup>55</sup>. O aumento de roubos e assaltos na região, tanto aos transeuntes quanto aos comerciantes que permaneceram na área, também é constantemente noticiado pelos jornais, e são alvo de diversas atuações da prefeitura e do Governo de Estado na região, em ações como ampliação do policiamento da área, e intervenções como a sugerida pelo PPPPaçando.



Figura 24: Centro de São Paulo durante horário comercial, em março 2020.

Fonte: Giacomo Voccio/G1, 2020.

### 2.3.2. Quem são essas famílias

Os elementos das análises apresentados a seguir têm como fonte de dados os levantamentos realizados na ocupação Rio Branco durante o primeiro semestre de

---

<sup>55</sup> As afirmações são baseadas nas entrevistas e acompanhamento nas reuniões.

2021 (Peabiru, 2021<sup>56</sup>), e na ocupação Luís Gama, durante o ano de 2022 (Ocupas, 2022).

A composição das famílias das ocupações Rio Branco e Luís Gama representam, ainda que pontualmente, a luta pela moradia no centro de São Paulo: são famílias majoritariamente lideradas por mulheres. Na Ocupação Rio Branco, 34 famílias são chefiadas por mulheres, enquanto apenas 8 são chefiadas por homens. Na Luís Gama, essa proporção se inverte: são 17 homens chefes de família contra 14 mulheres. No entanto, a presença de mulheres (36) na ocupação é maior que de homens (32).

A questão racial apareceu nas duas ocupações de forma similar, com a predominância de pessoas que se identificam como pardas - 47% dos moradores da Luís Gama e 35% na Rio Branco – seguida por moradores que se identificam como negros - 27% e 30% respectivamente. Ou seja, quase 70% dos moradores das duas ocupações se identificam como pardas ou negros.

Em relação ao local de nascimento, a ocupação Rio Branco possui 23% nascidos na cidade de São Paulo, enquanto 50% são pessoas nascidas em estados do nordeste brasileiro, o restante é dividido entre estados do norte, sul e sudeste, além de imigrantes da Angola e do Peru. Já na ocupação Luís Gama, 48% são moradores nascidos na cidade de São Paulo, 30% são de moradores vindos de estados do nordeste, e o restante se divide entre outras cidades do estado de São Paulo, estados do sudeste e sul, além de um morador imigrante haitiano.

Em relação à situação de moradia das famílias antes da chegada nas ocupações, enquanto na ocupação Rio Branco 66% das famílias vieram de moradias alugadas, e 23% vieram de moradias em outras ocupações ou cortiços, na ocupação Luís Gama 43% moravam de aluguel e 29% vieram de ocupações e cortiços. Os demais moradores viviam em casa de familiares, com exceção de três famílias da ocupação Luís Gama, que antes estavam como moradores de rua.

Um dado importante é o relativo ao custo de vida anterior à moradia na ocupação: 78% (Rio Branco) e 81% (Luís Gama) das famílias responderam que o custo de vida era maior do que o atual na moradia anterior. Entretanto eles se diferenciam muito

---

<sup>56</sup> Os levantamentos foram realizados dentro do projeto “Ocupas Centro: Assistência Técnica para melhorias nas condições de habitabilidade de ocupações de edifícios nas áreas centrais de São Paulo”, realizado através da parceria de fomento com o CAU/SP processo de assessoria e acompanhamento técnico de seis ocupações de moradia em edifícios no centro da cidade de São Paulo, sendo pertencentes a dois movimentos de moradia, o MMCR e o MSTRU, ambos integrantes da FLM, entre as ocupações que foram levantadas, está a Ocupação Rio Branco. O projeto também contou com o apoio de um curso de formação (OCUPATHIS) para a equipe técnica e articuladores comunitários, realizado pelo LabHab/ FAUUSP - Laboratório de Habitação e Assentamento Humanos. E contou também com a participação da assessoria técnica FIO e sua equipe, que desenvolveu, pelo mesmo edital do CAU/SP, trabalho junto a 5 ocupações do MSTC - Movimento Sem Teto do Centro. Essa articulação envolveu então onze ocupações, três movimentos, duas assessorias, além de diversos profissionais engajados no tema.

em relação a alguma experiência anterior de remoção. Enquanto na ocupação Luís Gama 35% das famílias já passaram por alguma remoção ou reintegração de posse, na Rio Branco esse número é de 83% das famílias.

Em relação à renda, entre os que possuem renda própria, 77,5% dos moradores da Luís Gama responderam viver com renda de 0 a 1 salário-mínimo (S.M.). Já na ocupação Rio Branco, entre os moradores que informaram a renda, 52% informaram viver com renda entre 1 e 2 salários-mínimos, e o restante de 0 a 1 S.M.

A situação de trabalho nas ocupações apresenta grande concentração de desempregados e trabalhadores informais. Na ocupação Rio Branco, 21% dos chefes de família estavam desempregados, enquanto outros 28% trabalhavam como autônomos ou em empregos informais. Já na ocupação Luís Gama, menos de 5% dos chefes de famílias responderam estar desempregados, mas dos que estão empregados, 65% responderam trabalhar como autônomos ou em empregos informais. Na Luís Gama também foi perguntado se os moradores perderam o emprego durante a pandemia de Covid-19, com resposta afirmativa vindo de mais de 30% das pessoas entrevistadas.

Essas famílias já fazem parte ou conhecem a luta por moradia há bastante tempo. Na ocupação Rio Branco a questão foi relativa ao tempo de moradia no edifício, ao qual 21% responderam morar no prédio há mais de 10 anos, e 50% morar entre 6 e 10 anos. Já na ocupação Luís Gama, apesar de morarem no espaço há pouco tempo, 67% das famílias afirmaram que já conheciam o movimento anteriormente, e 51% das famílias participaram da ocupação do edifício.

A composição dessas famílias nas duas ocupações é, em sua maioria, de uma ou duas pessoas por unidade, na Rio Branco, chega a 71% das famílias, enquanto na Luís Gama é de 64%. Em relação às famílias com mais de seis pessoas, cada ocupação apresentou apenas uma família com esse arranjo. O restante são famílias formadas por três ou quatro pessoas.

## Capítulo 3-

### Trajetos

A terceira parte desta dissertação está baseada em dez relatos distintos, mas complementares, de sujeitos desta pesquisa, protagonistas da luta por moradia, em um processo de pesquisa participante, mas também de uma pesquisa que pretende ser o registro de uma realidade vivenciada por esses atores. Este capítulo pretende dar voz aos atores que efetivamente vivenciam os processos relatados até aqui. Assim, este capítulo tem como principal fonte referencial falas, depoimentos e relatos coletados ao longo da pesquisa.

Previamente, cabe ressaltar que Sader (1988), ao escrever sobre os movimentos sociais, aponta que “todos são derivados de diferentes classes sociais previamente configuradas” (SADER, 1988, p. 47). A definição pode ser utilizada para resumir o pensamento exposto por Gohn, que atribuiu a confusão dos estudos existentes sobre os movimentos sociais à ausência de compreensão e reconhecimento de que “[...] todo movimento social tem sempre um caráter de classe, que está inscrito em sua própria lógica” (GOHN, 1985, p. 46 apud SADER, 1988, p. 47).

O capítulo anterior foi realizado a partir do acompanhamento regular, ao longo de pelo menos 4 anos, de reuniões do coletivo de moradia e das ocupações estudadas, de forma que as entrevistas realizadas para a produção deste capítulo são fruto de contatos realizados e consolidados no decorrer de um acompanhamento perene e sistemático, em uma estratégia de pesquisa longitudinal.

Ao escrever sobre os “fios de uma descrição da cidade”, Telles (2006) conceitua mobilidades urbanas, diferenciando-as da cartografia física de deslocamentos demográficos. A autora define essa mobilidade como três dimensões entrelaçadas na trajetória de um indivíduo: trabalho, moradia e serviços urbanos.

Tal conceituação parte da necessidade de exemplificar que, quando se estuda a temática, não se faz como processo independente, mas como um processo único, que reorganiza as condições de existência de quem está a ela submetida: “Seus eventos precisam, portanto, ser situados nos tempos e espaços em que as histórias se desenrolam” (TELLES, 2006, p. 69). Essa necessidade de situar e contextualizar a mobilidade urbana pode ser aplicada à moradia e ao trabalho, e foi utilizada nas entrevistas semiestruturadas realizadas com os moradores, visto que são temas que atuam de forma conjunta, impactando a vida dos indivíduos e seus familiares. Assim, a espacialidade é um dos pontos a ser estudado juntamente da trajetória do indivíduo.

Os capítulos anteriores trabalharam a espacialidade das ocupações de moradia, as motivações que levaram à escolha do objeto de estudo, sua inserção na cidade e características físicas, de forma que fosse possível analisar a cidade a partir das ocupações e suas conexões.

Cada uma das ocupações ocorreu em contextos bastante distintos, com uma década separando a existência de cada ocupação, porém foram realizadas e coordenadas pelo mesmo movimento de moradia. Tais processos definem as



expectativas de seus moradores quanto ao prédio, ainda que o objetivo final seja o mesmo: a moradia e a luta por seus direitos.

O objetivo inicial da pesquisa sempre foi entender e caracterizar a luta através dos seus principais atores, de forma que não faria sentido apresentar as histórias dessas ocupações e do movimento de moradia, sem que essa história fosse transpassada pela história de seus atores. Assim, a principal fonte da pesquisa foram as entrevistas<sup>57</sup> e conversas com moradores e líderes envolvidos nas ocupações estudadas, e no movimento social de moradia. A partir da perspectiva desses atores, foi possível fazer a inserção do indivíduo no território e do território no indivíduo.

Cabe ressaltar ainda que as entrevistas foram realizadas de forma a possibilitar uma pesquisa participativa. A coleta realizada seguiu as estruturas básicas apresentados por Lima (2016) e seguem os três aspectos principais:

- i) O entrevistado nunca deve se sentir constrangido – entrevista não é interrogatório;
- ii) Os roteiros de entrevistas, assim como os de questionários estruturados, devem ter uma sequência que permita ao entrevistador conduzir a entrevista preservando a ideia de uma “conversa”; e
- iii) As perguntas devem ser pertinentes, considerando o perfil dos entrevistados. (LIMA, 2016, p. 25)

Os aspectos determinados, ainda que bastante simplificados, possibilitaram que fossem realizadas entrevistas semiestruturadas, a partir da elaboração de um roteiro básico contendo tópicos temáticos, com perguntas abertas, de forma a inspirar uma conversa, e ocorrendo em ambientes informais, tendo sido escolhidos os locais que os entrevistados sugerissem. Dessa forma, as entrevistas ocorreram nas unidades/local de moradia dos entrevistados, em espaço coletivo das ocupações ou em formato virtual, através de chamada de vídeo.

Ao longo da pesquisa foram entrevistadas dez pessoas, sendo três lideranças - a coordenadora do movimento de moradia (MMCR), uma coordenadora responsável pela Ocupação Luís Gama, além de um advogado, assessor jurídico da FLM. Também foram entrevistados sete moradores, distribuídos entre as ocupações Rio Branco e Luís Gama.<sup>58</sup>

---

<sup>57</sup> Lima (2016, p. 24) que determina a apresentação da entrevista como uma das principais técnicas utilizadas tanto em pesquisas quantitativas como qualitativas, e utilizada de forma a coletar dados relativos a interações cotidianas ao longo do processo de reconstrução histórica.

<sup>58</sup> Entrevistas realizadas entre 2021 e 2023.

### 3.1 SUJEITOS, ATORES, CIDADÃOS



Figura 25: Reunião na ocupação Rio Branco para discutir a PPP-Paiçandu, em março de 2023.  
Fonte: Acervo MMCR, 2023

#### ***Jomarina<sup>59</sup>: Se paga o aluguel, não come, e se come, não paga o aluguel***

Vinda do Maranhão para São Paulo com os filhos, Jomarina conheceu o movimento de moradia enquanto morava no quintal da irmã, onde não pagava aluguel e só por isso não foi despejada. Junto com duas primas ficou sabendo do movimento e, desesperadas, resolveu ir atrás. Ao ser questionada sobre qual movimento foi conhecer, diz que foi atrás do movimento de moradia. Na época ficou sabendo da luta, não sabia que havia divisões entre eles. Foi apenas conhecer o movimento. Em julho de 2002, chegou em uma reunião de um grupo de base, que se organizava para realizar uma nova ocupação em outubro daquele ano, mas que acabou acontecendo apenas em 3 de novembro de 2002. Essa primeira ocupação da qual participou, que deveria ser apenas uma etapa na luta por moradia para as famílias do grupo de base, acabou tendo enorme impacto, na luta do movimento na cidade de São Paulo, e repercussão ainda por muitos anos depois, visto que o edifício ocupado foi o Prestes Maia.

No momento em que foram realizar a ocupação, já moravam todas, Jomarina, as primas e filhos, em uma casa só, no quintal de sua irmã. Todas foram atrás do

---

<sup>59</sup> Jomarina, liderança do MMCR, chamada por todos por Jô ou Tia Jô.

movimento que ouviram dizer que lutaria por moradia. A decisão de participar da ocupação foi em função do “sufoco” que estavam vivendo.

Jomarina atribui todas as suas conquistas ao momento em que passou a fazer parte do movimento. Hoje aposentada, ao entrar no movimento de moradia deixou de trabalhar com limpeza em casas de família e, como parte da Apoio, foi trabalhar em albergues. Depois gerenciou um Bom Prato<sup>60</sup> na região de Heliópolis. Seus filhos fizeram faculdade, e a mudança na vida da família foi acontecendo.

A moradia e a Igreja são meio parecidas né, que a pessoa está tão desesperada, doente, cheio de pecado, aí vai e procura a igreja, se desabafa com o pastor né. E o movimento de moradia é a mesma coisa, a pessoa está lá [...] as pessoas vêm, procuram. (Jomarina, 2022)

Jomarina morou na ocupação Prestes Maia<sup>61</sup> até 2006, quando houve negociação com a Prefeitura Municipal e todos os moradores da época foram atendidos pela demanda habitacional, e houve reintegração de posse do prédio. Os moradores tentaram negociar para que houvesse a compra e reforma do edifício na ocasião, mas não houve acordo. Na ocasião da negociação, recebeu uma carta de crédito para que pudesse adquirir moradia. Ainda que os moradores apontassem para a Prefeitura edifícios na região central que podiam ser comprados e reformados, não deu certo. e assim todos os moradores foram comprando. Os moradores da Prestes Maia que compraram apartamentos individuais, apenas o conseguiram na zona leste. Dessa forma Jomarina não pode mais ser atendida por programas habitacionais. Como não queria um apartamento na zona leste, não comprou nenhum. De forma que a carta de crédito acabou e ela continuou sem moradia fixa. Quando o auxílio acabou, ela e sua família já estavam ocupando o prédio da Caetano Pinto. Dos outros moradores que foram para a zona leste, conta que muitos alugaram o apartamento adquirido lá e voltaram a morar no centro, pois era na região onde já estudavam e tinham trabalho. Outros, mesmo permanecendo na zona leste da cidade, deslocavam-se até o centro para usar os serviços que já utilizavam antes, como posto de saúde.

Conhecida no movimento como Tia Jô, Jomarina conta que nem sempre segue o formato do esquema de tabulação de pontos atribuído aos moradores, usualmente utilizado pelos movimentos de moradia, brincando ainda que alguns dos coordenadores dos outros movimentos dizem que o dela é bagunçado. Mas que administra a questão como consegue, oferecendo como consegue o que pode, e as famílias do seu movimento já sabem como funciona. Todas as famílias são filiadas ao MMCR e à FLM. São famílias que fizeram parte de algum grupo de base ou vieram

---

<sup>60</sup> Criado em 2000, o Bom Prato é um programa de segurança alimentar, coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, e tem como intuito oferecer para a população de baixa renda refeições saudáveis a custo acessível.

<sup>61</sup> A Prestes Maia foi a maior ocupação de edifício no Brasil, chegando a acomodar 450 famílias. O edifício foi ocupado em mais de uma ocasião e atualmente é objeto de reforma para fins de moradia através do programa municipal Pode Entrar. Para mais informações sobre o Prestes Maia ver Murad (2019).

de outra das ocupações filiadas à FLM, de forma que já sabem como o movimento funciona antes de começarem a morar em alguma unidade.

[...] no movimento de moradia a gente não luta só por moradia, no primeiro Impacto a gente pensa, a eu vou lutar pela minha moradia, não, aí chegando você luta por todo seu direito, todo seu direito que estão sendo violados você aprende muito. (Jomarina, 2021)

Jô já fez parte de 13 ocupações, diversas com reintegração de posse, e duas das quais já passaram por reintegração de posse com violência policial, sendo elas as reintegrações da ocupação Prestes Maia, em 2007, e da ocupação da 9 de Julho, também em 2007. Também na ocupação localizada na esquina das ruas José Bonifácio e do Ouvidor, foram removidos três vezes, sendo que na terceira vez sequer ficaram 3 horas dentro do prédio. Conta ainda que já viu reintegrações bastante violentas, com pessoas sendo presas, e já viu reintegrações nas quais as pessoas saíram pacificamente. Já presenciou diversas tentativas de reintegração também nas ocupações em que coordena atualmente, mas que foram suspensas por determinação judicial. Relatou ainda que passou por uma tentativa de reintegração de posse na Ocupação Caetano Pinto, que por ser uma ocupação pequena não tinha passado por isso anteriormente. Episódio em que os moradores ficaram muito assustados, junto com a vizinhança, com quem já convivem há muitos anos.

Após a queda do edifício Wilton Paes, em 2018, e com diversas denúncias sendo realizadas acusando os movimentos de moradia, a decisão de separação do grupo do MSTC se mostrou acertada. As denúncias direcionadas aos movimentos sociais não distinguem pessoas e ocupações, e Jomarina, assim como líderes de outros movimentos de moradia, é ainda parte processada como responsável pelas pessoas que moravam no Wilton Paes, mesmo que o edifício não tenha ligação alguma com as ocupações coordenadas por ela.

As entrevistas com Jomarina foram sempre realizadas em tom de conversa descontraída. Com muitas demandas, a coordenadora tenta reservar o tempo para as conversas, mas alguém sempre precisa dela: é o telefone que toca pois alguém em outra ocupação precisa de auxílio, jornalista quer entrevista, família precisa deixar algum recado, e agendas precisam ser coordenadas; quando não é por telefone, batidas na porta anunciam que alguém precisa de um momento ou informação, chegou algo ou alguém a procura. E ela mesma tenta atender a todos.

Jomarina não é conhecida como Tia Jô sem motivo, tenta atender a todos, sempre. Ao ser questionada sobre como é sua relação enquanto coordenadora, com coordenadores de outros movimentos filiados à FLM, responde que muito boa. E quando questionada sobre quais os movimentos que fazem parte do coletivo, lista-os pelos nomes das pessoas que as coordenam e não pelo nome do movimento: o movimento da Geni, da Jocélia, da Roseli, da Rosana, do Wellington, da Kátia, da Michele, etc. Os nomes são apontados com pequenas complementações sobre a localização onde atuam, desde quando atuam e se conhecem, sobre a proximidade

de localização com as ocupações sob sua coordenação e, ocasionalmente, até se fulana ou sicrana é “tão engraçada”.

A militante, que já atua há mais de duas décadas junto aos movimentos de moradia da região central, é conhecida carinhosamente também nas reuniões do coletivo, sendo que seus relatos são aguardados pelos outros coordenadores e são sempre realizados com muito entusiasmo, chamando pela participação dos moradores que moram nas ocupações que coordena, apontando constantemente a necessidade de luta que antecede à conquista. Jô ressalta ainda a importância da participação dos moradores nos eventos e assembleias, visto que sendo coordenadora de um movimento tão amplo, precisa mostrar a demanda real de famílias que dependem do movimento e que são representadas por elas mesmas ao participar, não podendo apenas depender dos outros na espera pela conquista da moradia definitiva. Participa também de conselhos municipais, tendo sido eleita inclusive como representante da sociedade civil no Conselho de Habitação de São Paulo em 2022.

Eu sempre fui ligada em nome de governador, de ver o que, qual, qual era as proposta deles e tudo, né? Mas para mim tanto faz, ganhou, não ganhou, era a mesma coisa eu pagava aluguel, trabalhava em casa de família, eu achava que eu não precisava deles para nada, né? Então quando eu conheci o movimento e eu já, eu já no primeiro dia já comecei participar[...] na política foi até hoje e assim é, [...] por exemplo na secretaria da habitação e eu nem nunca imaginava que existia a Secretaria da Habitação, que existia secretária essas coisas, né? Sabia que existia a Secretaria da Educação, para mim era só, né? Mas não existia outras secretarias e aqui a gente foi sabendo, por isso que a gente fala assim, o movimento de moradia é uma faculdade pra todos nós, né? Que a gente vai sabendo de tudo, de todos seus direitos e seus deveres. Né? Que a gente muda, é uma transformação de vida de todas as pessoas que vem para o movimento. (Jomarina, 2022)

### ***Manoel: Como é que é? É formando e me formando.***

Descendente de espanhóis, Manoel nasceu em família cujo pai trabalhava nas lavouras de café, na região de Ribeirão Preto, e até os 15 anos trabalhou também nas lavouras, nas regiões de São José do Rio Preto e da Alta Paulista. Semianalfabeto, abandonou a escola devido aos horários incompatíveis com o horário de trabalho nas lavouras e, aos 15 anos de idade, seu pai migrou com toda a família para a cidade de São Paulo.

Após chegar em São Paulo, começou a trabalhar em fábrica, na região do Cambuci, morando no bairro operário na Vila Prudente. Foi jogar bola no time de futebol do bairro, que era organizado pela igreja católica do bairro, o que o levou, entre os anos de 1966/1967, a participar também do grupo de jovens da igreja. Manoel conta que, nesse tempo, a igreja já havia realizado o Concílio Vaticano<sup>62</sup> (XXI Concílio Ecumênico

---

<sup>62</sup> Segundo documento oficial do Vaticano, o concílio tinha como objetivo “fomentar a vida cristã entre os fiéis, adaptar melhor às necessidades do nosso tempo as instituições susceptíveis de mudança,

da Igreja Católica), e tinha feito a opção pelos pobres, trabalhando na teologia da libertação, sendo um movimento das comunidades eclesiais de base, iniciando assim sua militância nesse período.

Ainda assim, considera o marco inicial de sua militância o ano de 1968, com a instituição do Ato Institucional nº 5 (AI5). Com a supressão da liberdade de imprensa e censura determinada no AI5, que Manoel lembra de ter ocorrido em 13 de dezembro de 1968, pois no dia 14 ou 15 daquele mês fizeram um ato de protesto contra o AI5. E sua militância não parou desde então. Nesse contexto, cabe o paralelo feito sobre o período por Tanaka (2006):

Os anos de repressão da ditadura militar levaram a um esvaziamento e rebaixamento de propostas políticas transformadoras da sociedade e de movimentos políticos que vinham questionando a forma de desenvolvimento nacional baseada na acentuação das desigualdades sociais (TANAKA, 2006, p. 91).

Dentro da igreja católica, participou também da pastoral da Juventude, ajudando a organizar o grupo de alfabetização, dentro da própria igreja, momento em que foi estimulado a voltar estudar, pois havia parado quando começou a trabalhar como operário. Um pequeno relato é incluído por ele também ao contar que, ao chegar a São Paulo, tentou continuar estudando, mas sendo operário sempre chegava atrasado na escola, que não permitia mais a sua entrada. E assim, mais uma vez, deixou os estudos. Dessa forma, ao voltar a estudar através da educação de adultos, concluiu os estudos e ingressou na Universidade de São Paulo, no curso de Letras, em 1972. Conta que se formava na faculdade ao mesmo tempo em que formava os outros no curso da igreja.

Ensinando e aprendendo, aprendendo e ensinando, né? E esses cursos foram importantes que esses curso? Hoje nós estamos tentando reproduzir essa experiência. Com os cursos pré-vestibular. Cursos para, é de fortalecimento dos alunos que querem prestar o Enem. [...] Aqui tem assim, muita gente já está fazendo, mas tem origem lá no passado, o rumo, fortalecimento do pessoal que não consegue estudar no tempo certo. (Manoel, 2023)

Manoel não concluiu o curso de Letras. Saía de São Bernardo do Campo às cinco da manhã e trabalhava até as cinco da tarde no Cambuci. Depois ia direto para a Universidade de São Paulo, na Cidade Universitária, no Butantã, chegando em casa meia noite. Com esse ritmo não foi possível levar os estudos adiante naquele momento. Sua participação nos movimentos sociais é iniciada pelo movimento operário. Morando em bairro operário, viu a organização começar no início da década de 1980, com a Associação dos Trabalhadores da Mooca, região que concentrava, na época, cerca de 400 fábricas, concentrando assim muitos dos moradores que

---

promover tudo o que pode ajudar à união de todos os crentes em Cristo, e fortalecer o que pode contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja.” (CONSTITUIÇÃO CONCILIAR, 1963, p. 1)

precisavam estar perto do trabalho e acabavam morando em cortiços na região, nos antigos casarões da Mooca.

Nos anos 1980, com o início de uma forte crise econômica, o trabalhador operário se viu sem poder arcar com os custos da moradia. Nesse momento, a moradia passa a fazer parte das discussões do grupo dos Trabalhadores da Mooca, que começam a fazer uma pesquisa com os moradores de cortiços da região, chamados de quintais. Com o enfraquecimento da organização dos trabalhadores operários, que muitas vezes eram demitidos por estarem organizados, foi se dando o foco maior na luta por moradia dentro da própria associação. Em 1984, resolvem fazer uma primeira ocupação, em um prédio público, no edifício da Assistência Social. Na negociação com o poder público para desocupar o prédio, conquistam 33 lotes para a construção de moradias nos bairros Sapopemba (96 moradias), Chabilândia - Guaianazes (55 moradias) e Santa Etelvina - Tiradentes (24 moradias), que seriam construídas em regime de mutirão. Mas algumas pessoas, apesar de felizes pela conquista, não estavam felizes, pois queriam continuar morando na Mooca. Manoel destaca que o movimento e a Associação cresceram muito com essa conquista.

Com a eleição de Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores (PT), para a prefeitura de São Paulo (1989-1993), os mutirões ganharam força na cidade, com o Programa de Provisão de Moradia por Mutirão Autogerido. Com isso, a Associação passou a convidar os operários dentro das fábricas para participar do movimento lutando por moradia. Manoel ressalta que foi nesse momento que conheceu muitas das pessoas com quem luta junto até os dias atuais, incluindo o atual coordenador da FLM. Os convites eram feitos aos operários nas fábricas, pois ganhava força a bandeira de que as pessoas deveriam morar perto de seus trabalhos, e na região central. Até aquele momento, os movimentos lutavam por terreno, que usualmente eram ofertados nos bairros periféricos.

Com a crise da fome da década de 1990, a Associação discutiu o que poderia ser feito. Foi então criado o comitê de desempregados, que só tinha orientação aos desempregados, mas não tinha cesta básica ou qualquer outro auxílio. Assim resolveram criar campanhas de arrecadação, nas quais as pessoas saíam às ruas, pedindo alimentos, que seriam posteriormente divididos entre os participantes da arrecadação. Manoel destaca aqui como esse princípio se mantém nos movimentos de moradia até os dias atuais, pois mantém o discurso de que as pessoas precisam lutar juntas para conquistarem juntas, de forma que não adianta esperar que algo aconteça estando inerte.

E a família tinha que acompanhar a gente. A pessoa tinha que acompanhar a gente. Na verdade, a gente só organizava e estimulava, né. [...] então a gente ia lá com o som, né? Estamos aqui, somos do comitê de desempregados, estamos pedindo alimentos para famílias que estão em dificuldades e tal. Um saquinho de arroz, uma lata de óleo, feijão e tal. E as famílias iam batendo nas casas e recolhendo [...] quando a gente conseguia uma quantidade

razoável, a gente voltava para o local de onde nós saímos e distribuía em partes iguais. Porque as pessoas já levavam para casa. Isso deu tanto resultado que nós chegamos a fazer uma com mais de 200 pessoas. (Manoel, 2023)

Manoel usava seu próprio carro como carro de som para fazer as campanhas. Com o aumento dos participantes, emprestaram também carros do Sindicato do Comércio de Minérios e se dividiam formando equipes para a arrecadação. Nessa época, tem início conquistas populares como o Seguro Desemprego e a Campanha de Distribuição de Leite. A campanha de leite fez com que ele decidisse, junto com outras pessoas, criar a Associação Apoio. É justamente na Apoio onde futuramente passam a se reunir os movimentos sociais de luta por moradia, responsáveis pela criação da FLM.

Em 1994, Manoel volta a estudar, dessa vez, Direito. Recentemente, em fevereiro de 2023, assume o mandato de vereador da cidade de São Paulo (2023-2024), pelo PT, numa jornada de militância ininterrupta desde os anos 1960.

Kohara e Silva (2016, p 525), ao analisar as ocupações planejadas que ocorreram nas diversas regiões da cidade de São Paulo, a partir de meados dos anos 1980, destacam sua nova forma de organização – visto que alguns chegavam a ser compostas por mais de mil famílias - e a “compreensão política sobre as questões da habitação”. Entretanto, as entrevistas realizadas, para este trabalho, com lideranças e moradores apontam para uma compreensão sobre questões que transpassam o âmbito da habitação. Os moradores entrevistados entendem que foram inseridos em uma discussão que os faz lutar buscando a garantia de todos os seus direitos básicos. Ao inserirem-se nos debates promovidos pelo coletivo de moradia, passam a compreender que a Constituição Federal determina que eles têm direito à saúde, trabalho, educação e outros, de forma que começam a ter a conquista desses outros serviços como parte inerente de sua luta.

***Eduarda: o nosso o intuito aqui ele é único, a nossa luta pela nossa moradia***

Eduarda é natural de Curitiba-PR. Veio para São Paulo e morava de aluguel com a mãe e dois irmãos, no bairro Santa Ifigênia, bairro operário na área central da cidade. Em novembro de 2010, aos quinze anos, foi morar na Ocupação Prestes Maia, após não conseguirem mais pagar o aluguel.

no começo não foi fácil né? Porque imagina você sair do seu conforto para morar num local que era coletivo, é divisória de madeirite, entendeu? Era bem tenso assim, mas depois foi passando o tempo e eu me acostumei, e agradeço hoje o movimento pela mulher que eu sou. Eu tinha quinze anos na época, hoje eu tenho vinte e sete, hoje eu sou liderança [...]. (Eduarda, 2023)

Em 2011 engravidou, foi morar em uma ocupação coordenada por Jô, localizada no Brás, onde ficou morando por nove anos. Saiu em 2021, ao se tornar liderança da nova ocupação vinculada ao MMCR, a Luís Gama. Anteriormente, já tinha estado na



função de liderança, na ocupação Caetano Pinto, onde morava, mas até então a liderança era compartilhada. Na Luís Gama, Eduarda é a única coordenadora.

Duda, como é conhecida no movimento, relata que a Ocupação Luís Gama aconteceu, pois a demanda do coletivo por moradias estava muito grande. Por conta da pandemia, não estavam ocorrendo as atividades presenciais de formação dos grupos de base e as pessoas estavam sem local para morar. Foi quando decidiram ocupar o edifício localizado na rua Luís Gama, no Cambuci, no final de novembro de 2021. Conta então como a questão foi diferente dessa vez, pois mesmo tendo sempre participado de ocupações, nunca havia liderado uma sozinha. Diz que a situação foi como uma explosão de sentimentos, tendo inclusive ficado mais de 24 horas sem dormir, pois, no momento de ocupação do prédio houve repressão por parte da Guarda Civil Metropolitana (GCM), situação que Duda ainda enfatiza como não tendo cabimento, visto que o terreno onde a ocupação está situada pertence a um órgão federal.

Com ameaças frequentes nos momentos iniciais da ocupação, inclusive com a ameaça de uso de gás lacrimogênio, Duda conta que não sabia lidar com policiais, o que a levou a ficar preocupada. Mas considera que a importância de ser um movimento organizado se mostra justamente em momentos assim, pois foi quando Jô chegou para fazer a negociação. Como ela tem mais experiência, não se deixou intimidar, explicando aos envolvidos que era uma área com famílias, com crianças e idosos, e que eles não possuíam ordem de reintegração de posse para agir contra eles, o que eventualmente levou os agentes a se retirarem do local.

A militante conta ainda que, no início, apesar do prédio ainda estar com a ligação de energia elétrica ativa, estavam sem água. Com isso, muitas pessoas ficaram doentes na primeira semana devido à sujeira, situação ainda mais preocupante, também, uma vez que estavam em meio à pandemia de Covid-19. Conseguiram a ligação de água após duas semanas e, então, puderam fazer uma limpeza geral no edifício ocupado e no terreno. O espaço ocupado, atualmente conta com a maior parte das famílias que fizeram parte da ocupação, e isso mostra que o objetivo do movimento está sendo cumprido, pois as pessoas estão aceitando caminhar e lutar juntas pela moradia.

Duda conta que têm Jô como sua mentora. Com mais de dez anos de convivência, tem Jô como referência. A convivência com outros movimentos e lideranças faz com que já tivesse outras referências de atuação também, mas Jô a fez se identificar com um jeito mais tranquilo de lidar com as situações. Chama o estilo de “mãezona”, pois aceita tirar do dela para dar para aos outros. Gosta do seu estilo de coordenação, pois vê que realmente é possível ajudar quem precisa, tentando resolver as situações na base do diálogo, tentando ser maleável e seletiva. Afirma que assim acaba tendo ajuda de moradores da ocupação para ajudar nas questões da liderança:

Porque a gente não faz nada sozinho, né? Às vezes a gente acha que está na questão de liderança, é ela que resolve, é ela que faz, e não, eu sempre tenho que escutar as pessoas, eu sempre tenho que escutar as pessoas que estão ao meu redor, que tão ajudando, né? De alguma forma, e ouvir a opinião para a gente trabalhar em conjunto e ter uma boa relação aqui dentro. (Eduarda, 2023)

Duda conta que Jô sempre a colocou nas conversas de liderança e dos grupos de base, e que quando decidiram “abrir” um novo grupo de base, ela foi conversando com as pessoas envolvidas para ver se teria confiança para assumir a função de liderança. Também foi preciso que Jô e as lideranças da FLM tivessem confiança nela para que assumisse a coordenação. Acredita que viram potencial de coordenação nela, e fica feliz pela situação estar dando certo. A mistura da vida pessoal com trabalho também é algo com o qual é necessário lidar, com a necessidade de gerir e ouvir tantas famílias. O lugar onde mora é também lugar onde trabalha, o que, às vezes, pode fazer a situação ser estressante.

Às vezes a gente pode ter a forma de pensar diferente, mas eu acredito que o nosso o intuito aqui ele é único, a nossa luta pela nossa moradia. E quando a pessoa ela não tem a mesma linha de pensar e quando ela vê o movimento de outra forma, ela por si só sai, ela mesmo se exclui, ela mesmo se prejudica [...] eu sempre falo que quando tem uma pessoa aqui dando trabalho a gente vai dar uma chance, da outra, e da outra. [...] Porque eu sempre falo assim que a fruta podre ela sempre cai sozinha. Ela não precisa de ajuda de ninguém, ela não precisa, só o balançarzinho (sic) ali, ela está podre, balançado da árvore, ela por si só, ela sai. Então eu acredito que aqui tem sido isso. (Eduarda, 2023)

O potencial que viram nela, Duda diz que vê em cada pessoal na ocupação. Assume que seu jeito é falar a verdade para as pessoas, mesmo que nem sempre agrade, pois vê no movimento uma forma de transformar a vida das pessoas, como foi com a sua. Ela é uma pessoa formada, que consegue criar seu filho com alguma segurança, ambas as situações possibilitadas pelo movimento de moradia. Ao contar que veio de uma família muito carente, Eduarda afirma que estudar foi a realização de um sonho, sendo a primeira pessoa da família a ter uma graduação. Hoje, gestora de recursos humanos, pretende decidir se quer continuar ou não na área em que se formou, mas sabe que mesmo essa decisão, só é possível pela mudança de vida que teve ao entrar no movimento de moradia.

Gosta de trabalhar com as pessoas do movimento. Vê na diversidade de pessoas que moram no mesmo prédio um potencial de aprendizado, pois diz que sempre se leva alguma coisa, algum conhecimento, experiência. Mesmo durante a pandemia de Covid-19, com as campanhas de arrecadação, viu pessoas que chegaram na ocupação sem nada, e que hoje estão com as casas “montadas” ou conquistando suas coisas.

Duda ressalta ainda a importância da participação das pessoas nos atos e ações do movimento de moradia, ao defender que não é justo que a conquista das pessoas

que se expõem, beneficie pessoas que não fazem nada para mudar a própria situação. Faz questão de transmitir essa questão constantemente para as famílias, tanto nas assembleias, quanto nas demais atividades da ocupação.

### **3.2. Mora por que luta ou luta por que mora?**

Ao iniciar esta sessão, é necessário ressaltar que, como estratégia metodológica de pesquisa, foi dada aos entrevistados a opção de preservação de seus nomes verdadeiros, de forma a protegê-los, no que for possível, de possíveis perseguições políticas e exposições. Ainda que a preservação dos nomes verdadeiros pudesse ser uma importante ferramenta para afirmar a luta em que constantemente se encontram, a opção foi pela preservação das identidades. Diferente é o caso das lideranças, que entendem e reafirmam seu papel ao optarem por seus próprios nomes - também como forma de luta.

#### ***Ana: Não tem outra escolha, anda pra frente ou anda pra frente (sic)***

Nascida na cidade de São Paulo, Ana morava na zona sul com a mãe, os irmãos e a avó. Chegou ainda em 2011 na ocupação Rio Branco 53. À época tinha apenas 9 anos de idade e se mudou sozinha com a mãe, pois os irmãos se recusaram a ir morar em uma ocupação. Conta ainda que os irmãos chamaram a mãe de louca por querer ir morar em tal lugar, imaginando que seria um espaço bagunçado, com roubos e uso de drogas e álcool. Posteriormente, ao ir visitá-las, gostaram do lugar e passaram a querer morar no espaço junto delas. Conta que a mãe já conhecia a Jô, que já tinha inclusive a chamado para ir à ocupação antes, mas tinham medo, e por isso ainda não tinham ido.

[...] ela tinha uma ideia diferente de como era. Só que aí apertou, né? Tipo, ela era uma mulher solteira, sozinha, com quatro filhos e o aluguel era caro, não tinha renda, entendeu? Não tinha ajuda nenhuma. Então a única opção dela foi o quê? Tentar a sorte, entendeu? Era isso ou nada. (Ana, 2022)

Ana conta que a maior diferença em relação à sua vida na moradia anterior foi que passou a ter que ajudar a mãe. Antes brincava sozinha, enquanto a mãe saía para trabalhar, mas também tinha a avó e os irmãos. Na ocupação, teve uma infância normal, não podia sair para brincar na rua ou andar de bicicleta, pois a ocupação se encontra em área central e movimentada da cidade, mas se habituou e diz ainda que mesmo que pudesse, não mudaria nada. Apenas acha que morando na ocupação amadureceu mais rápido.

No momento em que a entrevista ocorreu, a moradora estava estudando para o vestibular. Conta que ter ido morar na ocupação mudou sua perspectiva de vida, visto que antes não teria oportunidades como as que passou a ter. Diz que nenhum de seus quatro irmãos tem ensino superior, mas que tem essa vontade, pois sente que a mudança de realidade abriu sua mente, e se tivesse ficado na zona sul sua realidade hoje seria diferente.

Avenida, shopping, essas coisas, eu nunca tinha visto, entendeu? Eu ficava a maior parte do tempo em casa. Então foi uma surpresa para mim e eu acho que foi muito bom, entendeu? Porque eu me tornei outra pessoa, entendeu? Do que se eu tivesse ficado lá e o fato de morar na ocupação me deu acesso, entendeu? A cultura, é a história, de tudo, sabe? (Ana, 2022)

A estudante conta ainda que acha engraçado, pois a situação que a fez ser moradora de uma ocupação a coloca em situação de minoria. É uma pessoa pobre, na cidade de São Paulo, que está tentando estudar e crescer na vida. Mas diz que não vê tanta diferença, já que pensa que estudando consegue se adaptar e utilizar os benefícios da cidade. Ana quer estudar Direito na Universidade de São Paulo. Ela estuda para o vestibular enquanto trabalha na portaria da ocupação.

À época de mudança da família para a ocupação, conta que mais da metade do salário da mãe era utilizado para o pagamento do aluguel, de forma que o restante não era suficiente para o sustento dos filhos. Considera ainda que o espaço que ocupa hoje foi praticamente uma herança de família, pois é o espaço onde antes morou com a mãe, que depois foi da irmã, mas que passou a ser seu quando sua irmã saiu. A mãe ocupa hoje o espaço ao lado do seu. Reforça que se ainda estivesse morando de aluguel na zona sul, hoje estariam preocupadas em pagar o aluguel e, portanto, ter o salário utilizado para isso. Mas morando na ocupação, consegue ter seu espaço e estudar, se preocupando em crescer na vida e querendo mudar a própria realidade.

Eu sou a porteira e desde pequenininha eu sempre achei o máximo, entendeu? O movimento em si e eu sempre quis participar. Aí acho que a minha tia (Jô) lembra disso, a primeira vez que eu pedi um espaço para ela, foi com quatorze anos e eu falei “tia, quantos anos eu preciso, eu preciso ter pra conseguir um espaço aqui?” Ela “Ana, você é muito pequena, você é uma criança, acho que quando você tiver com uns vinte, vinte e oito”. Um ano depois ela me deu um espaço. Aí eu arrumei um emprego e comecei a pagar<sup>63</sup>, sabe? Meu primeiro espaço foi lá na frente onde acho que pintaram a porta já, a porta era a rosa. No segundo foi lá em cima, agora o terceiro é esse. (Ana 2022)

Ana conta ainda que acha que todas as ocupações são diferentes umas das outras, em função das culturas ou famílias. São estruturadas de acordo com as pessoas que moram nelas, e refletem as características dos seus moradores. Reforça ainda que não sabe se tem ocupações melhores ou não, mas garante que não gostaria de sair da Rio Branco, pois ali sua opinião é ouvida. Considera o lugar acolhedor e acredita que o movimento de moradia salva vidas, dando às pessoas uma segunda chance. Entende que se a pessoa não aproveita essa chance é por escolha dela, pois é um

---

<sup>63</sup> Ana refere-se ao pagamento do rateio dos custos mensais da ocupação com porteiro, conta de energia elétrica, entre outros gastos.

lugar que possibilita oportunidade, não é apenas um local para morar e sair do aluguel.

Para Ana, viver no centro da cidade trouxe oportunidades, e acesso a serviços e equipamentos da cidade. Conta que nunca se sentiu excluída por morar na ocupação, e que nunca teve vergonha de dizer que vivia em uma ocupação de moradia, mesmo que no começo dissesse apenas que morava na avenida Rio Branco, ou no centro. No início, sentia algum preconceito das pessoas da região em relação aos moradores da ocupação, mas após dez anos de permanência, não sente mais qualquer pré-julgamento dos vizinhos. Também entende que essa não é uma questão para a vida dos moradores, pois o que buscam é mudança. Não estão ali para incomodar ninguém.

Se lhe dessem a opção de ir ou ficar no prédio, ficaria, mas sabe que a situação não é permanente, e gostaria de ter algo realmente seu. Ana sabe que não pode realmente criar raízes no espaço onde vive, devido ao risco constante de ter que sair. E isso afeta inclusive as melhorias que pudesse vir a fazer no espaço. Sabe que provavelmente não terão condições de permanecer por muito tempo no edifício, devido às rachaduras e trincas que foram aparecendo. Já está esperando há dez anos por uma solução definitiva, e se precisasse sair, teria de dar um jeito, mas se houvesse como ficar, ficaria.

Em relação ao futuro, tudo o que a estudante espera, é que tenha um lugar para morar, novas oportunidades, e que a mentalidade das pessoas em relação à ocupação de moradia mude. Não quer chegar ao ponto de precisar sair forçada de sua casa, e ter que ocupar outro espaço. Se tiver que sair, quer que seja para algo definitivo. Afirma que o que vive hoje é uma espécie de pedido de socorro ao país, porque não tem condições de pagar outra moradia, um aluguel, e que se não fosse a ocupação, não teria onde morar. Entende que essa não deveria ser a realidade no país.

***Rosa: Do jeito que eu conquistei, eu também queria que os outros conquistassem***

Rosa conheceu o movimento através de uma amiga da mãe. A mãe sempre era convidada a participar, mas nunca se interessou. Porém, um dia em que foi à casa da mãe, essa amiga estava lá. Foi quando lhe contou como funcionava o movimento e que já havia conquistado a própria casa. Isso a fez se interessar. Após perguntar quando e onde aconteciam as reuniões, passou a participar do movimento. No momento da entrevista, já fazia 30 anos desse primeiro encontro.

Participou inicialmente das reuniões na zona leste da cidade de Santo André. Quinze dias depois de participar da primeira reunião, Rosa participou da ocupação de um terreno. Através da luta, conquistou moradia própria no bairro São Mateus, na zona leste da cidade de São Paulo, através da COHAB. Mesmo assim, nunca deixou o movimento. A militante era casada quando conquistou a moradia. Ao se divorciar, acabou vendendo o apartamento para dividir o valor com o ex-marido. Como já foi

contemplada por programa habitacional na cidade de São Paulo, sabe que não pode ser atendida novamente, mesmo não tendo mais a moradia.

Indiferente de poder ou não, continuo na luta porque eu sempre falei pros meus filhos que eles têm que lutar pra conquistar né? Os objetivos dele. E inclusive um já está na, um não, dois, estão na demanda lá, do Prestes Maia. E a minha outra filha por enquanto não está, mas logo ela vai entrar. E a minha companheira ela está também. Ela está na luta. (Rosa, 2023)

Seus filhos também entraram no movimento e foram morar em ocupações. Rosa conta que a participação da família é porque, ao participarem do movimento, passam a ver que realmente funciona. E inclusive incentivam os outros a também participar. Hoje, mora com a companheira na Ocupação Luís Gama. Conta que veio para o centro através da luta com o movimento da Leste, que também passou a ocupar edifícios na área central. Participou da ocupação de um edifício na avenida São João, com o MSTRU, mas por desentendimento com liderança saiu da ocupação. Nunca deixou de participar das reuniões da FLM, onde conheceu Jô. Ao sair da São João, foi morar de aluguel, situação em que estava quando ficou sabendo da Ocupação Luís Gama, através de Duda, com quem trabalhava em um mesmo projeto. Com sua companheira, foram morar na Luís Gama e estão gostando muito.

Rosa explica que a diferença entre morar em uma ocupação ou morar de aluguel é que no aluguel a vida é mais difícil. Sem pagar aluguel é possível comprar as coisas que se tem sonho de comprar. O salário recebido pelo trabalho pode ser economizado para comprar o que quer. Economia impossível de acontecer quando o salário é destinado ao aluguel. O contato com pessoas também foi apontado por ela como algo que melhorou na sua vida dentro da ocupação, passou a saber da história de vida das pessoas, e conversar com elas.

A militante conta ainda que esse contato com as pessoas também foi possibilitado através das oportunidades que conseguiu com o movimento, como o emprego. Antes não trabalhava porque o marido não permitia. Mas, ao continuar no movimento de moradia depois do divórcio, conseguiu emprego e trabalha hoje em um projeto social com pessoas em situação de rua, acompanhando pessoas que moram no prédio alugado pela Prefeitura de São Paulo. Além do trabalho atual, já esteve em outros trabalhos, como o de abordagem na rua, para distribuição de informação e convite para novas pessoas irem conhecer o movimento, e com cadastro das famílias pela prefeitura.

Dentro do movimento, atua como mediadora de andar, ajudando a Duda a organizar a ocupação. Acha que a ocupação Luís Gama está evoluindo de uma forma legal, pois têm uma boa comunicação com os moradores. Também afirma que o movimento é bom porque não é apenas sobre moradia, mas ensina pessoas a lutarem pelos seus direitos, tanto à moradia como à saúde, educação e política. Rosa diz ainda que não encontra barreiras para utilizar os equipamentos e serviços da

cidade por ser moradora de uma ocupação. Também conta que estar morando numa ocupação durante a pandemia não foi algo especialmente complicado. Diz que espera conseguir permanecer no edifício, e que vai lutar para que a permanência das famílias lá se efetive.

[...] reintegração de posse eles sempre tentam, né? Mas com a nossa luta a gente consegue reverter, né? E se por acaso tiver a reintegração de posse e a gente tiver que sair daqui a gente vai para a rua, né? Que nem já aconteceu, a gente ocupa a rua lá, calçada, que nem diz o ditado, ou de repente a gente ocupa outro prédio também. A luta é contínua, nunca acaba. Então quando a gente tem um objetivo, a gente tem que lutar por aquilo que a gente quer, e na realidade é o que? A moradia. Então sempre vai ter a luta. (Rosa, 2023)

### ***Abigail: Eu falei, eu não desisto***

Vinda de Minas Gerais, Abigail foi morar de aluguel em uma casa, em Ferraz de Vasconcelos, há cerca de quatro anos. Logo conheceu um amigo que conhecia a Eduarda e, em menos de seis meses estando em São Paulo, foi morar na ocupação José Bonifácio. Ficou na ocupação por quase três anos, e quando soube da ocupação que seria realizada em 2021 decidiu que iria junto com Duda para ajudar a organizar. Mora na Luís Gama desde então. Conta que desde que começou a participar do movimento não quis mais parar. Gosta de estar nas reuniões da FLM e nos atos, pois gosta de estar a par de tudo o que acontece. Estando na Luís Gama desde o primeiro dia, considera que o processo de ocupação não foi muito conturbado, tendo em vista outros casos de ocupações em que foi muito mais difícil entrar e permanecer no prédio.

[...] foi assim esperançoso ver pessoas que chegaram aqui naquela época junto conosco e que hoje estão completamente transformadas, chegaram sem nada e hoje já tem o espaço todo mobiliado, tem tudo em casa, tem um trabalho, algumas pessoas que deixaram até vícios, [...] deixaram de usar droga, e hoje está aí de boa, tranquilo. Então é para mim foi até gratificante vir. (Abigail, 2023)

A moradia anterior era alugada e, recebendo apenas um salário-mínimo, Abigail conta que não tinha dinheiro para comprar os remédios que precisava. Com isso, ficava doente com muita frequência, pois tinha de optar entre comprar os remédios ou pagar o aluguel, ou comprar comida. Quando chegou na ocupação e deixou de pagar aluguel, a primeira coisa que sentiu foi alívio. Na Ocupação José Bonifácio se considerava morando em uma mansão e é muito grata por ter passado por ela. Mas gosta mais da ocupação atual, pois tem mais espaço. Tem inclusive um quintal. Sua moradia atual não é dentro do prédio principal, mas nos fundos. Por isso, sua nova casa tem um banheiro de uso exclusivo seu.

Então assim não é enorme aquela casona, mas agora mesmo eu cheguei e falei nossa eu tô (*sic*) na minha casa. Nossa que delícia.

Voltar para minha casa. Então é muito bom, sabe? E a gente aqui tem uma paz, uma oportunidade, todo mundo aqui é unido sim, assim os vizinhos aqui sabe? Às vezes tem aquelas discussoezinhas que é de coisa rotineira, coisa pouca, mas é muita paz aqui. Sei lá, eu acho que não sei se é por causa da natureza, nós estamos dentro dela praticamente. (Abigail, 2023)

Abigail, que ajuda na organização da ocupação, menciona que gosta de ver os outros tendo oportunidade de melhorarem na vida, inclusive acredita que se todas as pessoas tivessem a oportunidade de ter acesso à ocupação, não teriam tantas pessoas morando nas ruas, nem tanto desespero, pois o movimento acaba ajudando financeiramente também, para além da moradia. Formada em Letras, trabalhava dando aulas em Minas Gerais, mas ao se mudar para São Paulo não foi lecionar pois estava com problemas de saúde (algo nas pernas). Ao ir morar na Ocupação José Bonifácio, com a economia do aluguel, fez aplicações nos joelhos. O tratamento a ajudou a melhorar, mas ainda assim não quer voltar às salas de aula, pois prefere conseguir dedicar seu tempo à ocupação, e trabalhando em escola, não acha que teria tempo.

Hoje, com a filha já crescida e morando em Minas Gerais, sente que pode escolher em que dedicar seu tempo. Gosta de estar presente para ouvir as pessoas que chegam para conversar. São pessoas que as vezes estão desesperadas e precisam de alguém para escutá-las. Trabalha como auxiliar administrativa em um hospital na avenida Paulista, e é responsável pela secretaria da ocupação. Substitui a Duda na coordenação quando ela não está presente ou precisa de ajuda. Enxerga o movimento como uma oportunidade para quem não tem outras, como os trabalhadores de baixa renda.

Como ela, acredita que várias pessoas tiveram oportunidades após chegarem no movimento de moradia. Cita dois exemplos em especial: conseguir fazer faculdade por não precisar pagar o aluguel; e conseguir emprego por passar a ter endereço fixo. Abigail considera que as ocupações são uma oportunidade importante para pessoas negras, principalmente mulheres solteiras, muitas vítimas de violência doméstica. Entende que essa ainda é situação banalizada e, estando na coordenação, sabe dos casos, pois se dedica a ouvir, entender e buscar a ajuda possível. Também em relação a emprego, a moradia nas ocupações e a participação no movimento de moradia oferecem oportunidades para ex-presidiários que encontram trabalho no coletivo, muitas vezes inclusive com carteira assinada. A partir da moradia, a oportunidade de voltar a trabalhar representa também a recuperação da dignidade. Os que estão sem documentação em dia, começam a trabalhar na portaria até que a situação seja regularizada. Processo que também é auxiliado pelo coletivo. A partir deste relato, Abigail defende que o movimento de moradia não se resume apenas à moradia, mas é algo que vai muito além.

Abigail sente orgulho de fazer parte da ocupação. Conta que sua vida mudou após chegar no movimento. Considera que sua mente abriu para novas possibilidades,



aprendeu a lutar pelas coisas que desejava. A vivência no movimento fez com que ela percebesse que antes havia vivido por muito tempo em uma situação que não gostava, mas que hoje se sente livre, tendo tido ajuda para abrir novos caminhos. Outra coisa que considera importante é que passou a ver que a mulher também tinha o direito de estar no poder, de se expressar, e de fazer o que quiser, e que o movimento ajuda a mulher a entender, desabafar, não se sentir inibida de estar ali e fazer parte do movimento.

Em relação aos equipamentos e serviços urbanos, diz que os utiliza com tranquilidade, inclusive a UBS da Sé. Recentemente, a agente da saúde foi até a ocupação para cadastrar os moradores, e desde então os moradores utilizam a UBS da Sé para fazer tratamento, tomar medicações e vacinas. Além disso, muitos dos moradores fazem parte do Centro Esportivo Cambuci, próximo à ocupação, tendo carteirinha para frequentar o espaço. Abigail diz que tudo o que têm e utilizam hoje foi fruto da conquista da luta coletiva. Mesmo no início, quando ainda recebiam olhares “tortos” da vizinhança, decidiram que iriam se impor e mostrar que o espaço não era bagunça, mas moradia. Vê as conquistas atuais também como reflexo das lutas anteriores.

Eu não acredito que é fácil não. No início da ocupação, não essa, no início do movimento mesmo, quando começou lá atrás mesmo, há mais de vinte anos atrás, e aí alguns há mais de onze anos atrás, não conseguiam atendimento assim com facilidade por causa de comprovação de endereço, os bancos também chegavam a não aceitar, entendeu? Quando falavam é da ocupação, e aí aqueles que vieram lá atrás foram abrindo caminhos. Hoje já é tudo mais facilitado. Principalmente pra quem é do movimento igual a gente [...]. (Abigail 2023)

Sem poder comprar a própria moradia, não pretende sair da ocupação. Enquanto existir a opção de ficar, ficará, pois não tem para onde ir, e não pretende voltar a morar de aluguel, já que a situação voltaria a piorar. Ao mesmo tempo, por mais que torça para que a ocupação atual seja regularizada, tem medo do que aconteceria caso ela fosse regularizada, pois sabe que uma moradia formal não poderia abrigar o mesmo número de famílias que comporta hoje. Também sabe que os que precisarem sair da ocupação não terão para onde ir, principalmente os que ainda não possuem CLT, ou outros documentos exigidos pela Caixa. Por isso, pensa que primeiro deveriam ser regularizadas as ocupações de moradia que já têm mais tempo de existência, pois nelas os moradores já estão mais preparados, e vêm aguardando a moradia definitiva há mais tempo.

Em relação à pandemia, Abigail vê que a maior dificuldade foi controlar os acessos e a limpeza. Por outro lado, houve grande conscientização junto aos moradores, e felizmente receberam muitas doações para ajudar as famílias. O cadastro que já faziam foi ampliado para cobrar que as pessoas fossem se vacinar, priorizando que só saísse da ocupação quem fosse trabalhar. Conta que mesmo que algumas

peças tivessem achado ruim, pois viam as tentativas de proteção como proibições, felizmente não houve casos graves na ocupação. A maior parte dos casos de doenças simultâneas que tiveram esteve relacionada à sujeira dos espaços quando chegaram. Por estarem sem água, muitos moradores pegaram virose, e sofreram com a poeira do local, mas após a ligação da água, a situação melhorou muito.

[...] foi muita luta, muita correria [...] eu aprendi mesmo o que que é o movimento, que quando eu cheguei, ele estava tudo organizadinho (*sic*), fiz praticamente quase nada, agora aqui [...] foi difícil, mas assim valeu a pena. Do resultado que a gente vê de um ano pra cá. Eu acredito que daqui mais uns dois, três anos vai valer mais a pena, porque isso aqui vai estar muito mais organizado, mas assim inicialmente é bem pesado. Tem que se ter muita coragem, teve muita gente que veio e desanimou, foi embora. Mas a gente prevaleceu aqui [...]. (Abigail, 2023)

***Candido: Aqui a primeira coisa que nós fizemos foi dar uma limpeza geral, e depois organizar o espaço pra cada pessoa que ia chegando.***

Nascido em Minas Gerais, Candido cresceu em São Paulo, tendo migrado com um mês de vida. Morando de aluguel em Ferraz de Vasconcelos, estava com dificuldade para continuar pagando o aluguel, quando conheceu uma amiga em um curso que fazia e ela lhe falou sobre o movimento de moradia, e sobre a ocupação onde morava. Mesmo com um certo preconceito, foi visitar a ocupação, achou interessante e logo se mudou para a Ocupação José Bonifácio. Depois de mais de três anos no movimento de moradia, fez parte do grupo que realizou a nova ocupação na Luís Gama, morando na nova ocupação desde o início.

Sobre a moradia anterior, Candido aponta que a maior diferença aconteceu em relação ao salário, que anteriormente era quase inteiramente destinado aos custos com o aluguel. Após começar a viver na ocupação, passou a ter dinheiro que pôde guardar ou utilizar para outras destinações. Diz que sobra até mais tempo, visto que passou a morar no centro. Não tendo outras pessoas da família que moram em ocupações, diz que a família hoje já não estranha que ele more em uma. Assim como havia acontecido com ele, existia um preconceito inicial, mas que após receber algumas visitas de familiares, eles viram que não era nada do que imaginavam, que é apenas moradia, comum, como muitas outras.

Os vizinhos aqui mesmo veem a gente como vizinhos normais. Trata a gente normal da mesma forma. No começo tinha preconceito, o pessoal reclamava muito, passava aqui na rua, até atravessava com medo. Mas foi passando os dias [...] viram que é só moradores normais. Aqui por exemplo, só tem trabalhador aqui, todo mundo aqui trabalha. Não tem ninguém aqui que não trabalha. O pessoal sai para trabalhar, voltando de trabalhar, vê as crianças brincando aqui e já vê como uma moradia normal. (Candido, 2023)

Hoje, atua como porteiro na ocupação e ajuda na coordenação, enxerga o movimento de moradia como algo essencial e afirma que se for bem analisado, muitas das

famílias não têm condição de pagar o aluguel atualmente. Afirma que o movimento ajuda essas famílias a terem, ao menos, o mínimo para suprirem suas necessidades básicas, pois elimina os gastos com o custo abusivo do aluguel.

Candido afirma que sempre participa das reuniões do Coletivo, realizadas semanalmente na sede da Apoio, e está sempre participando dos atos realizados em prol da moradia. Sobre sua relação com os outros moradores da ocupação, diz que é a melhor possível e reforça que, por ser um dos porteiros e coordenadores, tem muito respeito pelos moradores e é respeitado por eles.

Utiliza os equipamentos da cidade sem dificuldades, e ressalta que a agente de saúde vai à ocupação pelo menos uma vez por semana. Desde o início, fizeram questão de cadastrar todas as famílias no posto de saúde mais próximo. Conta que o preconceito em relação à ocupação foi apenas sentido no início, mas que depois passaram inclusive a ter amizade com os moradores da vizinhança.

Candido ainda não está em nenhuma lista de demanda habitacional pelo movimento, mas confia que entrará em breve. Em relação à ocupação onde mora, acredita que ela tem grandes chances de ser regularizada, e que isso deve ocorrer em pouco tempo. Afirma que se tivesse que sair do seu espaço hoje, não teria para onde ir, de forma que espera que saia apenas quando tiver moradia própria garantida.

[...] tem pessoas aqui que chegaram sem nada praticamente, só com a roupa do corpo. Agora praticamente todo mundo já tem seus móveis, está todo espaço aqui, está tudo bem mobiliado, todos estão empregados, só não trabalha realmente quem não quer, mas eu creio que não tem praticamente ninguém desempregado aqui.  
(Candido, 2023)

Ao falar sobre a pandemia de Covid-19, Candido afirma que o início, quando ainda estava morando na Ocupação José Bonifácio, na Sé, foi bastante difícil. Que as pessoas estavam muito assustadas, inclusive por terem de tomar cuidado ao sair e entrar na ocupação, para evitar a transmissão do vírus. Mas que ao chegar na ocupação onde mora atualmente, não tiveram os mesmos problemas, pois já lidavam com a questão antes, e a pandemia não demandava mais as mesmas restrições iniciais.

### ***Bruna: É um ajudando o outro***

Bruna, natural de São Luís do Maranhão, mora hoje na Ocupação Rio Branco. Foi morar na Ocupação em meados de 2015, quando veio para o casamento do irmão em São Paulo. Gostou do lugar e nunca mais voltou ao Maranhão. Conta que conheceu o espaço pois a prima vivia lá. Formada em Serviço Social, diz que finalizou os estudos aos “trancos e barrancos”, mas conseguiu porque não precisava pagar o aluguel, e com o dinheiro conseguiu pagar os estudos. Estudar também foi facilitado por morar no centro, onde tudo está perto, médico, lojas e emprego. Viver no centro também reduz as despesas com condução.

Com bebê ainda pequeno, a maranhense conta que não consegue mais participar das reuniões semanais do coletivo, mas que antes sempre estava presente. De qualquer forma, sempre fica sabendo de tudo o que está acontecendo, pois a informação é transmitida aos moradores. Considera o movimento como algo que abre portas, local de acolhimento, onde um ajuda o outro, e atribui ao movimento de moradia a possibilidade de ter se formado na universidade.

A prima, que atualmente já não mora mais na ocupação, chamou-a para morar com ela depois que o irmão de Bruna se casou. Como não foram criadas juntas, a convivência em um espaço pequeno não era das melhores, e a prima lhe ofereceu a casa para que ficasse em São Paulo. Ficou ajudando a prima que tinha criança pequena e posteriormente ganhou o próprio espaço, quando cada uma passou a ocupar uma unidade na ocupação. Considera-se uma pessoa tranquila e tem boa relação com os outros moradores da ocupação. Diz que a maior diferença entre a moradia anterior e a atual é apenas a questão de espaço, pois antes morava em uma casa, onde podia se sentar na porta de frente para a rua, e que agora é apartamento, onde não pode mais ficar sentada à porta pelo perigo que o centro apresenta.

Em relação ao movimento, considera que o mesmo é muito organizado, que cada um tem seu espaço, que ocasionalmente até tem brigas, mas são por coisas comuns do ser humano, e que a diferença é que ali lutam por uma causa em que acreditam. Gosta muito do edifício onde mora, e diz que se a ocupação fosse regularizada gostaria de poder continuar nela, pois já convive com todos os moradores e vizinhos há bastante tempo. Também gosta do local onde fica a ocupação, mas também gostaria muito de poder ter seu “cantinho”, “de papel passado”, em seu nome.

Se precisasse sair, não teria para onde ir. Mãe solo, desempregada, conta que recebe ajuda do pai da criança para arcar com as despesas dela e do bebê. Em busca de alguém para cuidar da criança e voltar ao mercado de trabalho, ainda não conseguiu quem o faça. Por hora, acha que apenas voltando ao nordeste, onde teria a ajuda da mãe com o bebê, poderia voltar a trabalhar.

[...] a gente tem uma, um agente comunitário que vem aqui, que vê a gente, que antigamente vinha médico, parou também por causa da pandemia né? Vinha o médico acompanhava, via as crianças que estavam com, que não estavam tomando medicação, que estava tomando vacina. Então eles ficavam acompanhando a gente. Então isso é muito prático, tipo você morar no centro e o médico vim te atender dentro da sua casa é até cômodo né? Emprego é muito fácil. Tipo, eu desde quando eu cheguei aqui eu trabalhava bem aqui na Barão de Itapetininga, eu entrava uma hora, eu saía daqui uma hora praticamente, porque era num pulo. Então é muito fácil. Tipo, a faculdade eu fazia bem aqui na Barra Funda. Pega o trem rapidão (*sic*) e chego. Então, é muito fácil, é muito prático e é muito gostoso. Não vou te mentir. Eu não penso sair daqui tão cedo. (Bruna, 2022)

Bruna conta que nunca sofreu nenhum preconceito por morar em ocupação de moradia. Revela que quando fala onde mora, o que mais se tem é curiosidade por

parte das pessoas que questionam como é, e aproveitam para tirar dúvidas. O endereço também não é um problema, pois as correspondências chegam normalmente ao local. Em relação à vivência da pandemia de Covid-19, a moradora conta que receberam muitas doações, de alimentos e produtos de limpeza. Os espaços comuns eram limpos regularmente, estavam sempre disponibilizando álcool em gel, e circulando utilizando máscaras. As visitas foram proibidas por um tempo e depois liberadas, desde que fossem usadas máscaras e se higienizassem as mãos. A comunicação sobre o que deveria ser feito continuou. O que já vinha sendo feito para comunicar os atos e reuniões, com grupos de conversa por aplicativo, passou a ser usado também para informar sobre as novas orientações, e sobre as doações que chegavam.

No futuro, espera poder voltar a estudar. Quer terminar a pós-graduação, mas reconhece que a dificuldade aconteceu depois de ter o filho e ter parado de trabalhar. Quer ainda voltar a trabalhar na sua área de formação, pois se formou para isso, mas tem dificuldade pois os empregadores pedem experiência para contratar, e ainda não pôde conseguir essa experiência prévia, mas acredita que poderá ver a situação mudar em breve.

***Djanira: Salário-mínimo não dá para você comprar diretamente, né? E aí to nessa expectativa.***

Nascida no Maranhão, Djanira participa do movimento de moradia desde 2001, mas já havia desistido do movimento e estava morando de aluguel quando uma amiga sua precisou de um local para morar. Ao indicar o movimento de Jô, a amiga foi até a ocupação. Quando chegou na ocupação informou quem lhe havia indicado, de forma que Jô lhe disse para chamar Djanira, pois a conhecia e estava precisando de pessoas para lhe ajudar com as questões do movimento. Foi quando passou a morar na Ocupação Rio Branco, em meados de 2012, logo após sua ocupação. Além dela também moram no prédio a filha, no quarto vizinho, e a sobrinha Bruna.

Que quando eu cheguei aqui eu tava (*sic*) toda endividada, cheia de dívida, né? A minha filha trabalhava em restaurante, a outra trabalhava de prestar serviço para uma advogada, né? E a minha, a minha sobrinha também veio morar aqui né? E aí eu trouxe todas elas para morar aqui e através dessa ocupação, da gente não pagar aluguel, que a gente pagava aluguel caríssimo, e através da gente não pagar mais aluguel, hoje a minha filha se formou, auxiliar técnico de enfermagem. A outra se formou em advocacia. A minha sobrinha se formou em assistente social. E eu paguei todas as minhas dívidas [...]. (Djanira, 2022)

Considera que sua vida mudou muito após ir morar na Rio Branco. Hoje, sem dívidas, diz que luta para receber sua moradia própria. Uma das filhas já conseguiu comprar um apartamento e a outra está caminhando para o mesmo. Atuando como mediadora de andar, enxerga o movimento como um criador de oportunidades. Ajudando pessoas que chegam a ficar até mesmo sem identidade, pois entende que

a pessoa que não tem condições de vida perde até mesmo a identidade. Acredita que para quem se compromete de verdade com a luta, o movimento de moradia recupera a identidade, garantindo a todos documento e endereço fixos.

Em relação à cidade, Djanira diz que hoje se apropria muito mais dela. Antes, morando no bairro Cidade Tiradentes, zona leste de São Paulo, precisava sair de casa às 3 horas da manhã para chegar no serviço às 7 horas. Morando no centro, agora tem tudo perto: escola para os netos, posto de saúde, hospitais e trabalho, não apenas para si, mas para todos os moradores da ocupação. Conta que muitos ali trabalham na própria região.

A situação aqui apresentada pela moradora é algo que rompe com o que é comumente imposto às famílias de baixa renda, pois o acesso à habitação digna por esse grupo é demasiadamente difícil. Assim como apontado por Kohara e Silva (2016), a dificuldade do trabalhador de baixa renda para acessar áreas urbanizadas, submete-o a situações de extrema precariedade, em áreas sem urbanização, com grande gasto de tempo e dinheiro ao deslocamento necessário para acessar os serviços e equipamentos públicos da cidade.

Se eu não estivesse aqui, estivesse em outro lugar? Eu seria diferente sim, mesmo por causa do que eu estaria pagando aluguel, entendeu? Eu estaria pagando aluguel, minhas filhas pagando aluguel, e você sabe que quando a família, os filhos não estão bem, a gente também não fica bem, né? E para mim seria muito mais difícil, para elas também, e pelo fato de a gente estar aqui as coisas se tornaram muito mais fácil. Então tenho certeza, se a gente estivesse morando lá, a gente não tinha pagado a dívida, não tinha não tinha pagado a dívida, não tinha comprado nada, não tinha feito nada e seria tudo mais difícil até para as crianças ir para a escola. (Djanira, 2022)

Djanira acredita que a maioria da população acha que os moradores das ocupações são desocupados, mas afirma que não é isso o que realmente acontece. Não ocupam o que é de alguém, não é invasão de um espaço que tem dono. Fazem o levantamento do espaço antes e verificam se os prédios têm donos, e se têm dívidas públicas. Ao entrarem nos prédios, não ficam desocupados, simplesmente querem uma casa, uma que possam pagar. Afirma que também não querem morar de graça, querem apenas algo que possam pagar, e a ocupação é, infelizmente, o único meio que encontraram para acessar algo que cabia no bolso.

A gente só quer simplesmente é ter um acesso para que a gente possa ter nossa casa com mais facilidade, entendeu? Nós não, também não queremos morar de graça, nós queremos pagar, nós queremos pagar pelo nosso espaço, só que o único meio infelizmente da gente conseguir é ocupando os espaços que estão vazios, cheio de ladrão, cheio de rato, cheio de bicho, cheio de tudo. Que até isso melhorou mais a cidade aqui. Entendeu? Depois dessas ocupações diminuiu a sujeira, a bagunça, os tráficos, entendeu? (Djanira, 2022)

Se precisasse sair da ocupação e tivesse a opção de atendimento habitacional, iria sem problema. Porém apenas se atendesse a todos os moradores, pois teria que atender a todos, e não apenas à família dela. Acredita que sem uma moradia fixa também não daria certo. Com uma “carta de aluguel” (auxílio aluguel), por exemplo, sabe que teria que pagar a diferença entre o recebido e o valor real do aluguel. Já quanto à opção da carta de crédito, sabe que teria que comprar um apartamento na periferia, pois o valor recebido nunca é suficiente para comprar algo no centro. Mas, mesmo achando que seria ruim, pois a vida no centro é mais fácil, iria. Se recebesse, aceitaria. Mas se pudesse ter a opção, gostaria que a ocupação fosse regularizada, pois já fez a vida ali. Sabe que se tivesse de se mudar, mudaria também toda sua vida e não apenas o endereço.

O relato de Djanira sobre uma eventual alteração de endereço carrega elementos que também estão presentes nos relatos dos outros entrevistados, ainda que em maior ou menor grau, sobre a vivência que tiveram, e que conhecem do que compõem a periferia.<sup>64</sup> A partir de pesquisa realizada com pessoas em áreas periféricas da Região Metropolitana de São Paulo, Feltran (2003, p. 85), ao tentar definir o conceito de periferia, explica que o conceito é cercado por “histórias de pessoas que vivem nesse terreno atravessado por necessidades, carências e privações [...]”. O autor complementa que a elaboração do conceito de periferia se dá de forma muito distinta entre indivíduos e espaços distintos, mas que têm sempre em comum a ausência de direitos humanos elementares. Afirma que “a busca pela política nesse cotidiano, que se inicia aqui, se dá, portanto, em terreno teoricamente marcado especialmente se pensado no referencial arendtiano, pelo mundo das necessidades”. (FELTRAN, 2003, p. 85)

Em relação à pandemia de Covid-19, Djanira diz que foi um período muito difícil devido às muitas perdas. Já na ocupação, conta que felizmente não houve nenhuma morte. Diz que Jô buscou muita ajuda externa para conseguir doações para as famílias do movimento. Tem a expectativa de que o mundo pós-pandemia traga vitórias, com empregos e empresas abrindo, e com novas oportunidades. Por estar morando na ocupação há tanto tempo, ela diz que o centro melhorou em relação a empregos durante esse tempo. As empresas passaram a ofertar mais empregos, pois

---

<sup>64</sup> Tanaka (2006) mostra que a ideia de periferia foi disseminada como local distante, marcado por pobreza e fisicamente malformado durante o período de ditadura militar, em meados da década de 1970, período em que o local estaria crescendo sem controle, comprometendo toda a cidade e contribuindo para o conceito de caos urbano. Esse entendimento justificou a contratação de diversos planos urbanísticos via financiamento federal. A mesma autora esclarece que, ainda que esse tenha sido o conceito difundido, a organização popular foi responsável por mostrar que esses eram problemas presentes sobretudo em regiões da cidade com maior concentração de população de baixa renda. Essa organização é também responsável pela realização de protestos contra as condições precárias das ditas periferias e pela luta por melhores condições de vida e de moradia. Segundo Boulos (2014), entre os conceitos que vêm à mente ao pensar em metrópole está o de “caos urbano”, ressaltando que não se deve esquecer que esse “caos” obedece a uma lógica e que essa lógica, ainda que seja irracional, é voltada aos interesses de uma minoria, de forma que sempre tem aqueles que perdem com o “caos”, mas também aqueles que se beneficiam dele.

diminuíam o custo com o transporte dos funcionários, já que eles passaram a contratar as pessoas que moravam no centro. Afirma ainda que as pessoas usam os mesmos serviços onde trabalham, movimentando a região.

Eu vivo hoje. Hoje eu cheguei, entrei aqui e tô (*sic*) aqui. Amanhã de madrugada eu saio e vou trabalhar, o que acontecer para mim aconteceu. Eu já tô (*sic*) assim, senhor tá nas tuas mãos, seja feita a tua vontade. Na rua eu sei que eu não vou ficar, né? Eu sei que o povo também não vai ficar, mesmo porque esse movimento que eu frequento, aqui da tia Jô, ele jamais deixa a gente na mão, o que dá para Pedro, dá para Paulo, dá para Francisca, para Chico, e se todo mundo se molhar, vai todo mundo se molhar, então eles não são aquele tipo de pessoa que, “ah, deu problema, vou abandonar o povo”, eles vão ficar ali. Não, então isso aí é uma confiança que os próprios moradores têm, que eles passam para a gente também. Essa segurança que a gente não vai ficar abandonado. Alguma coisa vai acontecer. (Djanira, 2022)

***Maria: Tem muitas regras, é um lugar bem organizado, só que é um lugar mais simples***

Da pequena cidade Cururupu, no Maranhão, Maria veio para São Paulo em meados de 2017. Inicialmente, foi morar com a mãe na ocupação José Bonifácio, saíram de lá para morar de aluguel, mas decidiu que queria morar sozinha. Pediu um espaço para Jomarina, que lhe ofereceu um na Ocupação Rio Branco, onde passou a morar. Conheceu o movimento de moradia através da mãe, que veio antes para São Paulo e era uma das coordenadoras, quando ainda morava na ocupação José Bonifácio. Acredita que a mãe ter vindo foi uma oportunidade para elas, pois o aluguel no centro era muito caro e não poderiam pagar.

Maria diz que sua vida mudou bastante depois de ir morar na ocupação, mas gosta mesmo das amigas que pôde fazer onde mora atualmente. Chama de “questão de interior”, pois se dá bem com as vizinhas e conhece todos. Não é como em um condomínio onde morou antes, onde ficava cada um em seu canto. Na ocupação tem a questão da ajuda mútua e da convivência. Já em relação à sua vida no Maranhão, conta que a maior mudança foram as oportunidades que apareceram, pois lá elas aconteciam apenas para quem tinha dinheiro, e em São Paulo teve como amadurecer, ser independente e ter as próprias responsabilidades.

Dividindo seu tempo entre trabalho e estudo, não consegue participar de muitas reuniões e atos do movimento, mas procura estar informada através do que é passado pelo grupo, justificando sempre suas ausências. Sobre a ocupação, gosta de que está tudo perto, metrô e ônibus, o que facilita a movimentação até o trabalho. Também aproveita os espaços públicos de lazer e parques da proximidade para passear com o cachorro. Para as pessoas com quem conversa, explica como é a vida em uma ocupação de moradia, sobre a organização e regras, e que é um lugar mais simples, no qual todo mundo depende de todo mundo, mas que não tem bloqueios em relação aos equipamentos da cidade, é apenas diferente de um condomínio.



Eles não querem que a gente fique mais aqui. Então eles vão fazer de tudo para dificultar o nosso, a nossa moradia aqui. Então vai ser como já aconteceu, de todo mundo pagar, tudo bonitinho e eles irem lá e cortar (energia elétrica) e a tia (Jomarina) ir na (*sic*) correria, com os advogados, pra ela tentar religar. Então é uma, é uma situação que ninguém quer passar, entendeu? É uma situação difícil, que em outro lugar isso não aconteceria, por exemplo. (Maria, 2022)

Se tivesse uma situação regularizada para onde ir, iria, por precisar. Maria diz que é muito grata ao movimento, pois foi uma ajuda quando mais precisou. Não tem condições de alugar um apartamento na região, mesmo se dividisse com a mãe. Se precisasse morar de aluguel, teria que ir morar em um lugar mais distante. Mas se a situação fosse outra, numa moradia definitiva, gostaria sim de ir morar em um local seu. Se a ocupação fosse regularizada, também gostaria de ficar. Gosta do movimento, pois ele ajuda a manter a organização e a regularidade nas moradias, o que possibilita que as pessoas façam outras coisas, como estudar e trabalhar. Ao refletir sobre a vivência no movimento, cogita que se fosse uma ocupação que não estivesse organizada por movimento social, apenas estariam no espaço morando, com a certeza de que ali não teria nada.

Se precisasse sair hoje da ocupação, iria procurar ajuda de algum dos amigos que moram na cidade para não ficar na rua, mas por vontade própria sairia apenas se tivesse um apartamento ou casa seus para ir. Acredita que a ocupação deveria ser regularizada. Pensa que se não estivessem lá, o espaço provavelmente seria utilizado para o uso de drogas, crimes, sujeira. Entende que o poder público, ao olhar para o espaço, deveria ver o que acontece dentro, que são pessoas, que trabalham, estudam e que querem apenas uma oportunidade. Dessa forma, o espaço serve até mesmo para a segurança das outras pessoas que moram e circulam pela região.

Em relação à pandemia, diz que as restrições impostas aos moradores foram bastante rígidas, restringindo acesso de visitantes e, num segundo momento, apenas para quem já tivesse tomado a segunda dose de imunizante. Os moradores também precisavam utilizar máscara para circular nas áreas coletivas, e em momentos de aglomeração, como nas assembleias. Ressalta como isso foi importante, pois a ocupação é cheia de crianças e idosos, e essa organização ajudou a proteger também da gripe ao diminuir a circulação geral de vírus.

[...] é um lugar muito importante e como eu te falei é muito importante para mim porque foi um lugar que me aceitou, que me acolheu, não tinha para onde ir, agora foi minha primeira morada sozinha, né? Eu não tinha outro lugar, antes eu morava com a minha mãe, então para mim era tudo muito fácil, hoje eu já tenho uma maturidade de como viver. Hoje eu já sei que quando quebram alguma coisa eu tenho que arrumar, quando falta uma coisa na minha geladeira eu tenho que comprar. Então eu tenho uma responsabilidade, então eu devo muito isso ao movimento. (Maria, 2022)

### 3.3 Impressões



Figura 26: Vista de dentro da Ocupação Luís Gama.

Fonte: Acervo próprio, 2021.

Ao analisar o conceito de cidadania, Dagnino (1994) enfatiza o entrelaçamento do significado de cidadania ao acesso à cidade, e como esse entrelaçamento vai ocorrer dentro dos movimentos organizados, entre eles, os movimentos de moradia. A autora destaca que na organização desses movimentos os direitos à igualdade e à diferença constituem base fundamental para a emergência de uma “nova noção de cidadania” (DAGNINO, 1994, p. 103). Dagnino vai discutir inclusive se não há maior necessidade, e importância de debater o tema da cidadania, quando em momento de agravamento de crise econômica, visto que o ordenamento social da sociedade é pautado dentro de um autoritarismo social, estabelecido pela elite econômica, ao qual também se deve o quadro de miséria a que se chegou na sociedade.

As entrevistas realizadas com lideranças e moradores das ocupações Rio Branco e Luís Gama apontam para a ampliação do conceito de cidadania, obtida através da participação ativa no movimento de moradia organizado, não apenas ampliação relacionada ao significado do próprio conceito de cidadania, e do que isso significa para eles a partir das conquistas relatadas, mas também em relação ao quanto os moradores sentem ter efetivamente conquistado desde que ingressaram no movimento de moradia. As conquistas apontadas pelos entrevistados dizem respeito ao aprendizado continuado sobre seus direitos básicos. Passaram a incluir temas que vão além da moradia, como estrutura básica de proteção física, emprego, saúde, educação, etc.

Da mesma forma, ocorre a relação entre luta e conquista, pois aprenderam sobre direitos já estabelecidos na Constituição Federal de 1988, e a luta da qual participam é justamente para garantir o que já lhes deveria ser garantido. Telles (2013) coloca a relação que usualmente se têm ao se naturalizar determinadas desigualdades:

[...] para o trabalhador, na ausência das garantias que os direitos deveriam prover, o mercado parece operar com aleatoriedade própria dos fenômenos da natureza, e as adversidades do emprego e do desemprego tendem a se confundir com os azares de cada um. Nesse caso, o problema todo está precisamente na ausência de uma medida a partir da qual necessidades e interesses possam ser formulados como direitos. (TELLES, 2013, p. 102)

As falas dos entrevistados mostram que os moradores não enxergam a ocupação de moradia como o espaço final onde pretendem viver, ainda que todos afirmem que, se pudessem, ficariam no espaço de forma permanente. Também esteve presente nas entrevistas a informação de que desejam conquistar uma moradia regularizada, registrada oficialmente em seus nomes, de forma que não corressem o risco de perdê-la de uma hora para outra<sup>65</sup>. Tais falas mostram que os moradores já não fazem parte do grupo de pessoas que são descritos por Telles (2013), pois têm consciência da desigualdade na qual estão inseridos, têm consciência de que não lhes foi arbitrariamente atribuído tal lugar na sociedade. Os moradores organizados pelos movimentos sociais sabem pelo que lutam, e lutam por saber que a conquista pode vir se houver rompimento com o que lhes foi imposto pela sociedade, e pelo sistema desigual que favorece alguns, enquanto eles precisam ocupar um edifício na tentativa de conseguir uma moradia pela qual possa pagar.

Esses ganhos com a luta social também são apresentados por Kohara e Silva (2016) defensores de que “é na disputa pelo direito à cidade e nas diversas mobilizações que os movimentos sociais desenvolvem estratégias de formação na ação, e se apropriam de conhecimentos sobre as origens das desigualdades e as formas de sua superação” (2016, p. 519). O estudo dos autores tinha o objetivo de apresentar que essas ações, que são realizadas pelos movimentos de moradia sociais e organizados, resultavam também no processo de formação, aprendizado e apropriação, por parte dos moradores, de forma que se têm a conscientização desses moradores, a partir do processo de aprendizado,<sup>66</sup> sendo essa conscientização algo que não é banal, mas uma “consciência do real”. (FREIRE, 1981 in KOHARA e SILVA, 2016, p. 521)

---

<sup>65</sup> Essa forma de lidar com possíveis alterações, que os moradores entrevistados apontam, de certa forma é analisada por Sader (1998, p. 69). Ao estudar a experiência da vida urbana para os trabalhadores urbanos nas décadas de 1960 e 1970, o autor reflete sobre como ocorreu a incorporação do enfrentamento dos longos períodos e distâncias nos trajetos entre casa e trabalho, e como isso se torna um fator a mais de transformação da paisagem urbana, que marca as vidas das famílias trabalhadoras por constantes alterações, afirmando que a passagem por essas constantes alterações não significa “que eles não procurassem se fixar, e mais que isso, fixar na paisagem urbana as marcas de sua presença”.

<sup>66</sup> O conceito de aprendizado é explorado pelos autores a partir da conceituação de Paulo Freire, na qual o aprendizado não é algo espontâneo, mas crítico. O tema é definido também em Massimetti

A conscientização crescente atua como organizadora das estratégias de transformação social, pois incorpora características da sociedade contemporânea, onde “a desigualdade econômica, a miséria, a fome são os aspectos mais visíveis de um ordenamento social presidido pela organização hierárquica e desigual do conjunto das relações sociais” (DAGNINO, 1994, p. 104), possibilitando o rompimento do que se tem, e a emergência de sujeitos sociais que não aceitam a noção de lugar imposto a eles. Ao mesmo tempo, busca a ampliação do espaço político e cultural a que têm acesso. Através desse rompimento e da busca constante, atuam continuamente na construção de um conceito de democracia e cidadania que também os contemplem.

Dagnino (1994) apresenta o resultado de uma pesquisa realizada sobre o que constituiria um país democrático: 60% dos entrevistados apontaram que o mais importante seria o tratamento igual para brancos, negros, homens, mulheres, ricos e pobres. Esse resultado não difere das falas dos entrevistados, onde fica explícito não apenas o desejo por uma moradia com um preço justo, pela qual possam pagar, mas também a conquista dos outros direitos: trabalho, estudo, saúde, etc. Os moradores, ao externar que gostariam de continuar morando nas ocupações, sempre destacam as possibilidades que o centro da cidade oferece em relação a esses direitos. Os entrevistados apontam para a percepção da conquista do direito a ter direitos, a qual os fez entender que a eles também é permitido se expressar e protestar, organizar-se e enfrentar a desigualdade social.

Sobre a noção de democracia e sociedade trabalhada dentro das ocupações estudadas, as entrevistas revelam o entrelaçamento entre as famílias e o movimento de moradia. A relação entre os moradores dos prédios e o coletivo de moradia aparecem em mais de uma ocasião, como um detalhe importante para a vida cotidiana, não apenas pela coleta e distribuição de cestas básicas e produtos de higiene, o que já determinam como fundamental para a sobrevivência durante o período pandêmico de 2020 a 2022. Relatos sobre as várias ocasiões em que os próprios moradores ajudam a olhar os filhos uns dos outros para que os pais trabalhem, ou a necessidade de escuta que encontram entre vizinhos, explicitam a necessidade latente ao ser humano de criar vínculos.

Entre as questões presentes nas entrevistas dos moradores das ocupações, constava uma acerca das possibilidades do futuro. De forma simples, eram questionados sobre o que esperavam do futuro, e se mudariam de endereço, caso lhes fosse oferecida uma moradia regularizada, ou se permaneceriam mesmo que na condição de irregularidade e preconceitos impostos pela ocupação. As respostas a

---

(2022, p. 79): “É preciso criar as condições necessárias para o desenvolvimento da aprendizagem crítica, demandando do educador criatividade, curiosidade, humildade e persistência. Quando isso ocorre, os educandos se apropriam do processo, assumindo o lugar de sujeito junto ao educador e observando sua criticidade, criatividade e ação frente à situação estabelecida. [...] O essencial nessa relação, assim como em outras que envolvam autoridade e liberdade, é que o ser humano se reinvente no aprendizado de sua autonomia.”

essas perguntas demonstravam a ausência de surpresa nos moradores ao serem questionados sobre o tema. Kapp (2020, p. 5/32), ao debater as motivações da entrevista aliada à pesquisa em planejamento, arquitetura e urbanismo, apresenta que ela precisa indicar “uma lacuna a ser preenchida”, de forma a possibilitar contribuições ao conhecimento compartilhado e não apenas satisfazer curiosidades do entrevistador. As respostas dos moradores nesse tema são indicativas de que a reflexão sobre seu futuro e moradia não é algo banalizado por eles, já tendo sido maturado por perspectivas que apontam, além do sentido de coletividade e o anseio de segurança, a constância nas ações que não são resolvidas com imediatismo. Os moradores sempre apresentam que gostariam de regularizar sua situação de moradia, mas desejam que isso ocorra para todos que moram ali. Desejam continuar morando na mesma região, pois sabem da vantagem apresentada pela área central da cidade. Mas aceitariam uma moradia, desde que definitiva, em outra região da cidade, se fosse necessário. Desejam criar suas famílias em segurança, mas preferem continuar na luta para uma conquista coletiva, ainda que isso leve mais tempo.

Os moradores mostram que a reflexão acerca da situação em que estão inseridos não é banalizada, mas é algo trabalhado por eles no dia a dia de sua vivência, estando em um coletivo organizado e socialmente ativo. Ainda que tal experiência não possa ser generalizada, pois os próprios entrevistados afirmam que o conhecimento vem para quem o busca, assim como os resultados dentro dos movimentos de moradia, é algo incentivado para todas as pessoas que fazem parte do coletivo.

A conscientização das famílias, que integram os movimentos sociais e que lutam por moradia, contribui também para barrar as constantes tentativas de desmobilização das políticas públicas. Os participantes dos movimentos, com seus atos e manifestações, tentam mostrar à sociedade suas motivações para o ato de ocupar, de forma que não se permitem, e não permitem aos outros, aceitar a miséria como paisagem. Feltran (2003), ao analisar a ideia da miséria como paisagem, explica a importância na difusão desse conceito para a desmobilização de políticas públicas, afinal “não há alternativa política de transformação, se o caminho de compreensão for por aí, e resta apenas a possibilidade de gerir as desigualdades e tragédias, via assistencialismo e polícia” (FELTRAN, 2003, p. 89). O autor vai se apoiar ainda em Vera Telles (2001)<sup>67</sup> que introduz a metáfora da pobreza como algo externo, algo que não poderia ser solucionado e, portanto, é apenas gerido e não combatido.

---

<sup>67</sup> “A questão da pobreza permanece e persiste desvinculada de um debate político sobre critérios de igualdade e justiça (...) a tradição cobra e continua cobrando seus tributos numa espécie de linha de sombra em que se confundem direitos e ajuda, cidadania e filantropia, ao mesmo tempo em que se repõe essa espantosa indiferença diante do espetáculo da pobreza, que tanto caracteriza a sociedade brasileira. (...) Nessas formas de encenação pública, a pobreza é transformada em paisagem que lembra a todos o atraso do país (...) como paisagem, essa pobreza pode provocar a compaixão, mas não a indignação moral diante de uma regra de justiça que tenha sido violada.” (TELLES, 2001, p. 31 e 32 In FELTRAN, 2003, p. 89)

Em relação a essa conscientização, as falas dos entrevistados apontam constantemente para um avanço, estabelecido pelos próprios moradores, que se percebem como mais informados e capazes de compreender os assuntos concernentes a sua situação no mundo, à desigualdade a que são submetidos e à forma de resistência escolhida por eles para o enfrentamento dessas desigualdades.

Telles (2013) considera, ainda, que se os direitos deveriam impor limites para o funcionamento do mercado, as políticas sociais deveriam garantir as condições de sobrevivência dos que estão fora do mercado - estando eles fora do mercado de trabalho de forma temporária ou definitiva - de forma que tais pressupostos são estruturados em torno da questão do trabalho. A autora incorpora ainda a argumentação de Claus Offe (1989) de que “na ausência de direitos e políticas sociais, o mercado tende a destruir o potencial produtivo da força de trabalho, a desestruturar formas de vida das quais depende a sua reprodução [...]” (TELLES, 2013, p. 100), de forma a esclarecer a afirmação: “o trabalhador só se transforma em trabalhador assalariado quando se torna cidadão.” (TELLES, 2013, p. 100).

Essa não transformação em cidadão é o que a autora vai utilizar para colocar em foco a dinâmica da sociedade atual, uma vez que diz respeito a um mundo no qual os direitos não se fazem regra, e onde a justiça não é utilizada ou reconhecida com capacidade para garantir direitos quando ocorre a quebra das regras de equidade. Telles (2013) defende ainda que este é um mundo no qual os sofrimentos cotidianos podem “ser traduzidos (e desprivatizados) na linguagem pública da igualdade e da justiça” (TELLES, 2013, p. 107). A não transformação em cidadão é, na compreensão da autora, uma chave para compreender as relações entre trabalho e pobreza.

A relação entre casa e trabalho apareceu em diversas das entrevistas realizadas, os moradores contam trabalhar próximo à ocupação onde moram, ou mesmo dentro das ocupações e em parceria com o movimento de moradia. Contam que seus vizinhos também têm essa relação de proximidade entre moradia e trabalho. As falas nas entrevistas afirmam que a moradia no centro representou maior facilidade para que as pessoas, antes desempregadas, conseguissem novos empregos. Outros argumentam que, ainda que trabalhem em outras regiões da cidade, têm o deslocamento facilitado devido à quantidade e variedade de transportes públicos disponíveis na região próxima às ocupações de moradia.

As relações entre a situação de moradia, trabalho, educação e saúde foram citadas como algo que foi otimizado ao passarem a viver em uma ocupação de moradia. Tais afirmações são relativas às vivências anteriores, quando moravam em outras áreas e muitas vezes precisavam escolher qual necessidade básica seriam capazes de arcar financeiramente em determinados momentos. Ao se estabelecer na região central, a oferta de serviços se faz de forma muito abundante, em especial, quando comparado às áreas periféricas mais carentes. Morando no centro, ou próximo a ele, os moradores passam a conseguir acessar os vários serviços públicos de forma mais regular, sem o ônus de grandes deslocamentos. Quando se retira, das necessidades

regulares com que esses moradores precisam arcar, o ônus do alto valor de aluguel na cidade de São Paulo, os benefícios da área central são sempre ressaltados.

Outro aspecto presente nas falas dos moradores diz respeito ao impacto que as ações dos movimentos têm nas mulheres, tanto na ampliação de uma rede de apoio para as mulheres que vivem sozinhas, e para as mães-solo, quanto para o empoderamento e percepção interna das mulheres que ocupam posições de liderança. Ainda que caiba um olhar mais apurado relativo às motivações que colocam essas mulheres em posições de liderança, e da consequente sobrecarga que isso apresenta no dia a dia dessas mulheres, no movimento, esse protagonismo feminino é percebido como uma ampliação da capacidade de comunicação e poder que essas mulheres passam a ter, muitas vezes tendo saído de situações de violência doméstica, elas passam a ter controle sobre suas ações e as de suas famílias.

O quadro de entrevistados também aponta para a concentração de migrantes e imigrantes presentes nos movimentos e nas ocupações de moradia, situação já faz apontada, entre outros, por Kohara (2013). Pesquisa realizada em 2013 nos cortiços da área central apontava que 38% das famílias pesquisadas eram imigrantes latino-americanos (KOHARA, 2013). Já em relação aos migrantes, essa concentração foi ainda maior entre os entrevistados, sendo que 7 dos 10 entrevistados vieram do Nordeste diretamente para São Paulo e, após viverem em outras regiões da cidade de São Paulo, entraram para o movimento e passaram a viver nas ocupações estudadas.

Considerações  
Finais



Por que ocupamos? Ocupamos pelo direito aos legítimos direitos injustamente negados, sonegados. [...] Ocupamos e ocuparemos a história esquecida, sem memória, a que não se ensina na escola, porque edificamos tudo que aí está, porque nunca paramos de lutar e trabalhar. Somos muitos somos tantos e tantas diversidades amplas [...] não desistiremos, temos fibra e orgulho de saber que somos trabalhadores [...] (Lene Souza, poeta e membro de MTST in BOULOS, 2014).

Desde o início, o objetivo da pesquisa foi realizar uma leitura de cidade a partir da perspectiva dos protagonistas da luta por moradia. Em função disso, a escolha metodológica teve como foco a pesquisa empírica e, portanto, o ponto de partida foi o acompanhamento de movimentos sociais organizados, que lutam por moradia digna, na cidade de São Paulo. Ainda que esse acompanhamento tenha sido iniciado em 2019, antes mesmo da formulação do projeto de pesquisa, houve também a necessidade de retomada histórica, de forma a contextualizar o território no qual estão inseridas essas pessoas e suas lutas.

Em relação ao referencial teórico, felizmente é crescente a quantidade de estudos voltados aos movimentos organizados de moradia. Com diversas perspectivas e objetivos, é interessante notar, nos discursos acadêmicos, a utilização dos imóveis ociosos como parte de uma possível reinserção deles às condições de legalidade. A discussão sobre a necessidade efetiva de uso do solo e de edifícios ociosos também tem estado cada vez mais presente, em seminários, discursos políticos, pareceres jurídicos, notícias, etc.<sup>68</sup> Ainda assim, é necessário que seja realçada a importância do trabalho de campo, pois foi o determinante para o estabelecimento das fontes primárias e secundárias da pesquisa. Os materiais produzidos pelos movimentos sociais, como jornais, informativos, livros de poesia e memória, também foram essenciais para que se pudesse realizar o registro das ações do MMCR e da FLM, a partir da vivência real, através do relato de lideranças e militantes.

Também foi utilizada a grande imprensa, federal, regional, e municipal, como fonte de pesquisa. O acompanhamento das notícias e reportagens foi uma interessante ação para visualizar as alterações como os movimentos e ocupações eram retratados, de acordo com o período em que ocorriam. Nesse ponto, é interessante notar o fato de que, mesmo após a decisão de não prorrogar, por completo, a liminar que determinava um período de transição entre o momento pandêmico, quando foi determinado que não poderiam ocorrer despejos enquanto durasse a pandemia de Covid- 19, foi definido pelo STF que o processo de mediação existente antes de eventuais reintegrações e desocupações, deveria ser ampliado devido ao ainda “grave quadro de insegurança habitacional”. (BARROSO, 2022)

---

<sup>68</sup> A divulgação dos dados preliminares do Censo 2022 apontando um enorme crescimento no número de domicílios vagos tem incentivado esse debate (<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37238-pais-tem-90-milhoes-de-domicilios-34-a-mais-que-em-2010>).

Embora as desocupações violentas, com uso de força policial e sem ordem judicial, não tenham cessado, as reportagens noticiadas têm tido maior interação com moradores e lideranças dos movimentos sociais. Passou-se a dar espaço também às reivindicações dos movimentos e seus participantes e não apenas o contraponto da utilização indevida da propriedade privada de outrem. Dessa forma, são mais comuns reportagens que apontam as ocupações como forma de se fazer cumprir a função social do edifício, ou que relacionem os números de edifícios vazios com população sem teto, como na reportagem do jornal O Globo (MARTINS, 2023), na qual se noticia a transformação do antigo hotel abandonado em moradia popular.

Diversos pontos que foram tratados, ao longo desta dissertação, merecem destaque, entretanto, escolho aqui por ressaltá-los a partir de duas categorias: período de ocupação e expectativas.

Dentro da categoria relativa ao período, a primeira questão diz respeito às situações a que ficam submetidas as famílias de baixa renda em função das várias alterações nas gestões governamentais, sejam elas municipais, estaduais ou federais. No ciclo recente, as políticas públicas de moradia foram fortemente impactadas por essas mudanças, assim como as políticas sociais, como a de transferência de renda.

Tais situações são afetadas não apenas em momentos de mudança de gestão, mas estão sujeitas à ideologia e às prioridades do governo de turno, que podem manter o diálogo com os moradores e lideranças das ocupações de moradia, ou interrompem esse diálogo e determinam a reintegração de posse do imóvel e conseqüente despejo das famílias, independente das condições e possibilidades dessas famílias. Essa tem sido a realidade recorrente na região central, onde as várias propostas de intervenção – ou requalificação ou revitalização - tem como princípio a remoção da população moradora na área.

Obviamente, ainda é necessário um avanço real na forma como as famílias vinculadas aos movimentos sociais de moradia são tratadas. É interessante notar que, na grande mídia, os movimentos saem de um período (meados de 2018/2019), no qual houve grande perseguição das suas lideranças, e mesmo aprisionamento, para uma retomada da expectativa positiva de novas conquistas no campo habitacional através dos diversos programas públicos, nas esferas federal e municipal, entre 2021 e 2022. Ainda que não tenha sido esse o tema tratado na pesquisa, a questão pode ser estudada futuramente, uma vez que essas variações constituem um indicativo interessante de ser analisado.

Ainda sobre o período em que se inserem as ocupações, merece destaque o tempo durante o qual foi desenvolvida esta dissertação, em grande parte ao longo de isolamento social, em decorrência da Covid-19. O período de isolamento, ainda que tenha dificultado ações como reuniões e atos realizados pelos movimentos de moradia, não representou uma interrupção dessas ações. As lideranças definiram medidas de segurança a serem implementadas em cada ocupação e foi possível notar que foram todas tranquilamente acatadas pelos moradores. O uso de

máscaras passou a ser algo regular, assim como as doações pedidas e recebidas deixaram de ser apenas de alimentos, passando a incluir produtos de limpeza e higiene pessoal.

Instalação de pias nas áreas do acesso principal das ocupações do MMCR, regulamentação de entradas e saídas, utilização de máscaras, e diminuição de circulação nas áreas comuns são ações que ocorreram também em ocupações de moradia de outros movimentos organizados. Segundo estatísticas que foram noticiadas ao longo do período de altas ocorrências de morte, em decorrência da infecção do vírus, as populações mais afetadas sempre foram concentradas na população pobre. O MMCR anuncia felizmente que não fizeram parte dessa estatística.

Esse fato pode ser tomado como exemplo do impacto positivo que um movimento organizado tem nas famílias filiadas, pois é regido por regras às quais as famílias estão submetidas, de forma que o que é válido para um é para todos. O que, neste caso, possibilitou que essas famílias recebessem auxílio e mantivessem seu teto, durante todo período da pandemia.

Ainda sobre as ações realizadas devido à Covid-19, houve também reforço nas ações entre os movimentos sociais. A campanha contra as reintegrações de posse e desocupações forçadas, reuniu diversos movimentos de moradia, mas também outros atores na Campanha Despejo Zero. Essa campanha em especial ampliou a rede de contribuições entre os movimentos. Foram realizados atos com a utilização de máscaras, contribuição importante em meio a tanto negacionismo espalhado durante o período. A campanha possibilitou ainda a ampliação dos debates sobre as reintegrações, especialmente durante a pandemia, visto que a proibição dos despejos, realizados a partir da PL 827/2020, só foi possível após Câmara dos Deputados e Senado Federal derrubarem o veto do então presidente Bolsonaro (2018-2022).

Um segundo item que merece destaque são as expectativas, amplamente apontadas ao longo da realização desta pesquisa.

As expectativas dos moradores das ocupações de moradia de São Paulo entrevistados durante a pesquisa apontam para uma necessidade de definições, sobretudo em relação à permanência. Os relatos apresentados mostram que a ocupação de moradia é realizada para prover um teto para as famílias que não conseguem arcar com os altos custos do aluguel ou de um financiamento. Mas a ocupação é também um estágio intermediário para a conquista de uma moradia definitiva, regularizada e devidamente registrada em seus nomes. A ocupação de moradia é formada principalmente por essas famílias, e não pelo prédio em que está inserida, sendo esse apenas o meio que as famílias encontraram para prover suas moradias.

Ainda que as ocupações de moradia organizadas sejam realizadas dessa forma, a complexidade de atuação dessas famílias é algo com a qual também é preciso lidar. As famílias desejam uma casa regularizada, mas têm consciência plena de que não podem esperar a conquista da casa imóveis e sem luta. Sabem que a casa própria não será conquistada através do mercado imobiliário formal. Atuam, então, para que a conquista venha através de políticas públicas de moradia. Ao mesmo tempo, as famílias que ocupam sabem que não querem, e não podem, ser despejadas. O despejo para elas representa o ápice da insegurança, pois ao serem retirados das ocupações sobra apenas a rua, ou um aluguel em região afastada do centro da cidade, afastando-as do local onde há maiores possibilidades de emprego. Isso sem falar que as despesas com aluguel, muitas vezes, utiliza o dinheiro que seria usado para a compra de mantimentos, remédios, material escolar, etc.

Ao participarem do movimento de moradia, as famílias também passam a ter expectativa de conquista de outros direitos básicos, muitos dos quais desconheciam, como saúde, educação e transporte. As famílias passam a ter consciência do direito universal que lhes é garantido na Constituição Federal e passam a fazer parte de suas agendas pessoais, e das reivindicações dos movimentos. As crianças passam a ser rodeadas pela expectativa de conclusão da fase escolar, pois é obrigatório aos pais filiados ao MMCR que todas as crianças que moram nas ocupações estejam matriculadas na escola. Aos jovens é incentivado o trabalho e o ingresso no ensino superior. Dentro do coletivo de moradia, há uma preocupação em possibilitar o primeiro emprego, ou o emprego de ressocialização para os moradores dos movimentos que precisam desse auxílio, que não é facilmente fornecido por outros empregadores.

A divisão de tarefas também acontece de forma mais condizente com a realidade de todos. Por ser um grupo com grande quantidade de mães solo, não há espaço para dúvidas acerca da capacidade que as mulheres têm ou não de realizar tais tarefas, o que pode levar à sobrecarga nas funções das mulheres, mas que funciona também como espaço de proteção, visto que a agressão doméstica é motivo de expulsão das ocupações.

Nas reuniões da FLM, as expectativas em relação à conquista da moradia regularizada são incentivadas desde o momento de convite às pessoas para integração nos grupos de base. Quando um grupo conquista a concessão de uso, reforma de um edifício ou unidades em edifícios construídos através de políticas públicas, todos comemoram juntos. As conquistas também são coletivas uma vez que a luta é coletiva. Com isso, o que é conquista de um acaba sendo de todos, pois representa uma pessoa a menos sem casa.

Para novos membros, existe a necessidade de preparo e instrução, uma vez que a consciência sobre os direitos e expectativas não é rápida e sim uma luta que se faz ao longo de muitos anos. Entretanto, algo que é comemorado em cada conquista é a moradia que se tem, pois a cada dia que passa sem que haja uma reintegração de

posse é um dia a menos que as famílias precisarão ficar nas ruas. Os programas públicos de construção e reforma de edifícios também são conquistas dos movimentos sociais, pois cada programa criado ou mantido é fruto de muita luta e negociação entre movimentos sociais de moradia, assessorias técnicas e governos (municipal, estadual e federal).

Um último destaque fica a cargo da amplitude do tema “luta por moradia digna”. O trabalho, tema abordado em diversas das entrevistas realizadas, é algo intrinsecamente conectado à luta por moradia e às ações dos movimentos sociais organizados, conforme verificado ao longo da pesquisa. A luta por moradia surgiu da luta por trabalho e segue sendo determinada pela questão do trabalho, pois os envolvidos no movimento são parte da classe trabalhadora, porém uma classe de trabalhadores explorados e marginalizados dentro das relações produtivas, cujo baixo rendimento não garante o acesso à moradia digna via mercado formal. Os levantamentos e a pesquisa realizados nas ocupações apontam para uma enorme informalidade dos empregos dos moradores das ocupações, estando ainda mais latente na ocupação Luís Gama, a mais recente delas.

Os temas relativos à saúde, educação, transporte e oportunidades em geral também ressaltam a multidisciplinaridade na qual está inserida a luta por moradia. A luta por moradia digna realizada pelos movimentos sociais organizados estudados é apenas uma face exposta da luta de classes, na qual os interesses são contraditórios àqueles da classe dominante. São mantidos, assim, os conflitos e acusações, independentemente de estarem os movimentos de moradia apontando a ilegalidade que se têm na propriedade, como bem absoluto, e a não garantia do direito à moradia, direito que deveria ser universal.

As lutas que são travadas pelos militantes por moradia na região central de São Paulo é, portanto, cercada de incertezas e inseguranças, mas é necessária. A luta é realizada pela necessidade extrema, e é feita a partir da resistência dos militantes, que se recusam a permitir que os edifícios permaneçam vazios, enquanto pessoas vivem nas ruas. A luta é realizada por emergência, pois a necessidade de abrigo não é algo que pode esperar. O atendimento habitacional, realizado através de programas públicos de provimento habitacional, representa anos de permanência na fila de espera, e uma moradia provisória também não é o produto esperado pela luta. A luta por moradia é resistência, feita a partir de ações dos grupos de militantes, trabalhadores pobres e sem-teto, que se recusam a serem esquecidos e relegados às necessidades de acúmulo do capitalismo. São pessoas que veem nas ocupações um meio, não um fim. A luta por moradia é, para os militantes, o próprio existir, pois travam uma luta diária para viabilizar sua própria existência na cidade. Entendem a luta por moradia como uma necessidade, visto que, nas palavras dos próprios protagonistas: “Quem não luta, está morto”.

Agora mesmo  
eu cheguei e falei:  
nossa eu tô na minha casa!  
Nossa que delícia.  
(Abigail, 2023)

## Referências

AFFONSO, Elenira A. (2010) Teia de relações da ocupação do edifício Prestes Maia. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo- USP.

ALFONSIN, Betânia. et.al. (2021). Da nova lei de regularização fundiária à extinção do ministério das cidades: um *continuum* de derrotas para o direito à cidade no Brasil. In: D’OTTAVIANO, Camila; CARDOSO, Adauto orgs. (2021). Habitação e direito à cidade: desafios para as metrópoles em tempos de crise. [recurso eletrônico] Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, pp. 51-76.

AMORE, Caio; SHIMBO, Lúcia; RUFINO, Maria Beatriz. orgs. (2015). Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital.

AQUINO, Carlos Filadelfo. (2008). A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP.

BARBON, Ângela L. (2018). Atendimento habitacional social: produto ou serviço? Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP.

BARBOSA, Benedito Roberto. (2014). Protagonismo dos movimentos de moradia no centro de São Paulo: trajetória, lutas e influências nas políticas habitacionais. Dissertação de Mestrado. Santo André: Universidade Federal do ABC.

BLIKSTAD, Karin. (2021). Movimentos de pessoas pobres e o exercício de mediação na implementação do programa associativo Minha Casa Minha Vida- Entidades. In: TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia. orgs. (2021). Movimentos sociais e políticas públicas. São Paulo: Editora Unesp.

BLOCH, Janaina. (2007). O direito à moradia: um estudo dos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP.

BONDUKI, Nabil. (2017). Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp.

BOULOS, Guilherme. (2014). Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci.

BRAGA, Ruy. (2017). A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul Global. São Paulo: Boitempo.



BRASIL. (2001). Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade e legislação correlata.

BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. (2009). Lei nº 11.977. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. (revogada)

BRASIL. (2017). Lei nº 13.465. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana.

BRASIL. (2021). Lei Federal nº 14.118. Institui o Programa Casa Verde e Amarela. (revogada)

BRASIL. (2021). Lei nº 14.216. Estabelece medidas excepcionais em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2, para suspender o cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público.

BRASIL. (2023). Lei nº 14.620. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.

BRASIL. (2023). Instrução Normativa nº 28. Regulamenta o Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades (MCMV-Entidades).

CALDEIRA, Teresa. (2016). Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp.

CAMARGO, Camila. (2010). Habitação coletiva popular na área central de Campinas: tendências e caracterização. Dissertação de Mestrado. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos-USP.

CAMPOS, Candido Malta. (2004). Construção e desconstrução do centro paulistano. *Ciência e Cultura*, nº 2, vol. 56, abril/maio/junho. Campinas: UNICAMP, pp. 33-37.

MASSIMETTI, Flávia. (2022). Diálogo e política: a influência de Paulo Freire no campo popular da arquitetura e urbanismo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP.

CAMPOS, Gustavo. (2019). Função social da propriedade na escala da metrópole: construção de uma política fundiária e atuação do Departamento de Controle da Função Social da Propriedade na cidade de São Paulo (2013-2016). Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

COMIN, Álvaro. Introdução: Diagnóstico, oportunidades e diretrizes de ação. In: Empresa Municipal de Urbanização – EMURB. (2004). Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo / São Paulo, pp. XVII-XLV.

DAGNINO, Evelina. (1994). Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina. (1994). Anos 90 - Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, pp. 103-115.

DAL'BÓ, André. (2018). Luta social e a produção neoliberal do espaço. In: BARROS, Joana; DAL'BÓ, André; RIZEK, Cibele. orgs. (2018). Os limites da acumulação, movimentos e resistência nos territórios. São Carlos: Instituto de Arquitetura e Urbanismo-USP, pp. 113-120.

DIOGO, Érica. (2004). Habitação social no contexto da reabilitação urbana da Área Central de São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo- USP.

D'OTTAVIANO, Camila. (2019). Abrindo janelas: alternativas para a moradia no Brasil. Tese de Livre-Docência. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP.

D'OTTAVIANO, Camila. org. (2021). Habitação, autogestão e cidade. [recurso eletrônico] Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles.

D'OTTAVIANO, Camila. (2021). Moradia, emergência e resistência. In: LIMONAD, Ester; MONTEIRO, João; MANSILLA, Pablo. orgs. (2021). Planejamento territorial: reflexões críticas e práticas alternativas. São Paulo: Editora Max Limonad.

DUARTE, Claudia. (2021). Pé e fé na caminhada: povo em movimento na produção do espaço urbano paulistano. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP.

EQUIPE TÉCNICA PEABIRU. (2021). Ocupas Centro: Rio Branco 53. Trabalho não publicado. São Paulo: Peabiru TCA.

FELTRAN, Gabriel. (2003). Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-UNICAMP.

FRÚGOLI JR., Heitor. (2000). Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez: Editora da Universidade de São Paulo.

GOHN, M. G. (1991). Movimentos Sociais e lutas pela moradia. São Paulo: Edições Loyola.

GRANDA, Marcela. (2018). Moradias invisíveis. Trabalho Final de Graduação. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP.

GUERREIRO, Isadora; ROLNIK, Raquel. (2020). Regularização fundiária Verde e Amarela: endividamento e precariedade. São Paulo: LabCidade. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/regularizacao-fundiaria-verde-e-amarela-endividamento-e-precariedade/>>. Acesso em fev. 2021.

HARVEY, David. (1982). Os limites do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

DAVID, Harvey. (2014). Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes-selo Martins.

KAPP, Silke. (2020). Entrevistas na pesquisa sócio-espacial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.22, e202006. Belo Horizonte: UFMG.

OLIVEIRA, Francisco. (1999). Privatização do público, destituição da fala e anulação política: o totalitarismo neoliberal. In: Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis/São Paulo: Vozes, FAPESP, NEDIC.

KOHARA, Luiz T. (2013). As contribuições dos movimentos de moradia do centro para as políticas habitacionais e para o desenvolvimento urbano do centro da cidade de São Paulo. Relatório Científico Final de projeto de pós-doutorado, financiado pela Fapesp. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP.

KOHARA, Luiz; SILVA, Marcos. (2016). Processos de formação e aprendizagens promovidos pelo programa urbano nos movimentos de moradia em São Paulo. *Revista e-Curriculum*, v.14, n.02, abr./jun.2016. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo –São Paulo: PUC/SP, pp. 519-544.

KOWARICK, Lúcio. (2007). Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas. São Paulo: Lua Nova. 70, 171-211.

KOWARICK, Lúcio. (2009). Viver em risco. São Paulo: Editora 34.

LAGO, Luciana. (2012). Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles.

LEFEBVRE, Henri. (2011). O direito à cidade. São Paulo: Centauro.

LEITÃO, Karina. (2009). A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento: um estudo sobre o PAC no estado do Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do país. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de Arquitetura e Urbanismo-USP.

LEWIS, Arthur. (1954). Economic Development with Unlimited Supplies of Labour. In: AGARWALA, H. N; SINGH, S.P. (eds.) The economics os Underdevelopment Bombay, Oxford University Press, pp. 400-449.

LIMA, Márcia. (2016). O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: ABDAL, Alexandre et. al. (2016). Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP.

LINS, Regina. (2008). A Regularização Fundiária como Reconhecimento de Direitos: os empreendimentos residenciais Vila Emater II e Vista Atlântica. In: VALENÇA, Márcio M. (org.). (2008). Cidade (i)legal. Rio de Janeiro: Mauad X, v. 1, p. 219-241.

LUFT, Rosangela. (2021). Regularização da propriedade ou propriedade da regularização. In: D’OTTAVIANO, Camila; CARDOSO, Aduino orgs. (2021). Habitação e direito à cidade: desafios para as metrópoles em tempos de crise. [recurso eletrônico] Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, pp. 29-50.

MAIOR, Jorge. (2013). A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, pp. 83-86.

MACHADO, Eliel. (2009). Lutas sociais e movimentos populares na América Latina: notas para um debate. VI Colóquio Internacional Marx Engels, novembro de 2009. Campinas- UNICAMP.

MARICATO, Ermínia. (2008). O nó da terra. In: Revista Brasileira de Direito Ambiental. (2008). São Paulo: Fiuza, v. 4, n. 15, p. 191–195, jul./set.

MARICATO, Ermínia. (2013). É a questão urbana, Estúpido! In: MARICATO, Ermínia. (2013). Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, pp. 19-28.

MARICATO, Ermínia. (2015). Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular.

MARTINS, José. (1980). Sobre o modo capitalista de pensar. São Paulo: Editora Hucitec.

MIAGUSKO, Edson. (2008). Movimentos de moradia e Sem-Teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP.

MOORE, Wilbert. (1963). Social Change. New Jersey: Prentice Hall.

MOREIRA, Tomás; NETO, Paulo. (2021). Políticas de habitação em espaços metropolitanos: contingência de ações e negligência de necessidades. In: D'OTTAVIANO, Camila; CARDOSO, Adauto orgs. (2021). Habitação e direito à cidade: desafios para as metrópoles em tempos de crise. [recurso eletrônico] Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, pp. 379-410.

MURAD, Júlia. (2019). Ocupação, uma alternativa de moradia? O caso Prestes Maia. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP.

NAKANO, Kazuo; MALTA CAMPOS, Candido; ROLNIK, Raquel. (2004). Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo In: Empresa Municipal de Urbanização – EMURB. (2004). Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo / São Paulo, pp. 123-158.

NEUHOLD, Roberta. (2009). Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP.

NICÉSIO, Lucas. (2017). Resistência e Luta pela Moradia no Centro de São Paulo: Frente de Luta por Moradia e a Ocupação São João. Dissertação de Mestrado. Campinas: Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias-PUC.

NOBRE, Eduardo. (2009). Políticas urbanas para o centro de São Paulo: renovação ou reabilitação? Avaliação das propostas da prefeitura do município de São Paulo de 1970 a 2004. *PosFAUUSP*, v.16 n.25, junho, São Paulo, pp. 214-231.

OLIVEIRA, Ariovaldo. org. (2020). A grilagem de terras na formação territorial brasileira [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH-USP.

OLIVEIRA, Nathalia. (2010). Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009). Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-UNICAMP.

PHAELANTE, Renato. (2006). Habitação-um tema na discografia da MPB. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana.

PEREIRA, Paulo C. X. org. (2016). Reconfiguração das cidades contemporâneas: contradições e conflitos. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP.

PEREIRA, Paulo C. X. org. (2017). Produção imobiliária e reconfiguração da cidade contemporânea. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP.

PEREIRA, Paulo C. X. org. (2018). Imediato, global e total: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP.

PEREIRA, Rafael. (2017). Contribuição ao debate sobre a Reforma Urbana: A questão da localização na cidade na luta dos movimentos de moradia. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP.

RAFFESTIN, Claude. (1993). Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática.

RIZEK, Cibele. (2018). Produção de moradia e produção urbana: políticas sociais, consensos, desmanches e violência de Estado. In: BARROS, Joana; DAL'BÓ, André; RIZEK, Cibele. orgs. (2018). Os limites da acumulação, movimentos e resistência nos territórios. São Carlos: Instituto de Arquitetura e Urbanismo- USP, pp. 13-26.

ROLNIK, Raquel. (2013). Apresentação - As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, pp. 7- 12.

ROLNIK, Raquel. (2015). Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo.

ROSSETTO NETTO, Adelcke. (2017). Habitação central: Produção Habitacional no Centro de São Paulo, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – Faixa 1. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP.

ROSSINI, Rosa; MACHADO, Maria; SAMPAIO, Mateus. orgs. (2020). Terra e trabalho: territorialidades e desigualdades: volume II [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH-USP.

ROYER, Luciana. (2009). Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP.

ROYER, Luciana. (2013). Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas. São Paulo: Annablume.

SADER, Eder. (1988). Quando novos personagens entraram em casa: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SAMPAIO, Maria Ruth; PEREIRA, Paulo César. (2003). Habitação em São Paulo. Revista Estudos Avançados. V 17, nº 48. São Paulo: USP, pp. 167-183.

SANCHES, Débora. (2015). Processo participativo como instrumento de moradia digna: Uma avaliação dos projetos da área central de São Paulo (1990-2012). São Paulo: Tese de Doutorado. Universidade Presbiteriana Mackenzie.

SANTOS, Regina. (2008). Movimentos sociais urbanos. São Paulo: Editora UNESP.

SANTOS, Milton. (2012). Pensando o espaço do homem. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SANTOS, Milton. (2013). Pobreza urbana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SANTOS, Milton. (2014). Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SANTOS, Milton. (2021). A urbanização desigual: A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SANTOS, Milton. (2009). O Dinheiro e o Território. *GEOgraphia*, 1(1), 7-13. Disponível em < <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i1.a13360>> Acesso em jul. 2021.

SÃO PAULO. (1991). Lei nº 10.928. Regulamenta o inciso II do artigo 148 combinado com o inciso V do artigo 149 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, dispõe sobre as condições de habitação dos cortiços e dá outras providências.

SÃO PAULO. (1992). Lei Municipal nº 11.220. Institui a divisão geográfica da área do município em distritos, revoga a Lei nº 10.932, de 15 de janeiro de 1991, e dá outras providências.

SÃO PAULO. (2002). PAC: Programa de atuação em cortiços. São Paulo: CDHU/SEADE.

SÃO PAULO. (2004). Lei nº 13.885. Estabelece normas complementares ao Plano Diretor Estratégico, institui os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, dispõe sobre o parcelamento, disciplina e ordena o Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo. (revogada)

ESTADO DE SÃO PAULO. (2010). Relatório Geral do programa de atuação em cortiços.

SÃO PAULO. (2003). Ação Centro. São Paulo: PMSP/EMURB.

SÃO PAULO. (2018). Situação das ocupações na cidade de São Paulo.

SÃO PAULO - DEFESA CIVIL. (2018). Visita técnica de requalificação de segurança-relatório nº comdec - 019/port.353/18.

SÃO PAULO- DEFESA CIVIL. (2020). Relatório nº 019-smsu/COMDEC – Sé 30/07/2020.

SÃO PAULO. (2021). Lei nº 17.638. Disciplina o Programa Pode Entrar, estabelecendo regras, mecanismos e instrumentos para sua operacionalização.

SÃO PAULO. (2021). Lei nº 17.368, de 9 de set. de 2021. Disciplina o Programa Pode Entrar, estabelecendo regras, mecanismos e instrumentos para sua operacionalização.

São Paulo. (2022). Processo SEI nº 6011.2022/0001664-0.

SENADO FEDERAL. (2020). Projeto de Lei nº 827. Suspende até 31 de dezembro de 2021 o cumprimento de medidas judiciais e administrativas que resultem em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público.

SENADO FEDERAL. (2022). Projeto de Lei nº 1718. Altera a Lei nº 14.216, de 7 de outubro de 2021, para prorrogar a suspensão da execução das ordens de despejo de locações de imóveis residenciais e comerciais e dá outras providências.

SENADO FEDERAL. (2022). PEC nº 32. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para permitir a implementação do Programa Bolsa Família e definir regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências.

SHIMBO, Lúcia. (2012). Habitação social de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Belo Horizonte: C/Arte.

SHIMBO, Lúcia; BARDET, Fabrice. (2021). Da sociologia urbana marxista à financeirização das cidades: perspectivas franco-brasileiras sobre os incorporadores imobiliários. In: D’OTTAVIANO, Camila; CARDOSO, Adauto orgs. (2021). Habitação e direito à cidade: desafios para as metrópoles em tempos de crise. [recurso eletrônico] Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, pp. 111-136.

SUZUKI, Júlio; CASTRO, Rita; LEMOS, Amália. (2020). Dinâmicas Espaciais Latino-Americanas [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP.

TANAKA, Giselle. (2006). Periferia: conceito, práticas e discursos; práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.



TARROW, Sidney. (2009). O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Editora Vozes.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia. (2016). Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. *Revista de Sociologia e Política*. (2016). v. 24, n. 58, junho. Curitiba: UFPR, pp. 85-102.

TELLES, Vera. (2006). Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: TELLES, Vera; CABANES, Robert. (2006). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, pp. 69- 116.

TELLES, Vera. (2010). Nas dobras do legal e do ilegal: Illegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* (2010), vol.2 - nº 5-6 - jul/ago/set-out/nov/dez. Rio de Janeiro: UFRJ, pp. 97-126.

TELLES, Vera. (2013). Pobreza e cidadania. São Paulo: Programa de Pós-graduação em Sociologia da FFLCH-USP/ Editora 34.

TILLY, Charles. (1996). Coerção, Capital e Estados Europeus. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

TILLY, Charles. (2006). Guerra y construcción del estado como crimen organizado. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, n. 5, Noviembre. Madrid: UAM.

TSUKUMO, Isadora. (2007). Habitação social no centro de São Paulo: legislação, produção, discurso. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP.

VATICANO. (1963). Constituição Conciliar. Roma.

VIANA, Larissa. (2020). Chão, pó, poeira: A produção social do espaço a partir das ocupações recentes na cidade de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP.

VILLAÇA, Flávio. Reflexões sobre as cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

ZUQUIM, Maria; D'OTTAVIANO, Camila. Orgs. (2014). Práticas recentes de intervenções contemporâneas em cidades da América Latina. São Paulo: FAU.

## NOTÍCIAS E REPORTAGENS:

DERVICHE, André. (2023). PPP no Paicandu: destino das famílias gera polêmica. Disponível em <<https://orbi.band.uol.com.br/sao-paulo/ppp-no-paicandu-destino-das-familias-gera-polemica-3147>>. Acesso em mar. 2023.

ERA o Hotel Cambrigde. Direção de Eliane Caffé. São Paulo: Aurora Filmes, 2017. (99 min.)

FIORATTI, Gustavo. (2022). Número de domicílios em favelas de São Paulo dispara na pandemia. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/06/numero-de-domicilios-em-favelas-de-sao-paulo-dispara-na-pandemia.shtml>. Acesso em nov. 2022.

GOMES, Rodrigo. (2020). Bairros pobres de São Paulo acumulam o dobro de mortes por covid-19 que os mais ricos. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/mortes-covid-19-bairros-pobres/>. Acesso em nov. 2022.

IBGE. (2019). Um em cada três brasileiros mora em 48 municípios com mais de 500 mil habitantes. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25280-um-em-cada-tres-brasileiros-mora-em-48-municipios-com-mais-de-500-mil-habitantes>. Acesso em mar. 2023.

FLM. Conheça a Frente. Disponível em < <https://portaldafilm.com.br/nossa-historia/>>. Acesso em mar. 2023.

MMCR. Conheça o movimento. Disponível em <<https://mmcrmovimento.wixsite.com/mmcr/conheca-nos>>. Acesso em mar. 2023.

PAIVA, Deslange. (2022). Quantidade de famílias em situação de miséria na cidade de SP cresce mais de 30% em janeiro de 2022, na comparação com 2021. Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/05/24/quantidade-de-familias-em-situacao-de-miseria-na-cidade-de-sp-cresce-50percent-em-janeiro-de-2022-na-comparacao-com-2021.ghtml>>. Acesso em mar. 2023.

RIBEIRO, João. (2023). Cidade de SP registra mais de 53 mil moradores em situação de rua, alta de 1,8% em março, segundo levantamento. Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/06/09/cidade-de-sp-registra-mais-de-53-mil-moradores-de-rua-alta-de-18percent-em-marco-segundo-levantamento.ghtml>>. Acesso em jun. 2023.

RODRIGUES, Rodrigo; PAIVA, Deslange. (2022). Número de famílias em extrema pobreza na cidade de SP cresce 10% entre janeiro e julho de 2022, diz Prefeitura. Disponível em < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/09/27/numero-de>

familias-em-extrema-pobreza-na-cidade-de-sp-cresce-10percent-entre-janeiro-e-julho-de-2022-diz-prefeitura.ghtml>. Acesso em nov. 2022.

SANTIAGO, Tatiana. (2018). Cidade de São Paulo tem 206 ocupações onde moram 45 mil famílias. Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/cidade-de-sao-paulo-tem-206-ocupacoes-onde-moram-45-mil-familias.ghtml>>. Acesso em mar. 2023.

SOLIMEO, Marcel. (2021). Covid-19: o mapa das mortes e a pobreza em SP. Disponível em <<https://dcomercio.com.br/publicacao/s/covid-19-o-mapa-das-mortes-e-a-pobreza-em-sp>>. Acesso em mar. 2023.

TOMAZ, Kleber; SOARES, Will. (2017). Cracolândia se expandiu da Luz para mais 7 bairros de SP e pode aumentar, diz MP. Disponível em <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/cracolandia-se-expandiu-da-luz-para-mais-7-bairros-de-sp-e-pode-aumentar-diz-mp.ghtml>>. Acesso em jun. 2023.

#### **ENTREVISTAS (mantidos apenas os primeiros nomes e as iniciais dos sobrenomes)**

EDUARDA V. Movimento de Moradia Central e Regional (MMCR). Entrevista realizada em 24 de fevereiro de 2023.

JOMARINA A. P. F. Movimento de Moradia Central e Regional (MMCR). Entrevista realizada em 02 de agosto de 2022.

Manoel D. R. Frente de Luta por Moradia (FLM). Entrevista realizada em 31 de março de 2023.

#### **Entrevistas (nomes fictícios)**

ABIGAIL. Movimento de Moradia Central e Regional (MMCR). Entrevista realizada em 21 de março de 2023.

ANA. Movimento de Moradia Central e Regional (MMCR). Entrevista realizada em 12 de janeiro de 2022.

BRUNA. Movimento de Moradia Central e Regional (MMCR). Entrevista realizada em 12 de janeiro de 2022.

CANDIDO. Movimento de Moradia Central e Regional (MMCR). Entrevista realizada em 21 de março de 2023.

DJANIRA. Movimento de Moradia Central e Regional (MMCR). Entrevista realizada em 12 de janeiro de 2022.

MARIA. Movimento de Moradia Central e Regional (MMCR). Entrevista realizada em 31 de janeiro de 2022.

ROSA. Movimento de Moradia Central e Regional (MMCR). Entrevista realizada em 24 de fevereiro de 2023.